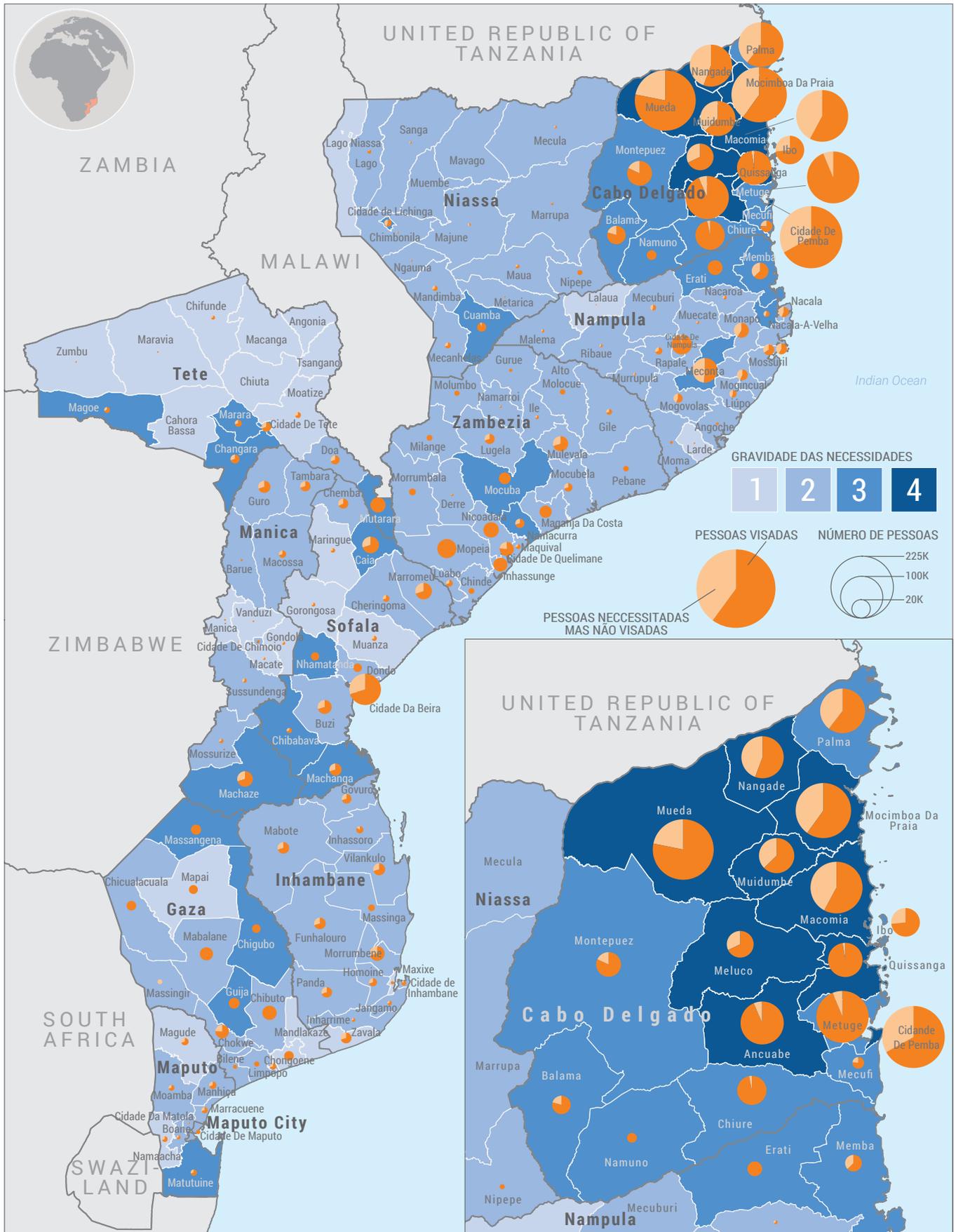


NECESSIDADES HUMANITÁRIAS E PLANO DE RESPOSTA MOÇAMBIQUE

CICLO DE
PROGRAMAS HUMANITÁRIOS
2024
DEZEMBRO 2023



Pessoas Necessitadas, Visadas e Gravidade das Necessidades



Índice de conteúdos

02	Pessoas Necessitadas, Visadas e Gravidade das Necessidades
04	Prefácio da Presidente do Instituto Nacional de Gestão de Desastres e Redução do Risco de Desastres (INGD)
05	Prefácio da Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
06	Prefácio da Coordenadora Residente e Humanitário
07	Resumo Executivo
09	HNRP Resumo
10	Parte 1: Necessidades Humanitárias
11	1.1 Contexto da Crise
17	1.2 Choques e Impacto da Crise
20	1.3 Âmbito da Análise
21	1.4 Condição Humanitária e Gravidade das Necessidades
24	Parte 2: Plano de Resposta Humanitária
25	2.1 Estratégia de Resposta Humanitária
27	2.2 Objectivos Estratégico
28	2.3 Pressupostos de Planeamento, Capacidade Operacional e Acesso, e Tendências de Resposta
29	2.4 Programação Inclusiva e de Qualidade, incluindo PSEA e Responsabilização Perante a População Afectada
32	2.5 Custo da Resposta
32	2.6 Monitorização da Resposta
34	Parte 3: Necessidades e Resposta por Grupo
35	3.1 Coordenação e Gestão de Acampamentos (CCCM)
37	3.2 Educação
39	3.3 Segurança Alimentar e Meios de Subsistência
42	3.4 Saúde
44	3.5 Nutrição
46	3.6 Protecção Geral
48	3.7 Protecção Infantil
50	3.8 Protecção -Violência de Género
52	3.9 Protecção - Habitação, Terra e Propriedade (HLP)
54	3.10 Abrigo de Emergência /Artigos Não Alimentares
57	3.11 Água, Saneamento e Higiene
60	3.12 Coordenação e Serviços Comuns
62	3.13 Logística
64	Parte 4: Necessidades dos Refugiados e Plano de Resposta
65	4.1 Plano de Resposta aos Refugiados
67	Parte 5: Quadro de controlo
67	Parte 6: Notas finais

Prefácio da Presidente do Instituto Nacional de Gestão de Desastres e Redução do Risco de Desastres (INGD)

O Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), como agência de prontidão e resposta a desastres do Governo de Moçambique, tem trabalhado incansavelmente para ajudar as comunidades vulneráveis em Moçambique, quer sejam afectadas por conflitos ou desastres naturais, quer sejam pessoas deslocadas internamente, retornados ou comunidades de acolhimento.

Como as necessidades humanitárias em Moçambique continuam a ser significativas devido à presença de pessoas deslocadas pelo conflito e à vulnerabilidade do país a desastres naturais, o INGD agradece os esforços dos actores humanitários na resposta aos desafios enfrentados diariamente pelo povo de Moçambique. O INGD está grato pelo apoio constante das Nações Unidas e dos seus parceiros.

O Plano de Resposta às Necessidades Humanitárias 2024 representa o quadro de colaboração entre o INGD, as Nações Unidas e os parceiros humanitários. Juntos, esforçar-nos-emos por garantir que os mais vulneráveis entre a população afectada recebam a assistência que merecem por direito. O enfoque estende-se para além da ajuda imediata, abrangendo a coordenação e a fortificação dos esforços de preparação.

Apelo à comunidade internacional para que apoie urgentemente o Plano de Resposta às Necessidades Humanitárias de 2024 para Moçambique.

Luísa Celma Caetano Meque

Presidente do Instituto Nacional de Gestão de
Catástrofes e Redução do Risco de Catástrofes
Governo da República de Moçambique

Prefácio da Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

O Governo de Moçambique expressa o seu apreço às Nações Unidas e à comunidade humanitária por estarem unidos no âmbito deste Plano de Resposta às Necessidades Humanitárias. Apreciamos os esforços para fornecer assistência humanitária urgente para salvar e sustentar as vidas de 1,3 milhões de pessoas, a maioria das quais são mulheres e crianças que deixaram tudo o que tinham e cujas vidas foram interrompidas pela violência e brutalidade.

O Governo de Moçambique continua a fazer tudo o que está ao seu alcance para assistir as pessoas mais vulneráveis e proteger as pessoas necessitadas, restaurar a paz e a segurança no norte de Moçambique e preparar-se para enfrentar os riscos naturais. O Plano de Resposta às Necessidades Humanitárias de 2024 para Moçambique define o quadro para salvar e sustentar as vidas dos mais vulneráveis durante uma fase de transição, enquanto o Governo implementa intervenções a longo prazo para proporcionar meios de subsistência, proteção e segurança às pessoas.

O plano visa salvar vidas e aliviar o sofrimento através de uma assistência segura, equitativa, inclusiva, sensível às questões de género e baseada em princípios, bem como reforçar a inclusão, incluindo a assistência que reforçará os meios de subsistência e a capacidade de resistência das pessoas afectadas ou em risco de crise.

O plano abordará os riscos e as necessidades de proteção das pessoas afectadas com o objetivo de salvaguardar a sua dignidade, reforçando simultaneamente o ambiente de proteção em Moçambique. É dada especial atenção às mulheres e raparigas, para responder às suas necessidades humanitárias específicas e ajudá-las da forma mais adequada

Estamos confiantes que, trabalhando em conjunto através deste plano, o Governo em parceria com a comunidade internacional irá apoiar as pessoas mais vulneráveis em Moçambique de uma forma atempada e generosa.

Verónica Macamo

Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Governo da República de Moçambique

Prefácio da Coordenadora Residente e Humanitário

Em 2023, Cabo Delgado registou uma mudança significativa no panorama humanitário. Mais de 570.000 pessoas deslocadas internamente regressaram a casa, graças a uma maior segurança e com o objetivo de reunificar as famílias, proteger as suas terras e cultivar colheitas.

Muitos retornados, ausentes há mais de dois anos e tendo enfrentado perdas e traumas, regressaram a zonas onde os serviços sociais básicos não tinham sido totalmente retomados. Como tal, continuarão a necessitar de assistência humanitária para satisfazer as suas necessidades básicas até poderem reconstruir plenamente os seus meios de subsistência.

As pessoas deslocadas, num total de 670,000 pessoas, continuam vulneráveis. As pessoas deslocadas internamente têm sido vítimas de violência e de múltiplas vagas de deslocação desde o início do conflito em 2017. As avaliações mostram que precisam de assistência humanitária para sobreviver, uma vez que a maioria não tem segurança de posse da terra. As mulheres e as raparigas, que constituem a maioria dos deslocados, continuam a suportar o peso da crise, enfrentando desigualdades de género acrescidas e um aumento dos incidentes de violência sexual e baseada no género.

Em 2023, cerca de 1,6 milhões de pessoas no norte de Moçambique receberam assistência humanitária, incluindo ajuda alimentar. Agradeço às autoridades nacionais, aos doadores e aos nossos parceiros de implementação por terem

criado o ambiente propício à prestação de assistência que ajudou a aliviar o sofrimento das pessoas mais afectadas.

Em 2024, um total de 1,7 milhões de pessoas são objeto de assistência humanitária. Este número inclui 1,3 milhões de pessoas em zonas afectadas por conflitos, incluindo pessoas deslocadas e comunidades de acolhimento, bem como repatriados. Em apoio ao plano de contingência do governo, outras 429 623 pessoas são alvo de apoio em termos de ação precoce e de ação antecipatória para mitigar as catástrofes naturais. As previsões climáticas apontam para a possibilidade de secas, inundações e ciclones.

Muito do que precisa de ser feito em Moçambique está para além do alcance da comunidade humanitária. Em 2024.

Continuarei a liderar os esforços para trabalhar em conjunto nos pilares humanitário e do desenvolvimento, a fim de criar sinergias entre a assistência a curto prazo, os resultados a médio prazo e o impacto a longo prazo. Estou empenhado, juntamente com os parceiros humanitários, em reforçar a localização para que a ação humanitária seja mais duradoura, mais responsável e mais eficiente.

Exorto a comunidade internacional a responder de forma urgente e positiva às necessidades humanitárias e ao Plano de Resposta para Moçambique em 2024, com o objetivo de dar continuidade ao bom trabalho realizado nos últimos anos na prestação de assistência às pessoas necessitadas.

Dr. Catherine Sozi

Coordenadora Residente e Humanitária das Nações Unidas - Moçambique

Resumo Executivo

Em 2023, a situação humanitária no norte de Moçambique foi marcada pelo regresso constante dos deslocados internos aos seus distritos de origem.

As pessoas regressaram em resultado da melhoria da situação de segurança, do desejo de se reunirem com as suas famílias e de protegerem as suas terras fazer produção agrícola. Algumas regressaram também porque os níveis de assistência nas zonas de acolhimento se tornaram insuficientes devido à redução do financiamento. Em Agosto, o número de retornados ascendia a mais de 570,000 pessoas, enquanto o número de deslocados internos era de aproximadamente 670,000 pessoas.

As pessoas regressaram às suas áreas de origem no nordeste de Cabo Delgado, principalmente em Mocímboa da Praia, Palma e Muidumbe, enquanto a maior parte dos deslocados internos permaneceu concentrada nos distritos de Pemba, Metuge e Mueda, no sudoeste do país. Mais da metade das pessoas deslocadas vivem em comunidades de acolhimento, incluindo 137,000 na cidade de Pemba e cerca de 220,000 pessoas em zonas de deslocação. Tanto os deslocados internos nas zonas de deslocação como as pessoas que regressaram às suas localidades de origem necessitarão de protecção e de assistência humanitária para satisfazer as suas necessidades básicas até poderem reconstruir plenamente os seus meios de subsistência. As avaliações mostram também que as comunidades de acolhimento estão a cair cada vez mais na pobreza, aumentando ainda mais as tensões entre os deslocados internos e as comunidades de acolhimento.

O regresso dos deslocados internos não marcou o fim da vulnerabilidade. Muitos retornados, ausentes há mais de dois anos e tendo enfrentado perdas e traumas, regressaram a zonas onde os serviços sociais básicos ainda não tinham sido totalmente retomados. Tanto os deslocados internos nas zonas de deslocação como as pessoas que regressaram às suas localidades

de origem necessitarão de protecção e de assistência humanitária para satisfazer as suas necessidades básicas até poderem reconstruir plenamente os seus meios de subsistência.

A violência contra civis continua em 2023. Os grupos armados não estatais (GANE) mantiveram a capacidade de lançar ataques localizados. No decurso de 2023, mais de 109,000 pessoas foram deslocadas em resultado de ataques localizados pelos GANE.

Moçambique é um dos países de África mais expostos a choques climáticos extremos. Enfrenta uma série de riscos naturais, sendo os mais proeminentes as cheias, as secas e os ciclones. A frequência e a intensidade estão a aumentar devido à crise climática global, com grandes consequências para as comunidades rurais. Com mais de 2,700 km de costa, nove bacias hidrográficas internacionais, grande dependência dos rendimentos agrícolas, elevado nível de pobreza e infra-estruturas inadequadas, os Moçambicanos são sensíveis aos choques climáticos. Moçambique sofreu pelo menos um ciclone por ano em cada um dos últimos cinco anos, com exceção de 2020, afectando entre 750,000 e 1,5 milhões de pessoas.

Devido a Oscilação Sul do El Niño e a uma fase positiva do Dipolo do Oceano Índico, Moçambique está em risco de seca e ciclones. As projecções estimam que, de Outubro de 2023 a Março de 2024, cerca de 3,1 milhões de pessoas em Moçambique estarão no IPC 3 e 220,000 pessoas no IPC4. De acordo com o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) de Moçambique, prevê-se que cerca de 2,5 milhões de pessoas estejam em risco de ciclones, cheias e seca na estação chuvosa/ciclónica de 2023/2024.

A comunidade humanitária em Moçambique estima que um total de 2,250,000 milhões de pessoas necessitam de assistência e protecção humanitária. Isto inclui 1,700,000 pessoas necessitadas em resultado do

conflito no norte de Moçambique e 554,000 pessoas necessitadas devido aos perigos naturais na estação chuvosa/ciclónica que vai de Outubro a Abril.

Em 2023, 1,6 milhões de pessoas receberam algum tipo de assistência no norte de Moçambique (Cabo Delgado, Nampula e Niassa). Destas, 1,4 milhões de pessoas beneficiaram de assistência alimentar. A diminuição dos níveis de financiamento implicou que a ração alimentar fosse reduzida para a metade e que fosse dada prioridade ao número de casos de beneficiários para continuar a satisfazer as necessidades das pessoas mais vulneráveis. Cerca de 623,000 pessoas beneficiaram de serviços de água, saneamento e higiene (WASH) e 697,000 pessoas de serviços de proteção. A escassez de financiamento limitou a capacidade de prestar um pacote completo de assistência multisectorial aos deslocados internos. Isto significa que mesmo as pessoas que foram alcançadas têm necessidades significativas não satisfeitas em serviços críticos, incluindo nutrição, educação e proteção. Esta situação terá consequências a longo prazo, se não for dada uma resposta holística e de maior qualidade.

Em resposta à crise provocada pelos efeitos combinados do ciclone Freddy, das inundações e do surto de cólera, organizações humanitárias prestaram assistência direta a 668,000 pessoas. Este número inclui 666,000 pessoas com água, saneamento e serviços de higiene, 223,000 com serviços de saúde e 574,000 com assistência alimentar e apoio aos meios de subsistência.

Em 2024, um total de 1,7 milhões de pessoas serão visadas em Moçambique, incluindo 1,3 milhões de pessoas em áreas afectadas por conflitos e outras 429,623 pessoas em todo o país para mitigar os riscos e impactos de desastres naturais. A resposta abrangerá as zonas que registam os maiores retornos, apoiará igualmente os deslocados internos sem terra

ou as pessoas que enfrentam a ameaça de despejo e as zonas que registaram os danos mais significativos nas infra-estruturas em resultado do conflito.

Os parceiros humanitários darão prioridade às zonas de Cabo Delgado, Nampula e Niassa com as necessidades mais prementes, defendendo simultaneamente a criação de condições que favoreçam os meios de subsistência e o restabelecimento dos serviços essenciais e dos meios de subsistência. Os esforços humanitários serão coordenados com o Governo de Moçambique, os intervenientes no desenvolvimento e o sector privado, que estão a trabalhar para reconstruir as infra-estruturas e restabelecer os serviços essenciais afectados pelo conflito. Em 2024, os parceiros humanitários analisarão regularmente o ambiente operacional, monitorando a segurança, a capacidade da população para retomar a produção agrícola, o funcionamento dos mercados e a reabilitação dos serviços públicos, como as instalações de saúde e educação, adaptando a resposta em conformidade.

Estima-se que 2,5 milhões de pessoas estarão vulneráveis a desastres naturais, nomeadamente chuvas fortes, ventos fortes, ciclones, cheias e seca.

Com base na análise das tendências, as províncias de Gaza, Sofala e Tete estão em risco de seca, tendo já sido desencadeadas acções de antecipação em alguns distritos das três províncias. Da mesma forma, os ciclones têm afetado historicamente as províncias costeiras de Nampula, Sofala e Zambézia, com resultados devastadores para as comunidades e infra-estruturas. Em 2024, as iniciativas de construção de sistemas de ação antecipatória sobre secas, ciclones, cheias e cólera serão reforçadas para facilitar a expansão de acções antecipatórias para salvar vidas e reduzir o impacto nas pessoas. Do mesmo modo, a comunidade humanitária reforçará o pré-posicionamento dos principais produtos essenciais e estabelecerá acordos prévios com os prestadores de serviços para permitir o rápido início das operações.

PHOTO ON COVER: METUGE DISTRICT, O CABO DELGADO PROVÍNCIA

A casa de Sofia Adolfo, de 21 anos, foi atacada por grupos armados em Quissanga, Cabo Delgado. Sofia e a sua família vivem no centro de alojamento 25 de junho, no distrito de Metuge.

Photo © UNICEF/ Franco

HNRP Resumo



2.3M
PESSOAS NECESSITADAS



1.7M
PESSOAS VISADAS



413M
FINANCIAMENTO PEDIDO (US\$)

CONFLICTO



1.7M

Pessoas necessitadas



1.3M

Pessoas visitadas

POR GRUPOS POPULACIONAIS

PESSOAS NECESSITADAS

595K

Pessoas deslocadas internamente



564K

Retornados



541K

Comunidade de acolhimento



PESSOAS VISADAS

479K

Pessoas deslocadas internamente

390K

Retornados

418K

Comunidade de acolhimento

DESASTRES NATURAIS



554K

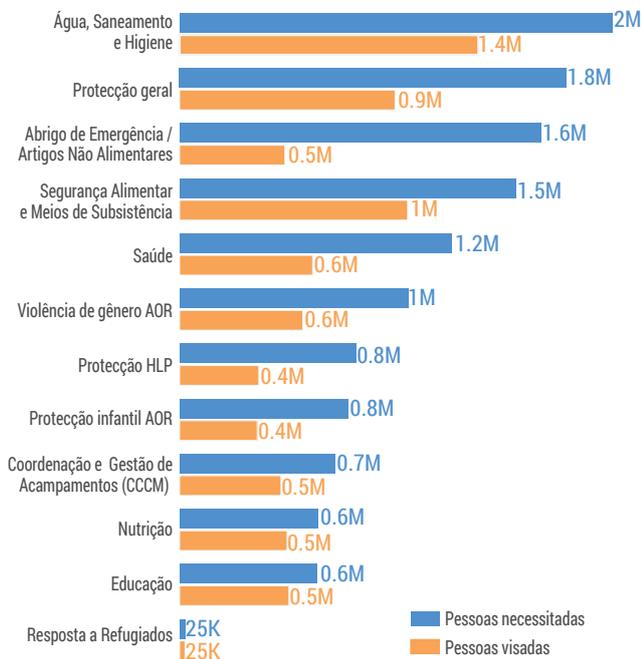
Pessoas necessitadas



429K

Pessoas visitadas

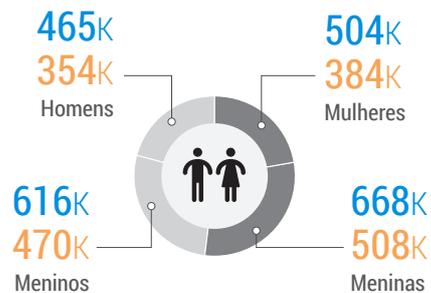
PESSOAS NECESSITADAS E ALVOS POR CLUSTER



NECESSIDADES FINANCEIRAS POR CLUSTER

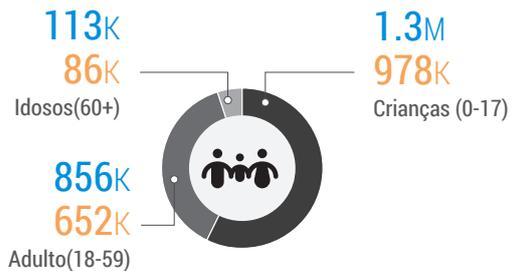


POR GÉNERO



Pessoas necessitadas
Pessoas visitadas

POR IDADE



POR DEFICIÊNCIA



Parte 1: Necessidades Humanitárias

DISTRITO DE MONTEPUEZ, PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Um homem constrói um abrigo no distrito de Montepuez

Photo: UN Moçambique/Helvisney Cardoso

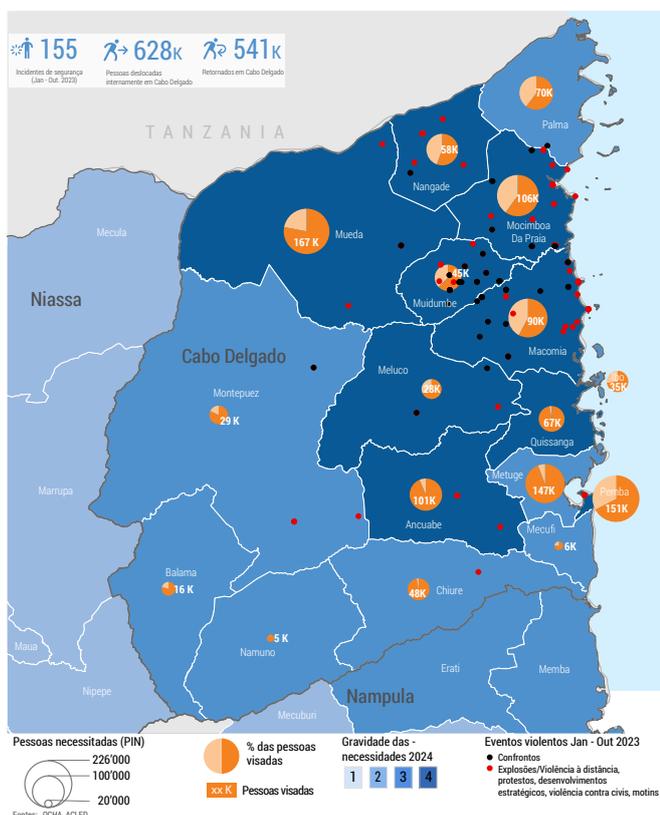


1.1 Contexto da Crise

Evolução do conflito

No decurso de 2023, o conflito em Cabo Delgado sofreu uma mudança transformadora. Em 2021, o Governo, apoiado por forças internacionais, recuperou o controlo dos distritos do nordeste que anteriormente estavam sob o domínio de grupos armados não estatais (GANE). Gradualmente, registou-se um menor número de ataques contra civis e as áreas anteriormente inacessíveis, em especial as sedes distritais de Cabo Delgado, tornaram-se acessíveis aos parceiros humanitários, com o encerramento/abertura intermitente de estradas, dependendo da situação de segurança no dia. A estrada para Pundandar foi aberta pela primeira vez desde 2020. A melhoria do contexto permitiu o regresso da população deslocada. Os funcionários públicos também regressaram, mas os serviços básicos ainda não foram totalmente retomados.

Restrições de acesso a Cabo Delgado Jan - Out 2024



Persistiram focos de volatilidade em algumas regiões e a situação em matéria de segurança continua dinâmica. Os GANE mantiveram a capacidade de lançar ataques simultâneos no norte, centro e sul de Cabo Delgado, deslocando pessoas, incluindo para áreas com presença limitada das forças armadas nacionais e internacionais. A natureza da deslocação evoluiu, caracterizando-se por distâncias e durações mais curtas em comparação com os primeiros anos do conflito, quando os GANE controlavam o território e as pessoas.

Os GANE alteraram as suas táticas, visando cada vez mais as forças de segurança e tentando obter a aceitação da comunidade através do comércio e das trocas comerciais. No primeiro trimestre do ano, registou-se uma diminuição visível da violência. Este facto coincidiu com a estação chuvosa, associada a níveis mais baixos de combates. Houve uma mudança estratégica por parte dos GANE no sentido de uma abordagem de "conquistar de corações e mentes", em vez de recorrerem à violência ou procurarem manter o território sob o seu controlo.

Durante o ano de 2023, mais de 109,000 pessoas foram deslocadas devido à violência¹. O pico das deslocações coincidiu com as operações militares. Os civis foram os mais afectados por estes ataques, tendo sido registadas 11 vítimas mortais e a destruição de casas .

Pela primeira vez desde o início do conflito em 2017, registou-se uma diminuição do número de pessoas deslocadas internamente (PDI). Em agosto de 2023, o número de retornados era de mais de 570 000 pessoas, enquanto o número de deslocados internos era de aproximadamente 670 000 pessoas. As pessoas regressaram às áreas de origem ou adjacentes a elas no nordeste de Cabo Delgado, principalmente em Mocimboa da Praia, Palma e Muidumbe, enquanto a maior parte dos deslocados internos permaneceu concentrada em locais de deslocados internos e comunidades de acolhimento nos distritos de Pemba, Metuge e Mueda. Mais de metade das pessoas que

permanecem deslocadas vivem em comunidades de acolhimento, incluindo 137.000 em deslocações urbanas na cidade de Pemba e cerca de 381.000 em 191 locais de deslocação. Há 257.809 mulheres deslocadas e 417.310 crianças deslocadas. Estas pessoas sofreram violência, brutalidade e múltiplas vagas de deslocação e necessitam de assistência humanitária para sobreviver, uma vez que lutam para se envolverem em actividades típicas geradoras de rendimentos.

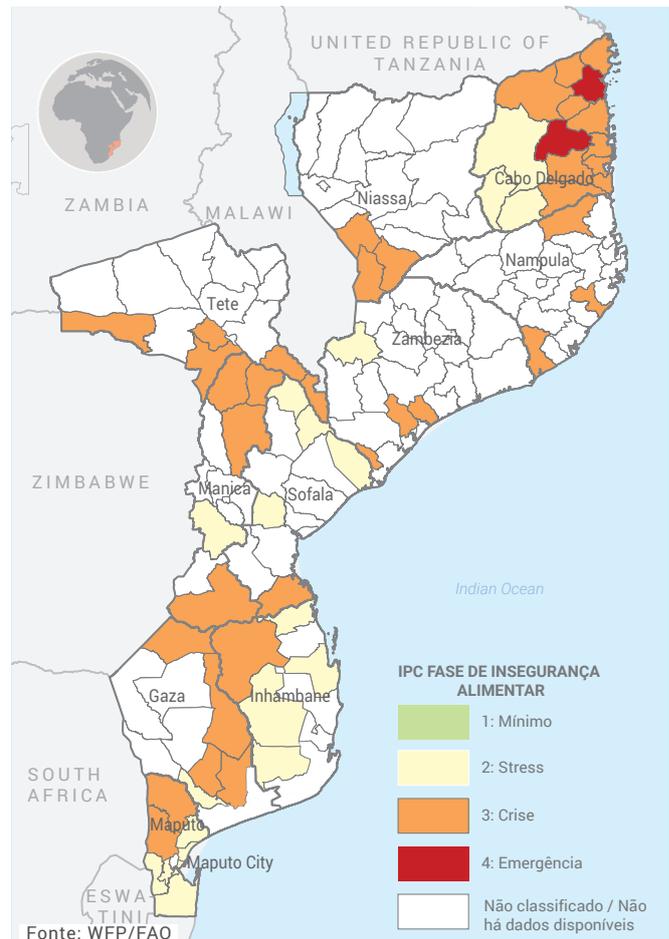
Apesar da mudança de contexto, milhares de deslocados internos e de retornados continuam vulneráveis. Motivadas pela procura de melhores oportunidades de subsistência, as pessoas regressaram a distritos onde se registou uma destruição generalizada de serviços básicos, residências, meios de subsistência e mercados, onde persistem bolsas de insegurança. A inadequação dos serviços nas zonas de regresso levou a movimentos pendulares, com as famílias deslocadas a dividirem-se entre as zonas de regresso e os locais de deslocação, bem como entre localidades urbanas/periurbanas e aldeias rurais, a fim de acederem a serviços e a meios de subsistência alternativos desenvolvidos durante a deslocação. Em 2024, os retornados precisarão de assistência humanitária e de protecção para satisfazer as suas necessidades básicas até reconstruírem totalmente os seus meios de subsistência.

A insegurança alimentar agrava ainda mais a vulnerabilidade dos deslocados internos, das comunidades de acolhimento e dos retornados. O último relatório do IPC prevê um aumento da insegurança alimentar aguda de 2,6 milhões para 3,3 milhões de pessoas entre outubro de 2023 e março de 2024. Este aumento inclui 220,000 pessoas na Fase 4² do IPC, em Mocímboa da Praia e Meluco devido ao conflito. Em Cabo Delgado, 57,457 pessoas estão no IPC 4, seguido da província de Maputo (34,424 pessoas) e da Zambézia (16,371 pessoas). Até Março de 2024, prevê-se que o número de pessoas no IPC 4 em Cabo Delgado aumente para 85,851. Adicionalmente, quatro distritos nas províncias de Niassa e quatro distritos nas províncias de Nampula também terão pessoas no IPC 4, com 30,668 e 24,984 pessoas, respetivamente.

Os direitos limitados de posse da terra para as pessoas deslocadas internamente afectam negativamente

a sua segurança alimentar e nutricional. A escassa produção alimentar é insuficiente para satisfazer as suas necessidades. As comunidades de acolhimento também têm necessidade de assistência alimentar, uma vez que não conseguem produzir o suficiente para satisfazer as suas necessidades.

Mapa IPC (Outubro de 2023 - Março de 2024)



Perfil económico, demográfico e sociocultural

A agricultura continua a ser a principal actividade económica em Moçambique, com 86 por cento da população dependente da agricultura para a sua subsistência³. Os pequenos agricultores são responsáveis pela grande maioria da produção, com cerca de 3,2 milhões de pequenos agricultores que representam 95 por cento da produção agrícola do país. A agricultura é praticada em menos de 10 por cento da terra arável de Moçambique e em áreas propensas a inundações e secas. O difícil acesso ao crédito e aos mercados, a baixa utilização de insumos melhorados, o baixo grau de mecanização agrícola e o predomínio

da agricultura de sequeiro tornam o sector vulnerável a choques, de acordo com a FAO⁴. A maioria das mulheres rurais desempenha um papel crucial na produção de alimentos e na geração de rendimentos para as suas famílias, mas têm pouco acesso ou controlo sobre os recursos produtivos⁵.

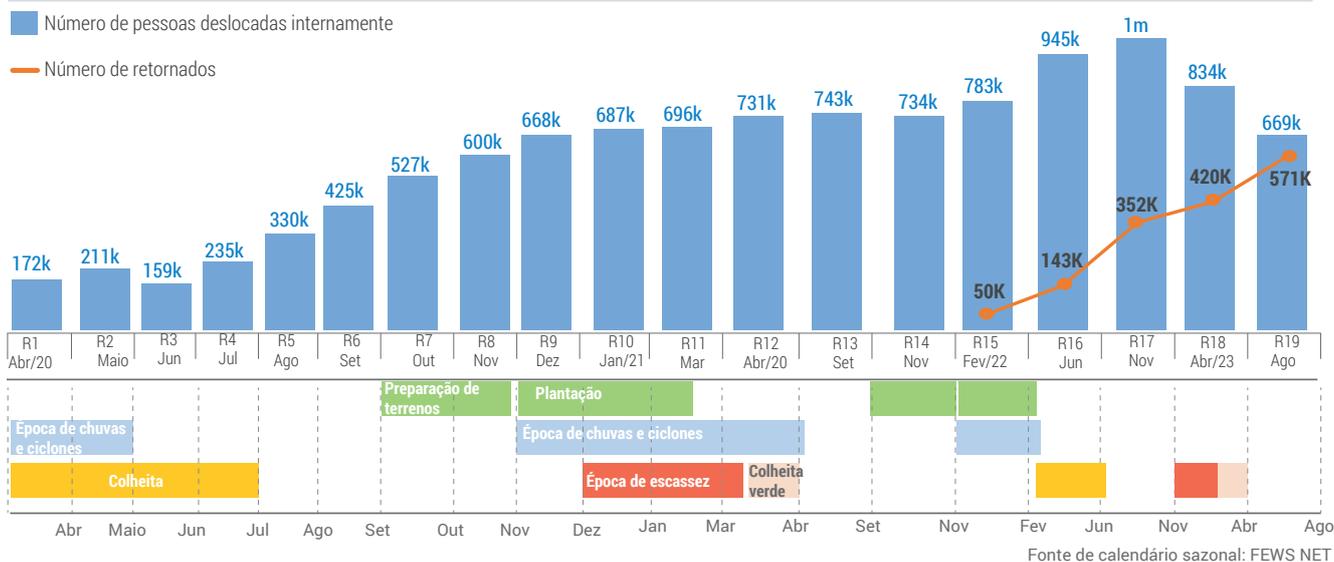
Nos últimos dois anos, Moçambique recuperou da pandemia da COVID-19, do conflito e do aumento dos preços dos alimentos devido às tensões geopolíticas mundiais. O PNUD informa que, no terceiro trimestre de 2023, a economia moçambicana registou uma taxa de crescimento interanual positiva do PIB de 5,92%, uma taxa de crescimento nunca vista nos últimos cinco anos. O Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento prevê que o crescimento do PIB aumente para 8,3% em 2024, impulsionado pelos sectores extrativo e agrícola. No entanto, como 71 por cento dos postos de trabalho ainda se situam na agricultura, a taxa de crescimento do PIB será de 8,3% em 2024, impulsionada pelos sectores extrativo e agrícola. No entanto, como 71% dos postos de trabalho ainda se encontram na agricultura, o crescimento do PIB associado ao sector extrativo é suscetível de conduzir a um aumento da diferença de rendimentos entre os que trabalham no sector agrícola e os que trabalham na indústria extractiva.

Moçambique é um país menos desenvolvido com uma população em rápido crescimento, 44 por cento tem menos de 15 anos de idade⁶. Em 2021, o Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, que mede o progresso em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente, foi de 0,446 - posicionando o país na categoria de baixo desenvolvimento humano, ocupando a posição 185 entre 191 países e territórios⁷. Quarenta e seis por cento da população Moçambicana vive abaixo do limiar nacional de pobreza, o que equivale a 12,5 milhões de pessoas absolutamente pobres⁸. Sessenta e três por cento da população moçambicana vive abaixo do limiar de pobreza internacional, com taxas de pobreza mais elevadas nas zonas rurais (74%); e de 42% nas zonas urbanas⁹. A pobreza também varia consoante a região, com o centro e o norte a registarem as taxas de pobreza mais elevadas.

As províncias de Niassa, Nampula e Zambézia registam a maior incidência de pobreza, com 67, 65 e 62 por cento da população respectivamente a viver abaixo da linha de pobreza nacional¹⁰. A pobreza tem um impacto maior nos grupos vulneráveis, sendo que 63 por cento dos agregados familiares chefiados por mulheres são pobres e estão expostos à insegurança alimentar¹¹. A UNICEF estima que 48 por cento de todas as crianças em Moçambique vivem na pobreza absoluta. Além disso, o trabalho infantil é prevalente, com 22 por cento das crianças com idades entre os 5 e os 14 anos envolvidas em alguma forma de trabalho para obterem rendimentos para si próprias ou para as suas famílias¹².

Tendência de deslocação nas Províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa



A taxa de fertilidade de Moçambique é uma das mais elevadas do mundo, com uma média de cerca de cinco filhos por mulher¹³. Os progressos em matéria de igualdade de género, direitos e empoderamento das mulheres e raparigas em Moçambique têm sido lentos. O país ocupa o 146º lugar entre 152 Estados Membros da ONU no Índice de Desigualdade de Género¹⁴. Os desafios à igualdade de género e ao cumprimento dos direitos das mulheres e raparigas persistem. O casamento precoce está generalizado, afectando 48% das mulheres entre os 20 e os 24 anos que se casam antes dos 18 anos.

Estima-se que 15 por cento das pessoas em Moçambique vive com deficiência. As pessoas com deficiência em Moçambique são mais desfavorecidas economicamente do que o resto da população e tendem a ser mais pobres¹⁵.

O FMI estima que o projeto de gás natural liquefeito (GNL) tem potencial para se tornar o maior sector exportador individual e contribuir com cerca de um terço das receitas fiscais. Os retornos financeiros trariam estabilidade ao regime fiscal e poderiam impulsionar o crescimento do PIB para dois dígitos. Os efeitos de arrastamento da indústria do gás têm potencial para estimular outros sectores, tirando efetivamente muitas pessoas da pobreza.

Antecipando a conclusão da Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em Moçambique (SAMIM) em julho de 2024, o Governo de Moçambique está a reforçar os esforços para garantir a profissionalização das Forças Armadas Moçambicanas (FADM).

Infra-estruturas públicas

Moçambique tem grandes lacunas em termos de infra-estruturas. Os 16 anos de conflito após a independência deixaram o país com um baixo stock de capital físico e baixas taxas de acesso a infra-estruturas e serviços básicos, de acordo com o Banco Mundial¹⁶. Após o estabelecimento da paz em 1992, na sequência do conflito, Moçambique começou a recuperar e a reconstruir a sua economia, infra-estruturas e instituições. No entanto, Moçambique partiu de uma base baixa e ainda se encontra abaixo dos seus pares regionais no que diz respeito ao acesso

e à qualidade das infra-estruturas. Por conseguinte, o Governo de Moçambique identificou a redução do défice de infra-estruturas como uma prioridade política, tal como salientado na sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035.

Existem disparidades regionais significativas no nível de infra-estruturas em todo o país, com as regiões centro e norte de Moçambique - as áreas com as taxas de pobreza mais elevadas - a registarem os níveis de cobertura mais baixos. Maputo e Gaza têm tido os níveis mais elevados de infra-estruturas básicas, enquanto as províncias de Tete e Zambézia têm tido consistentemente o stock mais baixo. O acesso à água, eletricidade e instalações de saúde em Moçambique aumentou entre 2009 e 2015, enquanto o acesso aos transportes diminuiu¹⁷. O acesso à eletricidade e à água aumentou em todas as províncias entre 2009 e 2015, mas manteve-se em 27 e 26 por cento dos agregados familiares, em média. As disparidades entre o centro urbano e as zonas rurais persistem, com o acesso à eletricidade a 75 por cento para o primeiro e 4 por cento para o segundo, e 22 por cento nas províncias do norte¹⁸. O acesso às infra-estruturas de saúde, medido pela distância dos agregados familiares à clínica mais próxima, foi o único indicador que mostrou um progresso mais rápido a nível rural do que nas zonas urbanas entre 2009 e 2015, de acordo com o Banco Mundial. No entanto, um estudo salientou que, mesmo com este progresso, havia áreas significativas de Moçambique que estavam mal servidas e/ou enfrentavam desafios no acesso às instalações de saúde, especialmente em Cabo Delgado, Gaza e Niassa¹⁹.

De forma preocupante, entre 2009 e 2015, quatro províncias registaram uma redução comparativa no seu acesso a infra-estruturas: Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Sofala. Estas quatro províncias, juntamente com a Zambézia (que tem o pior acesso a infra-estruturas), têm as percentagens mais elevadas de população abaixo do limiar de pobreza em Moçambique²⁰, sendo que três das quatro (Cabo Delgado, Nampula e Niassa) também foram afectadas pelo conflito no norte de Moçambique.

De acordo com os HERAMs de 2022 liderados pela OMS, das 138 instalações em Cabo Delgado, 26 por cento não estão operacionais devido a danos parciais ou totais. Os

danos estão concentrados nos distritos mais afectados pelo conflito de Quissanga, Macomia, Mocimboa da Praia, Palma, Nangade, Meluco e Ancuabe²¹. A Avaliação de Danos em Infra-estruturas do PNUD nestes distritos revelou que dos 898 edifícios avaliados, 65 por cento ou um equivalente a 583 edifícios foram parcialmente danificados enquanto 34 por cento, ou 310 edifícios, foram totalmente danificados. Uma comparação por distrito revela que a maioria dos edifícios totalmente danificados se situa em Quissanga.

Todos os anos, as catástrofes naturais causam danos significativos a infra-estruturas públicas essenciais e a meios de subsistência, o que, por sua vez, tem repercussões terríveis na economia e no bem-estar das pessoas, corroendo os ganhos duramente conquistados. Em 2023, o ciclone Freddy afectou um número impressionante de 1,18 milhões de pessoas, desalojou quase 192 000 e matou 183. Destruiu também 132 000 casas, mais de 123 instalações de saúde e 1200 escolas, afectando cerca de 230 000 alunos. Mais de 721.000 hectares de terra foram afectados durante a estação das chuvas e do ciclone, dos quais 376.000 foram perdidos. A avaliação das necessidades pós-desastre conduzida pelo Governo de Moçambique destacou que 47 pontes foram destruídas e um total de 13.426 km de rede rodoviária foi afetado, incluindo a Estrada Nacional 1 que liga o sul ao norte de Moçambique. O Banco Mundial avaliou os danos do ciclone Freddy em 1,53 biliões de dólares²².

Perfil ambiental e vulnerabilidade aos desastres naturais

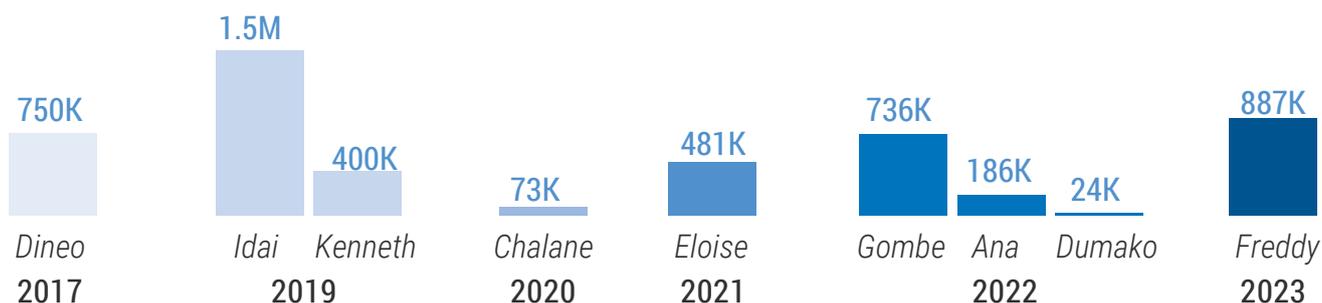
Moçambique é um dos países de África mais expostos a choques climáticos extremos. Enfrenta uma série de riscos naturais, sendo os mais proeminentes as cheias, as secas e os ciclones; a sua frequência e intensidade

estão a aumentar devido à crise climática global, com grandes consequências para as comunidades rurais. Com mais de 2.700 km de costa, nove bacias hidrográficas internacionais, uma grande dependência dos rendimentos agrícolas, um elevado nível de pobreza e infra-estruturas inadequadas, os moçambicanos são extremamente vulneráveis aos choques climáticos²³. Com a maioria dos moçambicanos a viver ao longo da costa de baixa altitude, quaisquer alterações nos ecossistemas do país têm um impacto imediato na sua população.

Impacto dos ciclones: O ciclone é o perigo natural mais frequente registado nos últimos anos, com um total de 17 eventos registados entre 1920-2016 em todo o país, dos quais cinco ocorreram na última década. Particularmente, as zonas costeiras são as que estão em maior risco, sendo as províncias da Zambézia e Nampula as mais frequentemente atingidas. Além disso, o ciclone é o perigo natural com as maiores perdas económicas atribuíveis; juntamente com a seca de 1990 na África do Sul, o ciclone tropical Idai, que atingiu Moçambique em 2019, é um dos dois eventos mais dispendiosos (estimado em 1,96 mil milhões de dólares) em África nos últimos 50 anos²⁴.

A estação anual de ciclones em Moçambique - que forma o limite ocidental da cintura activa de ciclones na bacia sudoeste do Oceano Índico - dura normalmente entre Novembro e Março²⁵. Os modelos climáticos sugerem que, nos próximos 50 anos, Moçambique assistirá a um aumento das temperaturas médias (de 1 a 5 graus até ao final deste século), ao mesmo tempo que a estação seca se tornará mais seca e a estação húmida mais húmida²⁶. A crise climática está a pôr em risco os ganhos de desenvolvimento duramente conquistados por Moçambique.

Número de pessoas afectadas por ciclones 2017 - 2013



Cronologia dos Acontecimentos

2019 - 2023



Final de 2019

Mais de 85.000 pessoas deslocadas pelo conflito em Cabo Delgado.



Maio de 2020

Lançamento do Plano de Resposta Rápida de Cabo Delgado. Estima-se que cerca de 211.500 pessoas estejam deslocadas internamente em Cabo Delgado.



Setembro-Novembro de 2020

A deslocação aumenta, com quase 530 000 pessoas forçadas a abandonar as suas casas até ao final de novembro.



Julho de 2021

A convite do Governo, o Rwanda e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) deslocam-se para Cabo Delgado.



Fevereiro de 2022

O número de pessoas deslocadas aumenta para 784,319



Setembro de 2022

Os GANE lançam novos ataques nos distritos de Erati e Memba, na província de Nampula, deslocando 65.000 pessoas



Setembro de 2022

Casos de cólera detectados no Niassa



Janeiro de 2023

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) lançaram uma operação militar combinada com as RDF e as forças da SADC no norte de Macomia, sul de Muidumbe e Chai, ao longo do rio Messalo, para desmantelar as bases do NSAG.



Março de 2023

O acesso físico geral às zonas mal servidas no norte de Cabo Delgado melhorou; a estrada para Pundandar foi aberta pela primeira vez desde 2020.



Abril de 2023

A ronda 18 da OIM-DTM indica que, pela primeira vez desde o início do conflito, se regista uma diminuição - de 19% - do número de deslocados internos, de aproximadamente um milhão para 834 mil pessoas, e um aumento simultâneo de 18% do número de repatriados, estimado em 420 mil pessoas.



Setembro de 2023

Cerca de 7.000 pessoas são deslocadas devido a ataques ou receio de ataques em Mocímboa da Praia, Macomia e Muidumbe.

Janeiro-Março de 2020

A violência em Cabo Delgado aumenta, com 71 incidentes registados no primeiro trimestre de 2020 e mais de 110.400 pessoas deslocadas.

Agosto de 2020

Grupos armados não estatais lançam um grande ataque a Mocímboa da Praia e ocupam a cidade portuária durante mais de um ano.

Abril de 2021

Um grande ataque a Palma sede e os confrontos subsequentes provocam a deslocação de mais de 100.000 pessoas.

Novembro de 2021

O conflito estende-se ao distrito de Mecula, na província vizinha do Niassa.

Junho de 2022

Os GANE lançam ataques no sul de Cabo Delgado (distritos de Ancuabe e Chiúre), deslocando 83.983 pessoas .

Outubro de 2022

Início da Operação Vulcão IV na parte baixa do distrito de Muidumbe.

Fevereiro de 2023

O ciclone Freddy atinge Inhambane, agravando as inundações provocadas pelas fortes chuvas sazonais.

Março de 2023

O ciclone Freddy atinge Moçambique pela segunda vez, trazendo chuvas que ultrapassam a precipitação média da estação chuvosa; o surto de cólera em Moçambique é classificado pela OMS como uma Emergência de Saúde Pública de Grau 3 em várias regiões .

Julho - Agosto de 2023

Operação militar Hard Punch na floresta de Katupa, distrito de Macomia.

Dezembro de 2023

Mais de 109 000 pessoas foram deslocadas em 2023 devido à violência, de acordo com a ferramenta de acompanhamento de emergências para deslocados internos em tempo real da OIM.



Dados históricos do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades e Redução de Riscos (INGD) mostram que o impacto dos ciclones em Moçambique tem variado, afectando entre 73.000 pessoas (Ciclone Chalane em 2020) e 1,5 milhões de pessoas (Ciclone Idai em 2019). Antes de 2019, quando o Ciclone Tropical Idai e o Ciclone Tropical Kenneth atingiram terra no espaço de seis semanas um do outro, não havia registo de duas tempestades de tal intensidade a atingir Moçambique na mesma estação²⁷.

Em 2023, o ciclone tropical Freddy, uma tempestade recorde, atingiu Moçambique duas vezes, causando ventos destrutivos, chuvas extremas e inundações generalizadas. A tempestade agravou as inundações já existentes devido à sua passagem inicial e às fortes chuvas sazonais. Apesar dos avisos prévios precisos e da gestão coordenada das catástrofes, ocorreram danos significativos que afectaram as infra-estruturas, deslocaram populações e interromperam serviços essenciais. As estradas foram cortadas, dificultando os serviços sociais, o comércio e a prestação de cuidados de saúde, agravando assim o surto de cólera que tinha começado em Setembro de 2022.

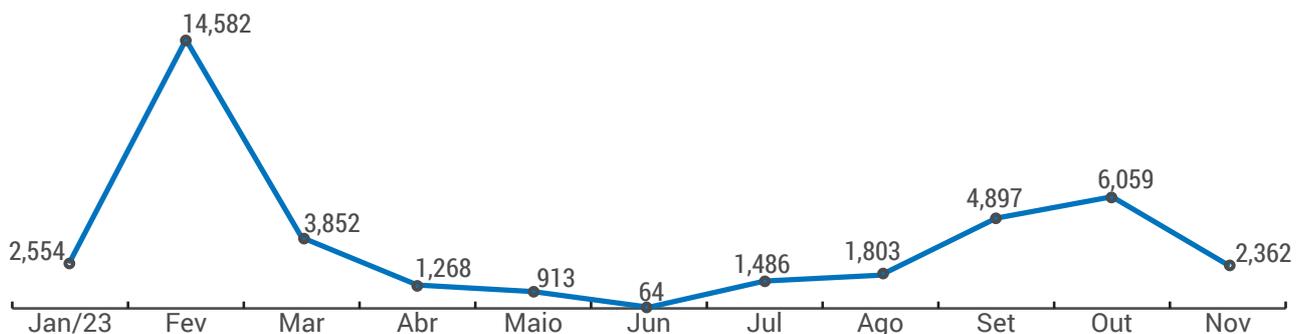
O INGD estima que mais de 774.000 pessoas estão em risco de serem afectadas por ciclones durante a estação chuvosa de 2023/2024. Serão realizados esforços de preparação e será prestada acção humanitária, conforme necessário, no caso de um ciclone de categoria 3 afetar

Moçambique. No caso de uma catástrofe, o número de casos de pessoas afectadas pelo ciclone será incluído num Apelo Flash separado.

Impacto da seca: A seca é uma preocupação fundamental para o bem-estar da população, uma vez que 80 por cento da população depende da agricultura de sequeiro. A frequência dos fenómenos de seca tem vindo a aumentar ao longo do tempo. Foram registados 12 eventos no período de 1920-2016 que afectaram as zonas áridas e semi-áridas, onde o aquecimento das temperaturas e as condições mais secas se estão a tornar uma ocorrência comum e a provocar insegurança alimentar, desnutrição, migração, VBG e outros resultados negativos. O risco de seca é maior nas zonas do sul do país, especialmente nas províncias de Gaza, Inhambane e Tete. A previsão meteorológica para a estação chuvosa de 2023/2024 aponta para uma precipitação abaixo da média no sul e centro de Moçambique (outubro de 2023 a fevereiro de 2024) devido ao efeito El Nino, com um potencial atraso no início da estação chuvosa, enquanto se espera uma precipitação média a acima da média no norte de Moçambique (novembro de 2023 a março de 2024). Em 2023/2024, o INGD estima que 565.00 pessoas estão em risco de seca severa nas províncias de Inhambane e Gaza. Os mais vulneráveis são as pessoas que dependem da agricultura de sequeiro, muitas das quais estão abaixo do limiar de pobreza do Banco Mundial.

1.2 Choques e Impacto da Crise

Deslocação forçada



Out 2022 - Jan 2023 : **Operação Vulcão IV** em lower Muidumbe

Jul - Ago 2023: **Punção forte** em floresta Katupa, Macomia

Fonte: ETTs/IOM

Impacto nas pessoas, nos serviços e nos sistemas

O conflito em Moçambique, que começou em outubro de 2017, teve um impacto significativo na população de Cabo Delgado, bem como de Nampula e Niassa. No pico da crise de deslocação, em junho de 2022, mais de 946.000 pessoas tinham sido forçadas a fugir das suas casas. As crianças representavam 59 por cento das pessoas deslocadas, enquanto mais de metade (52 por cento) das pessoas deslocadas eram mulheres e raparigas. Os primeiros regressos começaram assim que o governo retomou o controlo do território, no segundo semestre de 2021, e têm continuado a um ritmo acelerado desde então. Em agosto de 2023, mais de 668.939 pessoas permaneciam deslocadas nas três províncias do Norte, na sua maioria mulheres e crianças.

Cerca de 55% das pessoas deslocadas vivem com a família e amigos nas comunidades de acolhimento, cujos recursos, já de si escassos, têm vindo a ser pressionados ao longo dos anos. A cidade de Pemba acolhe mais de 137.000 pessoas deslocadas, para além da população original de cerca de 224.000 pessoas, colocando os serviços de saúde e educação da cidade sob uma enorme pressão. Entretanto, cerca de 34% das pessoas deslocadas - 228.886 de 669.000 - estão em locais de deslocação, muitos com acesso limitado a abrigo seguro, água e saneamento. A falta de assistência nos locais de deslocação levou muitos deslocados a regressar aos distritos de origem, apesar da falta de prestação de serviços sociais básicos. Enquanto prosseguem os investimentos no desenvolvimento, é importante que os deslocados internos e os retornados vulneráveis tenham acesso a actividades humanitárias, uma vez que as necessidades básicas das pessoas continuam a ser prementes.

A combinação de violência, insegurança e condições meteorológicas adversas perturbou gravemente os sistemas alimentares locais, dificultando o acesso das comunidades afectadas a alimentos suficientes. Nos distritos do Norte, apesar de se ter registado uma diminuição dos conflitos armados, persistiram ataques esporádicos em certas zonas. Devido à escassez de financiamento, a assistência aos meios de subsistência não foi proporcional às necessidades, tendo sido apoiada uma em cada dez pessoas necessitadas. As adversidades climáticas, como as extensas inundações

no centro-sul de Moçambique e o impacto do ciclone tropical Freddy, perturbaram gravemente os sistemas alimentares locais, impedindo significativamente o acesso das comunidades afectadas aos alimentos. De acordo com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades e Redução de Riscos, cerca de 391.000 hectares de terras agrícolas foram afectados, juntamente com 238.000 casas, 1.000 escolas e 153 unidades sanitárias. Cerca de 1,2 milhões de pessoas foram afectadas no final da estação das chuvas, incluindo na província do Niassa. A avaliação da segurança alimentar pós-ciclone liderada pelo PMA²⁸ indica que muitas famílias não tinham reservas de alimentos básicos; 50,7 por cento das famílias e 84,3 por cento das famílias não tinham reservas de milho e arroz, respetivamente, devido ao impacto dos choques nas terras agrícolas. O governo informou que 62.824 hectares de culturas se perderam devido aos choques, o que pode ter contribuído para a insegurança alimentar nas zonas afectadas.

A avaliação pós-colheita indicou que, em Cabo Delgado, apesar do atual nível de assistência, os níveis gerais de vulnerabilidade persistiam a um nível elevado, enfatizando a necessidade duradoura de apoio direcionado e contínuo²⁹. Como os números do IPC consideram a assistência prevalecente ou a população assistida, qualquer redução no número de pessoas apoiadas poderia levar à deterioração do IPC. A maioria dos distritos continua a apresentar uma capacidade de resiliência baixa a moderada, principalmente devido ao acesso limitado a fontes de subsistência diversificadas e a níveis de rendimento inadequados. É necessário aumentar os meios de subsistência e as actividades de reforço da resiliência para aumentar a autossuficiência e reduzir a dependência. O relatório indicava que a paisagem agrícola enfrentava desafios significativos em 2023, incluindo uma redução substancial da produção agrícola em comparação com 2022.

Persiste um elevado nível de desnutrição crónica e de desnutrição aguda. O inquérito nutricional da metodologia SMART (Standardised Monitoring and Assessment of Relief and Transitions) indicou uma elevada prevalência de atraso de crescimento - 52% em 2023 (era de 44,5% em 2022) - que é agravada pela presença simultânea de emaciação, com uma prevalência que varia entre 2,2% e 9,3% nos domínios do

inquérito, o que resulta num duplo fardo de desnutrição. Entre as famílias pobres, o risco de desnutrição crónica é o dobro do das famílias mais ricas.

Nos distritos de Cabo Delgado diretamente afectados pelo conflito, a maioria das unidades de saúde permaneceu parcial ou totalmente danificada, sendo que a maioria não estava a funcionar em dezembro de 2022 (por exemplo, não existe nenhuma unidade de saúde em Muidumbe e apenas uma das sete unidades de saúde está a funcionar em Macomia). No decurso do conflito, os grupos armados atacaram várias vezes hospitais e centros de saúde, com ataques que vão desde a destruição de edifícios até à pilhagem de medicamentos e material de saúde. O conflito danificou sobretudo instalações de saúde no norte e ao longo da costa da província. Os distritos mais afectados, em termos de número de instalações danificadas, são Macomia, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Palma e Quissanga, que são os distritos de retorno com maior índice de gravidade (4).

Embora a violência tenha diminuído, as deslocações localizadas, a marginalização e as normas sociais e de género nocivas continuam a provocar uma crise de protecção. De acordo com os dados do Departamento de Protecção e Segurança das Nações Unidas, os ataques em 2023 envolveram maioritariamente NSAGs e forças de segurança. O declínio é atribuído à intervenção de forças estrangeiras e ao impacto das operações de contra-insurreição. Embora a deslocação tenha permanecido localizada, continua a aumentar os riscos de protecção, em especial para as mulheres e as crianças, uma vez que aumenta o risco de violência baseada no género, exploração e abuso sexual e dificulta o acesso das crianças à educação. As pessoas que conseguem fugir da violência são muitas vezes estigmatizadas e discriminadas pelas comunidades de acolhimento e de regresso, sob suspeita de serem fiéis aos GANE. A crise teve consequências devastadoras para a saúde psicossocial das pessoas afectadas.

Acesso humanitário

A presença sustentada das forças armadas nacionais e internacionais no centro e norte de Cabo Delgado contribuiu para as melhorias significativas no acesso durante 2023. A partir do segundo trimestre de 2023,

registou-se um aumento dos movimentos rodoviários de pessoal e mercadorias para as áreas distritais e subdistritais de Nangade, Macomia, Meluco, Mocímboa da Praia, Nangade e Palma.

As estradas N380, N381 e R696 que ligam o Sul e o Norte de Cabo Delgado continuam a ser vias de acesso críticas para os parceiros humanitários. A partir do último trimestre de 2023, apenas uma estrada, que liga Macomia sede e Awasse, continua sujeita ao uso de escoltas policiais. Negociações bem-sucedidas contribuíram para a identificação de alternativas ao uso de escoltas armadas, como patrulhas antes da passagem de comboios de ajuda.

O serviço aéreo humanitário continuou a fornecer uma opção fiável para aceder às capitais de distrito nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado de uma forma eficaz em termos de tempo. As quinze zonas de aterragem aprovadas pelo Ministério da Defesa em agosto de 2022 permaneceram activadas durante 2023 para acesso aéreo em alternativa aos movimentos rodoviários.

Durante o ano de 2023, os GANE aumentaram a utilização de explosivos e ataques com engenhos explosivos não detonados (UXO/IED) contra as forças de defesa e de segurança em estradas secundárias e terciárias, com o objetivo de realizar emboscadas e durante o conflito ativo. A utilização de IEDs pelos GANE pode afetar a segurança e a protecção dos civis que regressam a casa, bem como o acesso das organizações humanitárias. Por exemplo, as operações militares Hard Punch na floresta de Katupa (Macomia), entre julho e setembro de 2023, deixaram para trás um número significativo de IED ao longo da estrada costeira de Pangane a Quiterajo. Esta situação provocou a deslocação de pessoas que tinham regressado recentemente a casa.

Ganhar corações e mentes esteve no centro da estratégia dos GANE em 2023, tirando partido do regresso da população aos distritos de origem. Prevê-se que esta tendência se mantenha em 2024, tornando o acesso à população afetada mais difícil. O Grupo de Trabalho de Acesso Humanitário será lançado no início de 2024, orientando os parceiros humanitários na construção da aceitação da comunidade em Cabo Delgado.

O acesso rodoviário, essencial para a entrega de bens humanitários, pode ser afetado negativamente pela estação das chuvas, uma vez que as estradas são lavadas e as pontes danificadas.

Em nome da comunidade humanitária, o OCHA continuará a empenhar-se na interação civil-militar com as forças armadas em fóruns bilaterais e multilaterais, com o objetivo de melhorar a partilha de informações, as negociações de acesso e otimizar os resultados em termos de proteção.

O Grupo de Trabalho para o Acesso Humanitário (HAWG), em coordenação com o Grupo de Proteção, os pontos focais de segurança e o Grupo Consultivo Civil-Militar (CMAG), irá trabalhar na cartografia dos

engenhos explosivos (IED, UXO, ERW, minas) para analisar as potenciais implicações e informar melhor as intervenções humanitárias, bem como para permitir a segurança dos trabalhadores humanitários. O Grupo de Proteção também coordenará as actividades de educação sobre o risco de engenhos explosivos (EORE) com o objetivo de permitir a proteção e a segurança das comunidades nas zonas afectadas por conflitos. Os distritos em foco foram expostos a conflitos nos últimos seis anos (Macomia, Mocimboa da Praia, Meluco, Muidumbe, Nangade e Palma).

Em 2024, será mantido um mapa de acesso em linha. Este mapa apresentará as principais vias de acesso nos distritos, o seu estado e as vias em risco.

1.3 Âmbito da Análise

Reconhecendo a natureza multidimensional das necessidades das pessoas em todos os sectores, o Quadro de Análise Intersectorial Conjunta (JIAF 2.0) foi considerado a metodologia mais adequada para realizar uma análise abrangente das necessidades humanitárias. Cada agrupamento calculou o número de pessoas necessitadas (PiN) do seu agrupamento específico, desagregando-o pelos grupos populacionais acordados, ou seja, deslocados internos, repatriados (utilizando como fonte o DTM-IOM 2023 Ronda 19) e comunidade de acolhimento (esta última calculada com base num rácio comum de 1 para 1). Os agrupamentos trabalharam em estreita colaboração com os seus agrupamentos globais, seguindo as suas orientações na seleção dos indicadores de necessidades e dos parâmetros a utilizar na análise do JIAF 2.0. O OCHA consolidou os dados dos agrupamentos sobre o PiN e a gravidade das necessidades e, com base nisso, calculou o PiN intersectorial e a gravidade das necessidades utilizando o método de mosaico do JIAF 2.0, que envolveu a seleção do valor mais elevado de todos os agrupamentos por distrito. Os agrupamentos com os PiNs mais elevados por distrito foram Segurança Alimentar e Meios de Subsistência (FSL), Proteção e Saúde. O PiN inter-setorial preliminar foi

de 1,88 milhões de pessoas. A revisão técnica revelou que o grupo FSL tinha seis distritos com PiN mais elevado do que a população de base nesses distritos. A anormalidade deve-se ao facto de o grupo FSL ter utilizado o IPC como dados de base para identificar o seu número de casos, e não os dados de base da população. Esta é a abordagem global utilizada pelo grupo FSL. Para resolver a discrepância, os peritos técnicos do GI de todos os agrupamentos concordaram em utilizar o segundo PiN mais elevado para os seis distritos a abordar, elevando assim o PiN intersectorial final para 1,7 milhões de pessoas. Em 20224, dos 1,7 milhões de pessoas que necessitam de assistência humanitária nas três províncias do Norte, os parceiros humanitários irão concentrar-se em 1,3 milhões de pessoas afectadas pelo conflito, com um custo total de 387,6 milhões de dólares.

A comunidade humanitária contribuiu para a análise governamental das necessidades humanitárias resultantes dos riscos naturais. Adoptou uma abordagem multi-riscos que considerou o impacto das catástrofes naturais como principais factores das necessidades humanitárias em todo o país. A análise examinou o impacto dos ciclones, das inundações e

da seca, a fim de desenvolver medidas de preparação adequadas para atenuar o impacto dos perigos. Foram considerados os dados históricos sobre o impacto dos perigos naturais do Instituto Nacional de Desastres Naturais e Redução de Riscos (INGD), juntamente com as previsões sazonais para 2023-2024 do Fórum Regional de Perspectivas Climáticas da África Austral (SARCOF), as projecções meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) e as previsões de cheias da Direção dos Recursos Hídricos. Com base na análise das tendências, as províncias de Gaza, Sofala e

Tete estão em risco de seca, tendo sido desencadeadas acções de antecipação em alguns distritos das três províncias. Do mesmo modo, os ciclones têm afetado historicamente as províncias de Nampula, Sofala e Zambézia, com resultados potencialmente devastadores para as comunidades e infra-estruturas. Dos 2,5 milhões de pessoas vulneráveis às catástrofes naturais, o governo estima que 554.000 pessoas necessitam de assistência humanitária, das quais a comunidade humanitária planeia cobrir 429.000.

1.4 Condição Humanitária e Gravidade das Necessidades

Em todo o norte de Moçambique, 1,7 milhões de pessoas afectadas pelo conflito têm necessidades humanitárias e necessitam de assistência e protecção para salvar e manter a vida. A Análise Conjunta Intersectorial das Necessidades (JIAF) revelou que um total de nove distritos em Cabo Delgado reportaram necessidades mais elevadas (Gravidade 4) e oito distritos na Gravidade 3. As províncias de Nampula e Niassa reportaram um total de seis distritos na Severidade 3. Nestas províncias, cinco distritos foram também identificados na Gravidade 1 e 31 distritos foram identificados na Gravidade 2. Os parceiros humanitários darão prioridade à assistência com base na gravidade das necessidades identificadas. Os agrupamentos continuarão a monitorizar o nível de necessidades de acordo com vulnerabilidades específicas para ajustar a resposta conforme necessário.

- **Gravidade 2 (Stress):** Padrões de vida sob tensão, levando à adoção de estratégias de sobrevivência (que reduzem a capacidade de proteger ou investir nos meios de subsistência). Incapacidade de pagar/satisfazer algumas necessidades básicas sem adotar mecanismos de sobrevivência stressados, insustentáveis e/ou reversíveis a curto prazo. Impacto mínimo no bem-estar físico e mental. Possibilidade de ocorrência de alguns incidentes de violência localizados/específicos (incluindo violações dos direitos humanos).

Província	Fases de gravidade número de distritos			
	Grav 1	Grav 2	Grav 3	Grav 4
Cabo Delgado			8	9
Gaza	3	8	3	
Inhambane	1	12		
Manica	4	7	1	
Maputo	2	5	1	
Maputo City		1		
Nampula	2	17	4	
Niassa	3	14	2	
Sofala	3	6	4	
Tete	9	1	5	
Zambezia		21	2	
Total	28	92	30	9

- **Gravidade 3 (Grave):** Degradação do nível de vida (em relação ao habitual/típico), levando à adoção de mecanismos de resposta negativos com ameaça de danos irreversíveis (como a erosão acelerada/esgotamento de bens). Redução do acesso/disponibilidade de bens e serviços sociais/básicos. Incapacidade de satisfazer algumas necessidades básicas sem adotar mecanismos

de crise/emergência - irreversíveis a curto/médio prazo. Degradação do bem-estar físico e mental. Danos físicos e mentais que resultam numa perda de dignidade.

- **Gravidade 4 (Extrema):** Colapso do nível de vida, com a sobrevivência baseada na assistência humanitária e/ou em estratégias de sobrevivência extremas irreversíveis a longo prazo. Perda/liquidação extrema de meios de subsistência que conduzirá a grandes lacunas/necessidades a curto prazo. Violações graves e generalizadas dos direitos humanos. Presença de danos irreversíveis e aumento da mortalidade.

Análise de risco

TOs principais riscos em Moçambique são a insegurança, os conflitos e as alterações climáticas. Os potenciais factores de risco e os choques previstos, que podem afetar as necessidades humanitárias em 2023, incluem conflito, Ciclones, inundações e secas, Surto de doença, Dividendos de desenvolvimento

Conflito: Desde 2022, as forças moçambicanas, com o apoio de tropas do Ruanda e da força regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), aumentaram significativamente a sua presença na região e recuperaram áreas anteriormente sob o controlo dos GANE. A percepção de uma maior segurança é uma das principais razões invocadas pelos deslocados internos que regressam aos distritos de origem. É provável que o movimento de regresso continue, sobretudo porque os investimentos no desenvolvimento estão a ganhar força. A retoma da prestação de serviços sociais básicos pelo governo nos distritos afectados pelo conflito e a restauração das perspectivas de subsistência da população através do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado e de outras iniciativas de desenvolvimento podem criar condições favoráveis a regressos duradouros. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) deverá retirar a sua missão militar, SAMIM, de Moçambique até julho de 2024, com um início gradual da retirada a partir de dezembro de 2023

Ciclones, inundações e secas: Os choques climáticos agravam ainda mais a vulnerabilidade das pessoas

que sofrem os efeitos do conflito. Moçambique é um país grande, com paisagens variadas e condições climáticas correspondentes. A região costeira é afetada por ciclones e tempestades tropicais, as várias bacias hidrográficas são afectadas por cheias e a seca é mais predominante nas regiões áridas e semi-áridas do país. Nestes locais, pode haver uma sobreposição geográfica e podem ocorrer vários perigos nos mesmos locais. A seca é uma preocupação grave para o bem-estar da população, uma vez que 80 por cento da população depende da agricultura de sequeiro. A frequência dos fenómenos de seca tem vindo a aumentar a insegurança alimentar, a subnutrição, a migração, a violência baseada no género e outros resultados negativos.

A fim de disporem de uma análise e de uma compreensão comuns da situação, os parceiros humanitários utilizarão o INFORM, um fórum multilateral para o desenvolvimento de análises quantitativas partilhadas relevantes para as crises humanitárias e as catástrofes. O INFORM inclui organizações de todo o sistema multilateral, incluindo o sector humanitário e de desenvolvimento, doadores e parceiros técnicos. A INFORM está a desenvolver um conjunto de produtos quantitativos e analíticos para apoiar a tomada de decisões sobre crises humanitárias e catástrofes. Estes produtos ajudam a tomar decisões em diferentes fases do ciclo de gestão de catástrofes, especificamente na adaptação climática e na prevenção, preparação e resposta a catástrofes. A INFORM desenvolve metodologias e ferramentas para utilização a nível global e também apoia a sua aplicação a nível subnacional.

Surto de doença: O grupo de saúde monitorizará os surtos de doenças com base nas informações do Ministério da Saúde.

Dividendos do desenvolvimento: A comunidade humanitária acompanhará, juntamente com a comunidade de desenvolvimento, a expansão dos serviços sociais básicos e o restabelecimento dos meios de subsistência, a fim de garantir que as pessoas mais afectadas se encontrem na via da integração, do regresso ou da reinstalação. A base de referência para os serviços sociais nas zonas afectadas pelo conflito é o relatório de avaliação dos danos do PNUD de 2022 e o HeRAMS.

Monitorização da situação e das necessidades

A monitorização das necessidades humanitárias no norte de Moçambique será efectuada ao longo do ano para avaliar os riscos e as mudanças no contexto e quaisquer implicações para as operações e a estratégia de resposta. Serão utilizadas várias fontes de dados para compreender as mudanças no contexto humanitário. medida que forem sendo disponibilizadas mais informações sobre a vulnerabilidade, o PRH poderá ser revisto se se registarem alterações significativas na gravidade das necessidades que possam exigir uma mudança na estratégia de resposta. Será mantido um diálogo regular com os parceiros de desenvolvimento e o sector privado para compreender as suas contribuições para o restabelecimento da prestação de serviços básicos que, a longo prazo, facilitarão a fase de assistência humanitária.

A Matriz de Acompanhamento das Deslocações da OIM será actualizada regularmente para fornecer informações sobre as deslocações da população em resultado de conflitos ou catástrofes naturais. Esta será complementada com a Ferramenta de Rastreamento de Emergência (ETT) da OIM DTM que rastreia e recolhe informações sobre movimentos populacionais grandes e repentinos, fornece actualizações frequentes sobre a escala da deslocação e quantifica a população afetada quando necessário. Em Moçambique, a ETT está disponível em linha, fornecendo informações em tempo real sobre a deslocação das pessoas. A Classificação

Integrada das Fases (IPC), os inquéritos nutricionais (SMART) e os inquéritos pós-colheita serão também utilizados para monitorizar o impacto dos riscos nas pessoas.

O acompanhamento rigoroso do programa dos parceiros, da presença física e das tendências de acesso geográfico será fundamental para garantir que os objectivos de resposta permaneçam realistas, dada a situação dinâmica. Os mapas operacionais e de presença serão emitidos pelo OCHA com base nas informações fornecidas pelos agrupamentos e pelas autoridades locais.

O acesso humanitário será monitorizado mensalmente, a fim de articular as implicações das restrições de acesso nas operações humanitárias.

A capacidade de preparação para a resposta será avaliada através de uma análise regular das condutas de produtos de base críticos. Serão publicados regularmente instantâneos sobre a situação das reservas a nível nacional e regional. Isto constituirá um alerta rápido para a iminência de rupturas nos oleodutos. Os factores que desencadeiam a ativação de acções de antecipação em caso de inundações, seca e cólera serão monitorizados, em especial durante a estação das chuvas, que decorre de outubro a março, a fim de garantir que sejam tomadas medidas de atenuação adequadas para minimizar o impacto das catástrofes naturais.

Parte 2: Plano de Resposta Humanitária

DISTRITO DE ERATI, PROVÍNCIA DE NAMPULA

Pessoas a recolher alimentos no centro de distribuição do WFP

Photo: WFP/Denise Colletta



2.1 Estratégia de Resposta Humanitária



US\$413M

Necessários para apoiar 1,7 M de pessoas

Para garantir o acesso atempado, eficiente e seguro das pessoas à assistência humanitária e à proteção em 2024, a resposta humanitária recorrerá a uma combinação de modalidades de resposta estática e de resposta móvel e rápida de primeira linha. Embora a tónica geral seja colocada na resposta estática para garantir a sustentabilidade e um maior impacto, as equipas de resposta móvel e rápida, incluindo o Consórcio do Mecanismo de Resposta Rápida (MRR) das ONG e o mecanismo do Programa de Resposta Conjunta (JRP) das Nações Unidas, cobrirão as necessidades novas ou não satisfeitas das pessoas afectadas, incluindo as pessoas deslocadas e os repatriados. O trabalho dos parceiros do MRR será complementado pelos agrupamentos pertinentes e integrado no sistema de agrupamentos.

O HCT em Moçambique aprovou modalidades de priorização e limites de resposta para se concentrar na assistência que salva vidas, na assistência que sustenta a vida e em actividades seleccionadas que promovem as capacidades de sobrevivência das pessoas e a assistência de proteção. O Plano de Resposta Humanitário (PRH) 2024 dará prioridade às necessidades mais graves (níveis de gravidade 4 e 3), respondendo às pessoas mais vulneráveis entre as pessoas deslocadas (incluindo as que se encontram nas zonas urbanas), os retornados e as comunidades de acolhimento. A resposta às necessidades de nível inferior, tais como a insegurança alimentar mínima e grave (IPC Fase 1 e 2) e os distritos do nível de gravidade 2), foi despriorizada. O âmbito da resposta e a redução do requisito financeiro de 512 milhões de dólares em 2023 para 487 milhões de dólares em 2024 - mesmo com a persistência de necessidades elevadas - são também informados pelo trabalho efectuado pelo

Governo e pela coordenação operacional e colaboração em curso com os parceiros de desenvolvimento e os parceiros humanitários fora do PRH.

Embora a programação de dinheiro seja amplamente utilizada em muitas partes de Moçambique, existe potencial para aumentar a sua utilização em Cabo Delgado. Muitos parceiros humanitários, parceiros de desenvolvimento e o sector privado na província estão a entregar vales de dinheiro de acordo com as autoridades distritais. Observando que a modalidade em dinheiro oferece às pessoas afectadas alguma dignidade, maiores escolhas e opções mais amplas em relação às suas vidas, e que também é mais fácil de guardar e transportar durante a deslocação, os parceiros humanitários em Cabo Delgado continuarão a promover o uso de dinheiro multiuso como uma modalidade alternativa à assistência em espécie.

Em 2024, a comunidade humanitária tomará medidas práticas para garantir que os actores locais e nacionais (L/NAs), incluindo as organizações lideradas por mulheres (WLO), sejam incluídos nas operações humanitárias, na arquitetura de coordenação e nos fóruns de tomada de decisão. Orientadas pelos pilares gerais da estratégia de localização do HCT e pelos compromissos do plano de ação, as organizações humanitárias internacionais apoiarão os intervenientes locais e nacionais, incluindo as organizações lideradas por mulheres, no reforço das suas capacidades através de parcerias baseadas em princípios e na colaboração, assentes no respeito e na equidade, no reforço das capacidades através de formações, de tutorias e de destacamentos, na inclusão e na participação, na promoção da apropriação e no apoio financeiro, através de financiamento direto e de apoio à gestão financeira. A comunidade humanitária trabalhará em estreita colaboração com os L/NA, procedendo regularmente a uma avaliação das capacidades, a fim de identificar e tirar partido das suas vantagens comparativas, tais como um conhecimento contextual aprofundado,

nomeadamente das necessidades de proteção, das aspirações das populações afectadas e da dinâmica de género nas comunidades locais

Conflito: A implementação da assistência para salvar vidas, sustentar vidas e proteger na resposta humanitária em Cabo Delgado tem duas vertentes:

O primeiro objectivo consiste em apoiar as pessoas deslocadas internamente (PDI) nos locais ou junto das comunidades de acolhimento nos 3 distritos de severidade com um pacote multisectorial de assistência e serviços. Este apoio visa satisfazer as necessidades imediatas das populações afectadas e garantir o seu bem-estar e segurança.

No final do ano, havia 200 000 pessoas deslocadas em 91 locais. Em 2024, a coordenação e a gestão dos campos consolidarão os seus serviços, seguindo uma abordagem em três fases (ABC):

- **Fase A:** Ajustar as abordagens em relação aos locais de deslocados internos, investindo na capacidade e resiliência da população. Isto implica a transição/integração de cerca de 40 locais de deslocados internos com comunidades de acolhimento nos primeiros seis meses de 2024 nos distritos de Ancuabe, Balama, Chiure, Mecufi, Metuge e Montepuez.
- **Fase B:** Estabelecer pontes entre as pessoas deslocadas e as populações de acolhimento, utilizando um modelo de objetivo para toda a comunidade. Esta fase visa integrar 30 locais de deslocação nas comunidades de acolhimento e entregá-los à autogestão até dezembro de 2024.
- **Fase C:** Criação de comunidades coesas, proporcionando um nível de vida mais digno e melhorado através de uma abordagem multi-setorial baseada na área. Esta fase decorrerá até 2025 e tem como objetivo entregar a autogestão de todos os locais de deslocação em Moçambique até dezembro de 2025.

O segundo objectivo consiste em prestar assistência vital aos retornados nos 4 distritos de gravidade, a fim de facilitar a sua reintegração e prestar apoio essencial.

A comunidade humanitária alargará a sua capacidade nos distritos de regresso para apoiar as pessoas, incluindo os retornados e os deslocados internos, a fim de satisfazer as necessidades de salvamento e de manutenção da vida. Todos os distritos de regresso, com exceção de Palma, registam um colapso dos padrões de vida, sendo a sobrevivência baseada na assistência humanitária. Maior investimento no reforço das capacidades dos actores locais para aumentar a capilaridade e o alcance dos esforços de assistência. Para enfrentar estes desafios, é essencial estabelecer limites claros sobre o que pode e o que não pode ser feito e reforçar o envolvimento com o Governo de Moçambique e os parceiros de desenvolvimento. Esta colaboração é vital para alinhar os esforços, potenciar os recursos e maximizar o impacto da assistência humanitária.

Desastres naturais: Para mitigar o impacto das catástrofes naturais, a comunidade humanitária em Moçambique irá pré-posicionar fornecimentos humanitários em locais chave (Maputo, Beira, Nacala e Pemba) e organizar pré-acordos. Será também considerada a expansão de quadros de ação antecipatória. O plano de resposta humanitária às catástrofes naturais em 2024 visa 429.000 pessoas. A ação de antecipação é cada vez mais reconhecida como uma solução fundamental para reduzir os impactos das alterações climáticas e dos fenómenos meteorológicos extremos. Funciona se as actividades, os factores de desencadeamento e as regras de tomada de decisão forem previamente acordados para garantir o rápido desbloqueamento do financiamento previamente acordado. Ao utilizar sistemas de alerta precoce e avanços científicos na previsão de catástrofes, a ação de antecipação maximiza a janela de oportunidade entre o momento da previsão e a chegada de um choque previsto para desencadear intervenções que previnam ou atenuem os impactos humanitários iminentes. Embora a ação de antecipação tenha um grande potencial para melhorar a assistência humanitária, existem desafios à sua implementação, incluindo o âmbito limitado, a disponibilidade de dados e a precisão das previsões. A resolução destes desafios será crucial para melhorar a utilização da ação de antecipação na resposta humanitária e maximizar o seu potencial para salvar vidas e meios de subsistências.

2.2 Objectivos Estratégico

O Plano de Resposta Humanitária de Moçambique 2024 tem como objectivo garantir uma resposta humanitária inclusiva e digna às pessoas mais vulneráveis. A análise foi construída com base nos resultados das avaliações da Ronda 19 da OIM-DTM realizadas em agosto de 2023 e complementadas com o conjunto de dados da Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (IPC) 2023; estes constituíram a linha de base para estimar as pessoas vulneráveis e o cálculo do número de Pessoas Necessitadas (PiN) por todos os sectores. Foram considerados os inquéritos de intenção do Grupo de Protecção, as avaliações intersectoriais e as avaliações sectoriais, tais como a Avaliação dos Danos nas Infra-estruturas em Cabo Delgado, liderada pelo PNUD (novembro de 2022), o Sistema de Monitorização da Disponibilidade de Recursos e Serviços de Saúde (HeRAMS) e a Disponibilidade, Acessibilidade e Utilização da Terra para Pessoas Deslocadas Internamente (IDPs), Retornados e Comunidades de Acolhimento no Norte de Moçambique, liderada pela FAO (2023).

A resposta humanitária terá de se adaptar às necessidades e ao contexto específicos. A prestação de assistência humanitária será adaptada aos diferentes desafios que as pessoas deslocadas internamente, os retornados e as comunidades de acolhimento enfrentam, tendo em conta os padrões e o tipo de deslocação (deslocação prolongada ou recente e deslocação dentro ou fora do distrito, no local ou fora do local), o nível de serviços sociais básicos disponíveis nas zonas de deslocação e de regresso. As pessoas deslocadas que regressam às zonas de origem podem continuar a sentir necessidades humanitárias agudas a curto prazo. Os actores humanitários defenderão o regresso, a integração e a reinstalação com base em princípios, incluindo a sustentabilidade destas opções de soluções duradouras.

Os parceiros humanitários acordaram conjuntamente em três objectivos estratégicos que orientarão a resposta humanitária para apoiar as PDI nos locais, as PDI nas zonas urbanas, as PDI nas zonas rurais, os retornados e as comunidades de acolhimento em 2024

Objectivo Estratégico 1 (Salvar vidas)

Salvar vidas e aliviar o sofrimento através de uma assistência intersectorial segura, equitativa, inclusiva, sensível às questões de género e baseada em princípios aos grupos mais vulneráveis, incluindo as pessoas deslocadas internamente, as comunidades de acolhimento e outras pessoas necessitadas.

Objectivo Estratégico 2 (Sustentar a vida)

Melhorar o acesso inclusivo, atempado e adaptado aos serviços essenciais, incluindo a assistência que reforçará os meios de subsistência e a resiliência das pessoas afectadas ou em risco de crises.

Objectivo Estratégico 3 (Protecção)

Abordar os riscos e as necessidades de protecção das pessoas afectadas - mulheres e raparigas, homens e rapazes - com o objetivo de salvaguardar a sua dignidade e, ao mesmo tempo, reforçar o ambiente de protecção em Moçambique, através de uma ação colectiva e multisectorial, em conformidade com os compromissos assumidos com os princípios da igualdade de género, a centralidade da protecção e a PSEA em toda a resposta humanitária.

O quadro de monitorização do plano de resposta está disponível em <https://humanitarianaction.info/plan/1183>. O quadro de monitorização inclui o conjunto completo de indicadores associados a objectivos estratégicos, objectivos

2.3 Pressupostos de Planeamento, Capacidade Operacional e Acesso, e Tendências de Resposta

O plano de resposta baseia-se num cenário que prevê necessidades humanitárias significativas nas três províncias do norte de Cabo Delgado, Nampula e Niassa. Este é o resultado da convergência da deslocação induzida pela violência, da prestação limitada de serviços nas áreas de retorno e da insegurança alimentar. Prevê-se que o número total de pessoas afectadas pelo conflito continue a ser de aproximadamente um milhão - incluindo deslocados internos e retornados - com mais 600.000 pessoas afectadas indiretamente, incluindo comunidades de acolhimento e pessoas com necessidades humanitárias, incluindo insegurança alimentar. É provável que os movimentos pendulares continuem em 2024, prevendo-se um abrandamento dos regressos. Os esforços para integrar as pessoas deslocadas prosseguirão em 2024.

Em Setembro de 2023, o El Niño foi oficialmente declarado com uma probabilidade de ser moderado a forte e atingir o seu pico durante o verão moçambicano. De acordo com as previsões meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), no período de outubro a dezembro de 2023, existe uma maior probabilidade de precipitação abaixo do normal nas províncias do centro e sul do país (Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete, Zambézia), com uma elevada probabilidade de temperaturas mais quentes do que o normal, podendo resultar em secas. No período de janeiro a março de 2023, o INAM previu uma maior probabilidade de precipitação acima do normal nas províncias do centro e norte do país (Nsa, Nampula, Cabo Delgado, Zambézia e parte de Tete), juntamente com uma alta probabilidade de temperaturas mais quentes do que o

normal nas províncias do sul e centro (Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete e Zambézia). De acordo com o Centro de Ciclones Tropicais da Reunião (Meteo France), esta estação poderá ter um início tardio, com uma probabilidade de 70% de atividade abaixo do normal. Prevê-se a formação de 5 a 8 sistemas de baixa pressão no sudoeste do Oceano Índico (o normal é 10), dos quais 2 a 4 atingirão a intensidade de ciclone tropical (o normal é 5).

É provável que o ambiente de segurança continue a ser volátil e, como tal, os parceiros humanitários podem continuar a enfrentar restrições de acesso localizadas em algumas áreas de Cabo Delgado. Os constrangimentos de acesso incluem insegurança temporária, restrições de movimentos ou impedimentos burocráticos e administrativos. Para manter a flexibilidade e a capacidade de resposta operacional, os humanitários investirão fortemente na monitorização do contexto, na gestão do risco e nas estratégias de envolvimento, em particular com os actores locais e as forças militares no terreno, através do reforço da Coordenação Civil Militar em estreita colaboração com o Grupo Consultivo Civil Militar (CMAG).

Em 2023, cerca de 74 organizações humanitárias (42 INGOs, 11 NNGOs, 8 Agências das Nações Unidas e 17 outr) trabalharam para assegurar a prestação de assistência humanitária no âmbito do PRH. Existem dois pólos humanitários principais em Moçambique. Pemba, a capital de Cabo Delgado, abrange a província e ainda Nampula e Niassa. Em 2024, para complementar a presença das ONG fora de Pemba, a ONU estabelecerá um centro em Mocímboa da Praia para cobrir os

Presença operacional

Em 2023



74

Parceiros operacionais

11% UN AGÊNCIAS

57% INGOS

11% NNGOS

17% OUTROS

distritos do nordeste de Cabo Delgado. O outro centro humanitário situa-se em Maputo e cobre o resto do país. Além disso, cada província tem um ponto focal do HCT, que é o funcionário mais graduado da ONU na província ou um humanitário graduado. Representam o HCT ao nível provincial e apoiam e facilitam a coordenação com as autoridades governamentais provinciais através da coordenação cluster/setorial, incluindo a coordenação com o INGD e entre os actores humanitários para complementar os esforços de resposta a emergências.

No final do ano, os esforços humanitários tinham chegado a 1,5 milhões de pessoas de um total de 1,6 milhões de pessoas visadas. Esta expansão para alcançar as pessoas necessitadas continuará em 2024, concentrando-se em particular nos distritos

com maior gravidade de necessidades através de uma expansão da capacidade de resposta, incluindo com organizações locais que ajudam as suas comunidades. Em 2024, o HCT em Moçambique comprometeu-se com a implementação de uma estratégia de localização para Cabo Delgado. A estratégia de localização tem como objetivo aumentar a eficácia, eficiência e sustentabilidade das intervenções humanitárias, transferindo o poder, os recursos e as funções de tomada de decisão para os Actores Locais e Nacionais (LNAs). Esta estratégia baseia-se nas lições aprendidas com o trabalho com as ONGs locais no norte de Moçambique e é sustentada por um compromisso com o reforço de capacidades, desenvolvimento de parcerias, adaptação contextual e apropriação local.

2.4 Programação Inclusiva e de Qualidade, incluindo PSEA e Responsabilização Perante a População Afectada

Responsabilidade perante as pessoas afectadas

Ouvir e responder, bem como incluir e envolver de forma significativa as pessoas deslocadas e as comunidades afectadas continua a ser um princípio fundamental da resposta humanitária de Moçambique para 2024. É essencial que as pessoas afectadas tenham a informação de que necessitam para poderem gerir a sua resposta a um desastre ou a uma crise, e que os diversos grupos da comunidade afetada participem de forma significativa nas decisões de resposta a emergências. Em Dezembro de 2020, foram criados grupos de trabalho de responsabilização para com a população afetada/envolvimento da comunidade (CE/AAP) a nível nacional (Maputo) e subnacional (Cabo Delgado).

Em Moçambique, a Linha Verde 1,458 - um centro de atendimento gratuito com cobertura nacional - continuará a desempenhar um papel importante para garantir que a comunidade humanitária receba e responda ao feedback das comunidades afectadas por

crises, melhorando a qualidade, a responsabilidade e a eficácia da resposta humanitária.

A Linha Verde 1,458 continua a ser utilizada também para denunciar casos de violência de género e exploração e abuso sexual, e para garantir que estes sejam encaminhados para acompanhamento e assistência. No entanto, uma questão a ser abordada é o desequilíbrio significativo no perfil dos utilizadores da linha direta em 2022 - em setembro de 2022, 90 por cento das pessoas que ligaram eram do sexo masculino. Quase todas as pessoas que telefonam (97%) têm entre 18 e 58 anos de idade. Esta baixa taxa de utilização da linha direta entre as mulheres deve-se, em parte, à falta de acesso ao telemóvel, mas também reflecte uma falta de confiança nos canais de comunicação por parte de algumas pessoas, tal como informado pelas avaliações recentes.

Como é fundamental que as comunidades tenham acesso a múltiplas vias para apresentar queixas e dar feedback, os parceiros humanitários estão a trabalhar para alargar as opções e modalidades de envolvimento

e responsabilização da comunidade. O envolvimento da comunidade continuará a ser reforçado em todos os locais de deslocação, com a CCCM a apoiar as estruturas de governação comunitária existentes (ou a facilitar, quando ausentes), centrando-se na criação ou no reforço de comités locais de mulheres, pessoas com deficiência, jovens e idosos, através do estabelecimento do feedback padronizado de queixas da CCCM.

O aumento da presença a nível distrital, o envolvimento da comunidade e a comunicação com as comunidades continuam a ser componentes essenciais da resposta, a fim de garantir que a população afectada possa dar a sua opinião sobre a assistência recebida, para que esta se adapte melhor às suas necessidades.

PSEA

PA proteção das pessoas afectadas pela crise contra a exploração e o abuso sexual é uma das principais prioridades das autoridades e dos parceiros humanitários no norte de Moçambique.

As desigualdades estruturais, as normas sociais e de género, as dinâmicas de poder desiguais, o acesso desigual aos recursos, o aumento da probabilidade de violência baseada no género devido ao conflito e à deslocação contínua, juntamente com a presença crescente de trabalhadores humanitários, aumentaram o risco de SEA em Moçambique. As análises humanitárias e de género e as avaliações de risco de AAE salientaram o risco de os agentes humanitários ou os líderes comunitários cometerem abusos e exploração sexual relacionados com a elaboração de listas de beneficiários e a prestação de assistência humanitária.

O Código de Conduta do INGD estabelece um conjunto de normas e directrizes para a interação com os actores humanitários em Moçambique, de modo a garantir que as acções estejam alinhadas com os valores, a responsabilidade social e os princípios humanitários. O código está enraizado nos valores que orientam a ação humanitária e enfatiza o respeito pelos Direitos Humanos. Ele fornece um quadro ético para a conduta da interação humana do INGD e do Sistema de Gestão

de Redução de Risco de Desastres em Moçambique com os parceiros humanitários.

O PSEA continua a ser reforçado em toda a operação humanitária, a fim de proporcionar as capacidades, os instrumentos, a coordenação e a orientação necessários para integrar firmemente o PSEA em toda a resposta, abordar os principais riscos de exploração e abuso sexual a nível organizacional e comunitário e garantir o acesso das vítimas a uma assistência de qualidade. Melhorar o acesso dos sobreviventes à assistência, incluindo serviços de VBG e assistência jurídica, é uma prioridade crítica. Moçambique é um dos primeiros países a implementar a Nota Técnica sobre o Protocolo de Assistência às Vítimas da ONU. O protocolo delinea um conjunto comum de normas e padrões baseados em estruturas existentes para fortalecer uma abordagem coordenada e de todo o sistema para a prestação de assistência e apoio, que prioriza os direitos e a dignidade das vítimas de exploração e abuso sexual. Esta abordagem está alinhada com as estratégias e os esforços mais amplos das Nações Unidas e do IASC para prevenir e responder à exploração e ao abuso sexual e tem em conta as boas práticas para combater a violência baseada no género.

As Redes PSEA estão a funcionar a nível nacional e de Cabo Delgado para apoiar a prevenção e a resposta à exploração e abuso sexual. São co-presididas por um representante da ONU e de uma ONGI e são compostas por pontos focais de agências/organizações sob a direção geral do Coordenador Humanitário. Em 2024, deverá existir um coordenador inter-agências do PSEA a tempo inteiro que preste apoio técnico à comunidade humanitária e às redes PSEA. As redes cooperam estreitamente com todos os agrupamentos para integrar e prevenir a exploração e os abusos sexuais e com as áreas de responsabilidade do agrupamento de proteção, proteção das crianças e VBG, para garantir que as vítimas/sobreviventes, incluindo as crianças, recebam uma resposta adequada e holística. As redes também trabalham estreitamente colaboração como Grupo de Trabalho sobre Género para a Ação Humanitária, a fim de garantir a existência de uma programação inter-agências em matéria de igualdade de género para prevenir a exploração e os abusos sexuais e provocar

mudanças transformadoras. Além disso, os parceiros humanitários intensificaram significativamente os esforços para prevenir a exploração e o abuso sexual durante a resposta, nomeadamente através da incorporação de sessões de sensibilização durante as missões de avaliação rápida e de resposta, da formação regular dos trabalhadores humanitários, dos prestadores de serviços e das comunidades afectadas sobre a PSEA e da prestação de informações sobre os direitos dos beneficiários e os canais de apresentação de queixas durante as distribuições. A linha direta da Linha Verde 1458 e os mecanismos de queixa baseados na comunidade recebem e encaminham as alegações de abusos, que são acompanhadas de perto pelo coordenador do PSEA e pelas agências competentes. As comunidades afectadas continuam a revelar baixos níveis de sensibilização para os seus direitos à assistência humanitária, para as normas de conduta dos humanitários e para a forma de comunicar as suas preocupações em matéria de exploração e abuso sexual a nível comunitário

Deficiência

Moçambique tem demonstrado um forte compromisso com a promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, como evidenciado pela sua ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) em 2012 e a sua intenção de ratificar o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em África (ADP). Moçambique ainda enfrenta desafios na tradução dos compromissos relativos aos direitos das pessoas com deficiência³⁰ em políticas, sistemas, programas e serviços concretos.

As pessoas com deficiência enfrentam barreiras à participação e à inclusão a todos os níveis, incluindo a família, a comunidade e o Estado. A discriminação, as práticas nocivas e os preconceitos persistem, e a inacessibilidade e o acesso limitado à informação

constituem barreiras significativas. Além disso, os sistemas de encaminhamento e avaliação da deficiência baseiam-se em relatórios médicos sobre as condições de saúde para determinar a "incapacidade" de desempenhar papéis sociais, o que não está em sintonia com a abordagem baseada nos direitos humanos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Além disso, os dados existentes sobre a deficiência são limitados devido à inadequação dos métodos de recolha de informações e dos questionários. Existem políticas, orientações, regulamentos e normas inadequados para os serviços de apoio à deficiência em diferentes domínios. Existe uma desigualdade significativa no acesso aos serviços gerais entre as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência. Do mesmo modo, a resposta à redução do risco de catástrofes continua a apresentar lacunas na prestação de proteção adequada às pessoas com deficiência em situações de emergência e crises humanitárias.

Para abordar estas questões, um estudo das Parcerias das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência identificou várias prioridades para o apoio das Nações Unidas para promover a inclusão da deficiência em Moçambique. Estas prioridades incluem o apoio a um processo de reforma legal e política abrangente e inclusivo para a inclusão da deficiência, o reforço da coordenação e supervisão na implementação dos compromissos relativos à deficiência, a resolução de lacunas na orçamentação inclusiva da deficiência, o apoio ao desenvolvimento da capacidade nacional para a recolha de dados desagregados sobre a deficiência e o apoio às pessoas com deficiência e às suas organizações representativas na advocacia e sensibilização. O estudo também sublinhou a necessidade de a ONU desenvolver a sua capacidade de integrar a inclusão da deficiência no planeamento e na programação.

2.5 Custo da Resposta

O PRH de Moçambique é um plano híbrido que inclui submissões baseadas em projectos e actividades por grupos. Os proprietários dos projectos incluem organizações das Nações Unidas e organizações não governamentais (ONG) nacionais e internacionais. Cada agrupamento produz uma estimativa de custo por beneficiário, que combina os custos associados aos fornecimentos em géneros, à provisão de dinheiro (quando apropriado) e às despesas associadas à prestação física de assistência (logística, pessoal, segurança e outras despesas gerais).

Os projectos em cada agrupamento foram examinados pelos coordenadores dos agrupamentos e posteriormente revistos pelos pares pelo OCHA para garantir a adesão aos objectivos estratégicos gerais. Alguns agrupamentos viram o seu custo por pessoa aumentar devido, principalmente, às pressões inflacionistas sobre os produtos de base. O custo médio por beneficiário por agrupamento, excluindo a resposta aos refugiados, é de 47 dólares.

2.6 Monitorização da Resposta

Em 2024, os parceiros humanitários acompanharão a resposta implementada no âmbito do presente plano, a fim de garantir que continue a ser atempada, eficaz, eficiente, adequada à finalidade e à escala necessária, do seguinte modo:

A equipa humanitária do país supervisionará os progressos da aplicação do PRH através da revisão periódica do Quadro de Acompanhamento Humanitário.

O Grupo de Coordenação Interagrupamentos e o Grupo de Trabalho de Gestão da Informação monitorizarão os indicadores de resultados intersectoriais e os dados relativos ao programa operacional e à presença física, e acompanharão os progressos em relação aos indicadores de resultados. Os dados relativos à concretização das respostas serão comunicados a nível distrital e desagregados por grupo populacional (refugiados, deslocados internos e residentes), bem como por sexo e idade.

O acompanhamento da resposta dos agrupamentos será efectuado através do acompanhamento setorial.

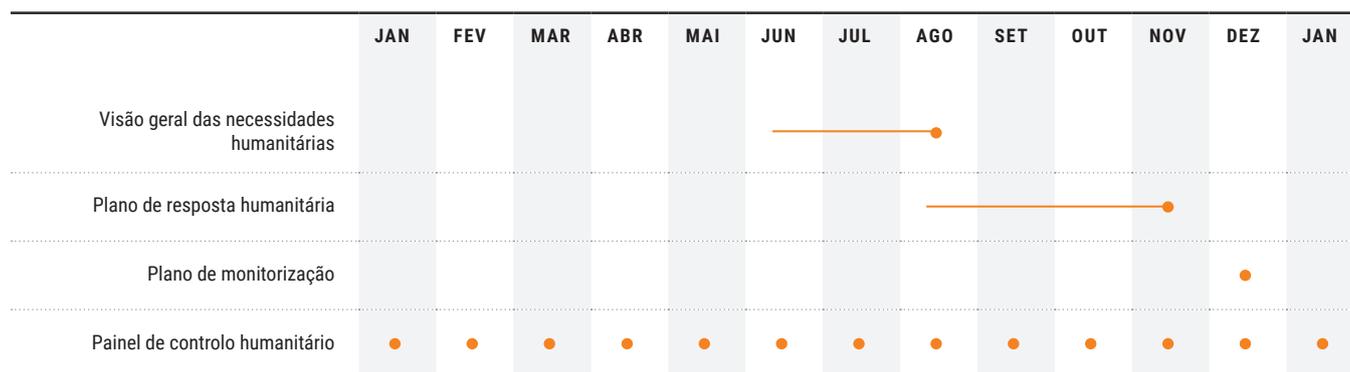
Cada agrupamento definiu os seus objectivos, ligados aos objectivos estratégicos globais, desagregando as pessoas visadas a nível distrital, bem como demograficamente, com destaque para os grupos mais vulneráveis identificados por cada agrupamento. Todos os agrupamentos comunicarão mensalmente os progressos realizados em relação a indicadores seleccionados através da ferramenta de mapeamento 5Ws (Quem faz o quê, onde, para quem e quando). O Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA) publicará mensalmente um painel de controlo da resposta intersectorial, que incluirá os progressos realizados na consecução dos objectivos do PRH e a situação do financiamento associado, tal como indicado no Serviço de Acompanhamento Financeiro.

Os indicadores de clusters foram classificados como apoiando direta ou indiretamente as pessoas para permitir um acompanhamento mais matizado do alcance. Os indicadores directos referem-se a actividades como o fornecimento de bens em espécie, dinheiro ou serviços a agregados familiares ou indivíduos. Os

indicadores indirectos referem-se às actividades que têm um impacto a nível comunitário ou para as quais não é possível um acompanhamento pormenorizado do número de beneficiários da assistência. Por exemplo, o fornecimento de água potável ou de kits de higiene será considerado um indicador direto, enquanto a promoção

da higiene através de diferentes meios será considerada um indicador indireto. Os indicadores de alcance total, alcance direto e alcance indireto serão fornecidos para todos os agrupamentos.

Cronograma do ciclo do programa humanitário



Parte 3: Necessidades e Resposta por Grupo

DISTRITO DE PEMBA, PROVÍNCIA DE CADO DELGADO

Grupo de raparigas a participar numa reunião

Photo: UN/RC office

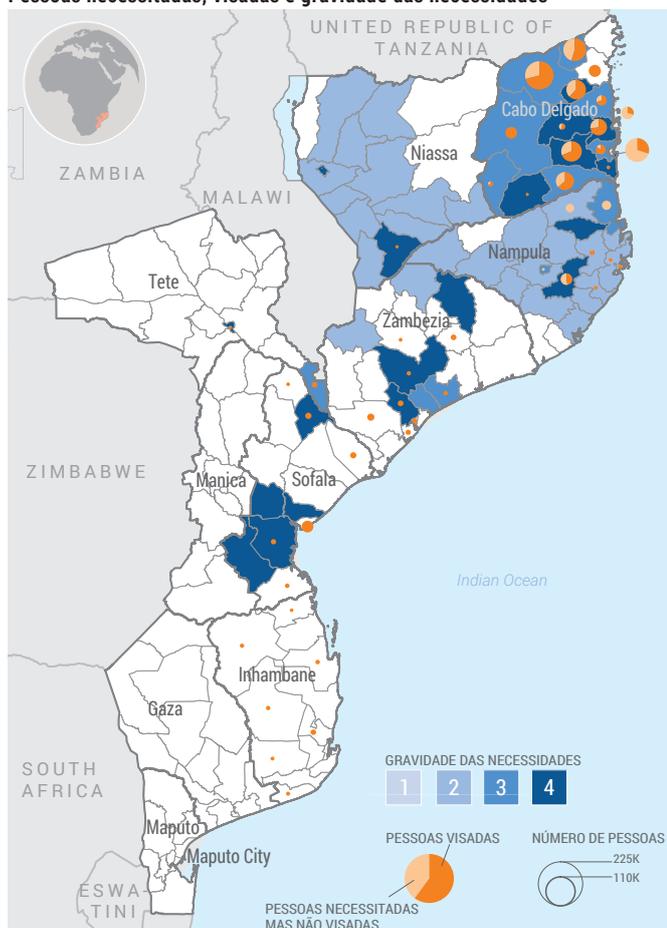




3.1 Coordenação e Gestão de Acampamentos (CCCM)



Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

Estima-se que 600,000 pessoas deslocadas, incluindo retornados e comunidades de acolhimento afectadas pela deslocação, necessitarão de serviços de coordenação e gestão de campos (CCCM) em 2024. Isto inclui 260 mil deslocados internos em deslocação prolongada que não podem regressar a casa devido ao conflito em curso em algumas áreas potenciais de regresso e aqueles cujas habitações, terras e propriedades foram destruídas ou ocupadas. Não se regista uma diminuição significativa em relação às 740 mil pessoas que necessitavam de assistência em 2023

Os dados do Cluster 5W da CCCM e dos campos revelam uma necessidade significativa de reforçar as estruturas de gestão dos campos nos locais de deslocação de Cabo Delgado. Os mesmos dados indicam também uma limitação preocupante dos serviços e da assistência, em particular nas áreas fora dos locais onde cerca de 73% das pessoas deslocadas procuraram refúgio. Embora existam estruturas de governação comunitária em locais colectivos, estas permanecem altamente subcapacitadas, com uma persistente falta de responsabilidade perante as pessoas que foram criadas para servir. As pessoas deslocadas nas zonas rurais e urbanas que vivem fora dos locais de deslocação não têm acesso a informações sobre os seus direitos e os serviços disponíveis. A existência de aglomerados populacionais sem quaisquer estruturas de coordenação e gestão conduziu a uma prestação esporádica ou total de ajuda às pessoas vulneráveis nos aglomerados informais. Com base em informadores-chave a nível local e na análise da CCCM, 60 por cento das pessoas deslocadas em geral declararam estar expostas a riscos acrescidos de protecção, saúde pública e violência baseada no género. Os fracos mecanismos de sobrevivência de algumas pessoas deslocadas dificultam a situação e causam frustração e desespero.

Os conflitos esporádicos em Macomia e Quissanga podem agravar ainda mais a deslocação prolongada e os encargos associados para a população deslocada, para os repatriados e para as comunidades de acolhimento, em especial devido à incerteza quanto à continuação dos serviços humanitários e à segurança nas zonas de regresso. Esta incerteza e o processo de paz inconclusivo podem levar a que a maioria das pessoas deslocadas actualmente em situação de deslocação parta prematuramente para encontrar abrigo e oportunidades de subsistência noutros locais, mas permaneça essencialmente deslocada

Estratégia de resposta

A operação CCCM será orientada por três objectivos estratégicos: (1) Coordenação e acompanhamento, que visa facilitar uma coordenação eficaz entre os vários intervenientes humanitários que trabalham em locais de deslocação. (2) que se alinha com o SO3 garante que os locais de residência das pessoas deslocadas internamente (PDI) sejam seguros e protegidos para os residentes, que as pessoas tenham acesso a informações sobre os seus direitos e os serviços disponíveis. Dar prioridade ao bem-estar e à segurança das pessoas afectadas, com especial destaque para as pessoas portadoras de deficiência, e à adopção de medidas para prevenir e responder a quaisquer formas de exploração e abuso sexual, colocando assim a centralidade da protecção (SO3) no centro das operações do agrupamento. (3) Incentivar uma forte participação da comunidade em serviços orientados para a resiliência, a fim de apoiar iniciativas progressivas e sustentáveis conduzidas pela comunidade para melhorar a qualidade de vida e, eventualmente, eliminar gradualmente a assistência humanitária.

A CCCM continuará a intensificar as consultas às comunidades, com ênfase na garantia de que os serviços sejam plenamente acessíveis às pessoas com deficiência e aos membros de grupos minoritários de sexo e idade diferentes. As intervenções da CCCM incluirão a garantia de que as populações afectadas tenham um acesso equitativo aos serviços humanitários, a criação de estruturas de governação comunitária inclusivas que incluam uma participação significativa de pessoas com deficiência, idosos, mulheres e raparigas e indivíduos de origens étnicas minoritárias, e a manutenção de uma comunicação bidirecional acessível a todas as pessoas deslocadas internamente. A estratégia e as prioridades de resposta do agrupamento CCCM visam a concretização de uma visão de um ambiente seguro e protegido em que as pessoas deslocadas não sejam apenas beneficiárias de assistência, mas parceiros activos na definição do seu próprio futuro. Através da coordenação e do controlo da prestação de serviços humanitários, esta visão aspira a fazer da solução uma prioridade de todo o agrupamento, garantindo assim que o agrupamento se adapta ao objetivo e é responsável pela solução, criando ligações entre os intervenientes no desenvolvimento e as organizações da sociedade civil para promover a solução para além da ajuda humanitária, de modo a funcionar em conjunto com o desenvolvimento. Estas prioridades baseiam-se na convicção de que o apoio ao progresso no sentido de soluções duradouras nunca pode começar demasiado cedo, e a acção do agrupamento CCCM deve procurar avançar para a criação de ambientes propícios à

concretização de soluções e à prevenção de deslocações prolongadas, adoptando uma abordagem baseada em soluções para a resposta do agrupamento.

Definição de objectivos e prioridades

O grupo de coordenação e gestão de campos (CCCM) identificou 600 000 pessoas que necessitam de assistência CCCM em 2024. Isto representa menos 140,000 pessoas, em números absolutos, do que as 740,000 pessoas necessitadas em 2023. O Cluster CCCM terá como alvo 355 mil pessoas em todos os distritos de Cabo-del-Gado, incluindo as províncias de Nampula e Niassa. Cerca de 50 mil deslocados internos residentes em 40 locais de deslocados internos em Ancuabe, Balama, Chiure, Mecufi, Metuge e Montepuez foram seleccionados para se integrarem na comunidade de acolhimento nos primeiros seis meses da resposta em 2024.

Até 65 mil deslocados internos residentes em 20 locais de deslocação nos mesmos distritos acima referidos, incluindo os de Niassa e Nampula, continuarão a integrar-se na comunidade de acolhimento dentro de 12 meses. Adicionalmente, cerca de 94 mil deslocados internos residentes em 30 locais de deslocação em Mueda, Nagade, Macomia, Muidumbe, Mocímboa e Quissanga continuarão a integrar-se nos próximos 12 a 24 meses.

Custo da resposta

Em 2024, o cluster CCCM embarcará numa modalidade de resposta que verá cerca de 67 locais transformados em comunidades viáveis. A operação envolverá a reabilitação de algumas infra-estruturas. Isto constitui um fator de custo significativo nas operações da CCCM. O processo envolve o desmantelamento cuidadoso e responsável dos locais de deslocação, incluindo a remoção de infra-estruturas, a eliminação de resíduos e a reabilitação ambiental. São incorridos custos para gerir as complexidades logísticas do desmantelamento, facilitando a integração das pessoas deslocadas nas comunidades de acolhimento. Os encargos financeiros incluem o reforço das capacidades e a reposição dos locais nas condições anteriores à deslocação. Além disso, o envolvimento da comunidade, a consulta e a coordenação com várias partes interessadas contribuem para as despesas associadas a uma integração organizada e ética dos sítios. O equilíbrio entre o imperativo humanitário e a relação custo-eficácia exigirá a colaboração e a afectação de recursos para executar eficazmente a integração e a reabilitação dos locais da CCCM.

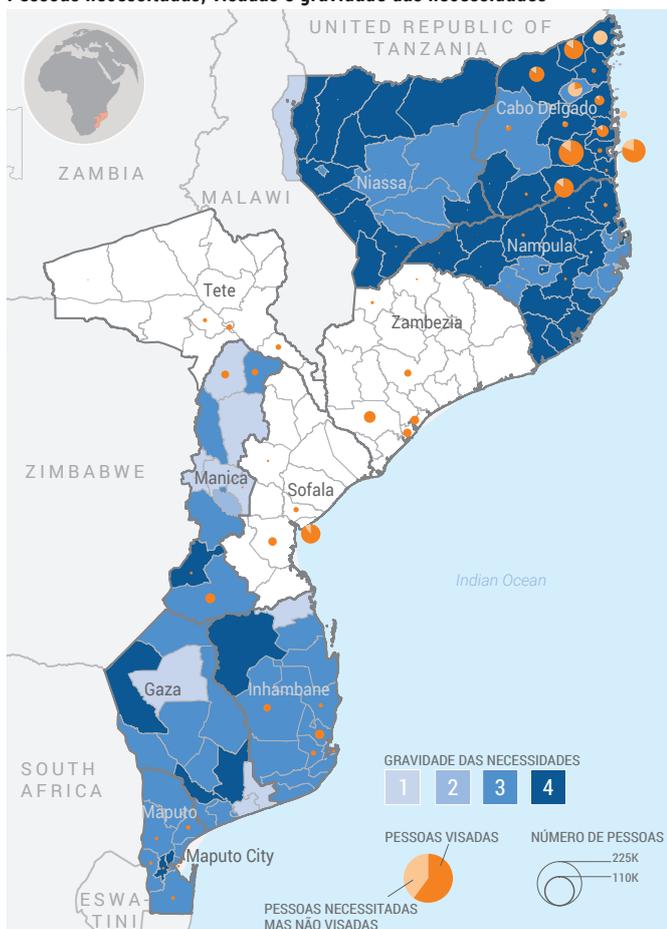
A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)

3.2 Educação



PESSOAS NECESSITADAS	PESSOAS VISADAS	FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
623K Conflito: 420K Desastres naturais: 203K	496K Conflito: 297K Desastres naturais: 198K	\$21.3M Conflito: \$18.3M Desastres naturais: \$3.0M	13	16

Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

Utilizando a metodologia do JIAF, o Grupo da Educação utilizou indicadores para fornecer uma análise holística das necessidades educativas das comunidades. A população de referência foi identificada através de uma análise da base de dados do Sistema de Informação de Gestão Educacional do Ministério da Educação, utilizando indicadores relacionados com a percentagem de crianças que não frequentam a escola, os rácios aluno/professor e a existência e qualidade das infra-estruturas escolares,

incluindo WASH nas escolas. Os níveis de gravidade acima de 3 reflectem uma situação preocupante para as raparigas, em especial as deslocadas internamente, das quais 53 por cento não frequentam a escola em 2023 devido à deslocação e/ou às práticas prejudiciais das comunidades. Ao mesmo tempo, os professores trabalham com salas de aula superlotadas, insuficiência de habilidades para trabalhar com alunos com necessidades especiais e infra-estruturas precárias, com pouco acesso a latrinas inclusivas e sensíveis ao género e à água potável. Tendo em conta a avaliação e os níveis de gravidade, o Grupo da Educação dará prioridade ao regresso das crianças e dos professores à escola através da implementação de actividades que garantam a inclusão de pacotes de proteção infantil, saúde mental e apoio psicossocial, bem como actividades e apoio específicos para crianças com deficiência. O Grupo assegurará que as populações afectadas sejam incluídas na conceção e execução das actividades e que o acompanhamento assegure que todas as crianças e adultos apoiados sejam protegidos contra a exploração e os abusos sexuais.

Estratégia de resposta

A estratégia do Grupo da Educação utiliza uma abordagem em três vertentes: proporcionar às raparigas, rapazes e crianças com deficiência dos 6 aos 17 anos de idade um acesso equitativo a serviços e espaços educativos seguros e protectores em situações de emergência, através de programas de aprendizagem formal, não formal e acelerada; melhorar a qualidade da educação através de formações relacionadas com situações de emergência para professores e pessoal educativo; melhorar os ambientes de aprendizagem, assegurando o acesso a água potável melhorada e a latrinas higiénicas nas escolas, incluindo a gestão da higiene menstrual para as raparigas adolescentes. O grupo definirá as prioridades com base nas necessidades das pessoas afectadas pelo conflito no Norte. O Grupo utilizará uma metodologia baseada

em "factores desencadeadores" para definir os grupos populacionais prioritários. Será analisada uma combinação de factores, incluindo o grupo populacional, a gravidade e os intervenientes presentes - tanto humanitários como de desenvolvimento. As intervenções do Grupo em locais prioritários podem ser reduzidas para se concentrarem noutras áreas de maior urgência. As crianças deslocadas internamente, os retornados e as crianças da comunidade de acolhimento receberão uma combinação de actividades para apoiar o acesso e a retenção de oportunidades de aprendizagem e garantir serviços transversais. O Grupo atenuará o impacto do número crescente de deslocados que residem nas comunidades de acolhimento e que exercem pressão sobre os serviços e infra-estruturas básicos existentes. Uma mudança progressiva ligará as actividades do agrupamento aos intervenientes no desenvolvimento. O agrupamento terá igualmente em conta a promoção de intervenções inclusivas para crianças com deficiência, actividades no terreno sensíveis às questões de género e transformadoras, o acesso a mecanismos de referência e de apoio do PSEA, a abordagem AAP, a preparação para situações de emergência e catástrofes naturais e a localização do apoio humanitário.

Definição de objectivos e prioridades

O Grupo da Educação visará 297,496 pessoas afectadas pelo conflito no Norte. O objectivo global do Grupo está dividido da seguinte forma: 120,786 deslocados internos, 35,836 retornados e 140,874 comunidades de acolhimento. O objectivo relativo aos conflitos inclui 145,772 e 151,724 raparigas e rapazes dos 6 aos 17 anos, respetivamente, e 4,049 adultos, principalmente professores e pessoal escolar. O Grupo terá como alvo 17,607 crianças com deficiência, o que representa 5,9% do objetivo total de crianças para o conflito. O objetivo planeado para a resposta aos desastres naturais é o apoio a 196,465 pessoas adicionais. Este número está desagregado da seguinte forma: 104,126 raparigas, 92,339 rapazes, dos quais se espera que 11,788 tenham uma deficiência.

Considerando a estratégia tripla do Grupo, 258,734 crianças serão assistidas em actividades educativas relacionadas com o acesso, 3,190 professores e pessoal escolar serão assistidos em actividades relacionadas com a qualidade e 35,572 crianças e adultos beneficiarão de actividades relacionadas com o WASH na escola.

Custo da resposta

O Grupo da Educação apoiará 297,496 crianças e adultos em 2024, para os quais são necessários \$18,255.623. O cálculo considera o custo das operações e actividades em 2023 por tipo de intervenção (por exemplo, materiais, formação). Dada a variabilidade entre distritos e províncias, o Grupo deu prioridade às necessidades urgentes de construção e reabilitação de espaços de aprendizagem temporários, fornecimento de materiais e suprimentos de ensino/aprendizagem, formação de professores, capacitação de conselhos escolares e WASH nos serviços escolares. Os níveis de gravidade mostram uma priorização dos 18 distritos em Cabo Delgado, Nampula e Niassa usando critérios determinados pela JIAF e HPC, que incluem os efeitos do conflito, movimentos populacionais e factores específicos da educação, tais como o rácio professor/aluno, instalações de ensino disponíveis, lavagem nas infra-estruturas escolares.

Dado o elevado número de retornos espontâneos em 2023, o Grupo assegurará que os repatriados sejam totalmente reintegrados na sua comunidade. Para tal, será necessário reduzir os serviços das zonas que anteriormente acolheram deslocados internos. A prioridade será dada aos locais com um grande número de deslocados internos, aos retornados sem bens e onde os serviços ainda estão interrompidos, e às comunidades de acolhimento ou afectadas pelo conflito.

A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)



3.3 Segurança Alimentar e Meios de Subsistência

PESSOAS NECESSITADAS

PESSOAS VISADAS

FINANCIAMENTO (US\$)

PARCEIROS

PROJECTOS

1.5M

Conflito: 970K
Desastres naturais: 554K

1.0M

Conflito: 937K
Desastres naturais: 97K

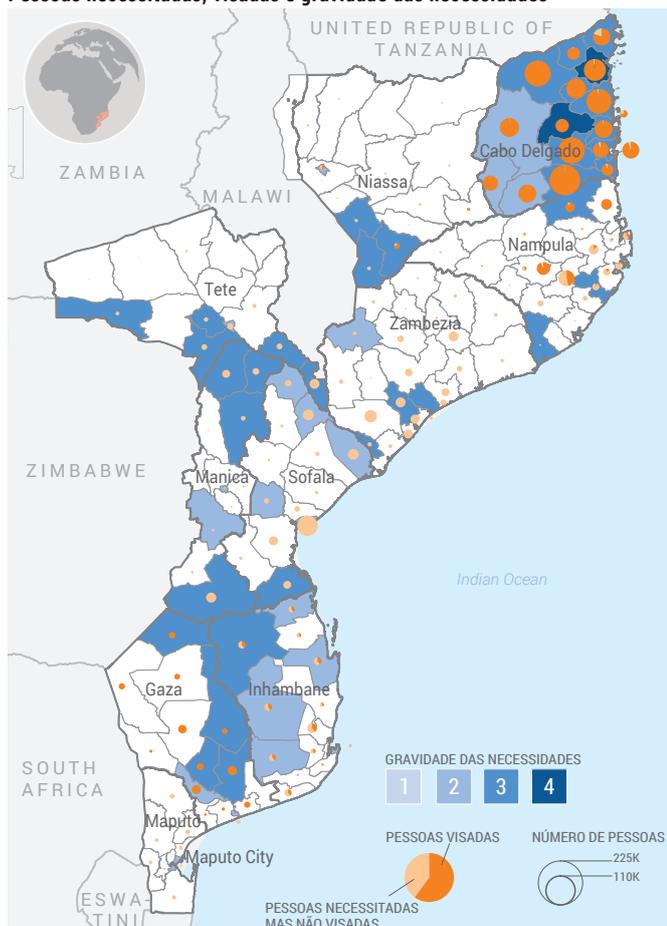
\$172.6M

Conflito: \$166.7M
Desastres naturais: \$5.9M

15

16

Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

Mensagem principal: De acordo com o IPC pós-choque (a ser divulgado), 3,3 milhões de pessoas, 21 por cento da população dos distritos mais afectados pelos Choques em 2023 e incluídos na análise, enfrentam insegurança alimentar aguda de Crise ou superior (IPC fase 3+). Em Cabo Delgado, 863,000 pessoas atingem este nível (32 por cento da população total), razão pela qual o Grupo FSL prioriza as necessidades e a resposta nesta província.

A análise do IPC abrangeu um total de 72 distritos, os mais afectados pelos choques que ocorreram no país (incluindo

todos os distritos de Cabo Delgado). Isto corresponde a 45% do total de distritos do país. Os resultados mostram que, para o período de outubro de 2023 a março de 2024, o número de pessoas que necessitam de intervenção urgente deverá rondar os 3,3 milhões, dos quais 220 mil pessoas estão na Fase 4 (Emergência). Esta situação poderá ocorrer como resultado do esgotamento das reservas alimentares e do impacto do El Niño (principalmente no sul e centro do país). Durante o período de projeção - outubro de 2023 a março de 2024 - prevê-se que a situação nos distritos de Moçimboa da Praia e Meluco atinja o IPC 4, e que a maior parte de Cabo Delgado permaneça no nível de Crise (IPC 3), considerando o movimento crescente de populações que regressam às suas áreas de origem e a assistência humanitária limitada. Apenas os distritos de Balama, Cidade de Pemba, Montepuez e Namuno seriam projectados como Estressados (IPC 2). O FSC considera que a deterioração contínua da situação de segurança alimentar em Cabo Delgado, agravada pela fragilidade dos sistemas alimentares, deslocações prolongadas e acesso limitado à área produtiva agrícola, é agravada pelo baixo investimento no nosso sector, com cerca de 30% das necessidades financiadas para 2023.

O IPC actua como a principal referência para o Grupo FSL, tanto para a identificação da gravidade como para os números das Pessoas em Necessidade. Contudo, este IPC não é estatisticamente representativo por grupo alvo (deslocados internos, comunidades de acolhimento e retornados), mas apenas a nível distrital. De um modo geral, a insegurança alimentar no norte de Moçambique continua a deteriorar-se, desencadeada por um conflito e insegurança de longa duração, choques climáticos e o aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis devido ao cenário global.

Relativamente à zona central e sul do país, até março de 2023, os resultados da Crise (IPC Fase 3) prevalecerão provavelmente na seca e nas áreas afectadas pelo Ciclone

Freddy, uma vez que os agregados familiares pobres continuarão a registar défices no consumo de alimentos devido ao acesso cada vez mais difícil aos alimentos no mercado, impulsionado por preços dos alimentos superiores à média. É provável que os agregados familiares mais pobres intensifiquem as suas estratégias de sobrevivência indicativas de crise (IPC fase 3), tais como a redução da quantidade de alimentos ou do número de refeições, o aumento do consumo de alimentos silvestres, o envio de um ou mais membros da família para familiares noutros locais e até a migração para locais com mais oportunidades de geração de rendimentos.

De acordo com as Perspectivas de Segurança Alimentar da FEWS NET de outubro de 2023 a maio de 2024, "prevê-se que as fortes condições do El Niño atrasem o início da estação chuvosa de 2023/24 com um desempenho misto, especialmente no sul e em partes do centro de Moçambique.

A precipitação irregular e o acesso reduzido a insumos agrícolas irão provavelmente afetar a área plantada, afectando as oportunidades de trabalho agrícola para as famílias pobres. Existe uma preocupação especial com as zonas do sul e centro de Moçambique que registaram perdas de colheitas devido a períodos de seca em 2023 e ciclones em 2022 e 2023. No entanto, prevê-se que a precipitação seja cumulativamente média a superior à média no norte de Moçambique, apoiando o crescimento das culturas. O Governo e os doadores devem preparar-se agora para o aumento das necessidades de assistência alimentar em 2024".

Estratégia de resposta

Estratégia para as catástrofes provocadas pelo homem:

Aumentar o apoio aos meios de subsistência, mantendo a assistência alimentar essencial. O FSLC aumentará consideravelmente a assistência aos meios de subsistência para a população em situação de maior insegurança alimentar em Cabo Delgado, a fim de resolver o problema da dependência da ajuda e da fragilidade dos sistemas alimentares, mantendo ao mesmo tempo a assistência alimentar humanitária (ACH) para as categorias mais vulneráveis, com base em avaliações de vulnerabilidade. As intervenções agrícolas de emergência sensíveis ao tempo são 5 a 10 vezes menos dispendiosas para ajudar as famílias rurais a produzir alimentos. A ajuda alimentar humanitária será reduzida após a colheita até à próxima época de escassez, sempre que adequado e possível.

Prestação de assistência alimentar vitalícia à população em situação de insegurança alimentar:

Será fornecido um cabaz alimentar harmonizado para colmatar as lacunas alimentares mensais através de modalidades contextualmente adequadas (transferências em géneros e em dinheiro). Esta resposta exige uma seleção sólida dos agregados familiares para chegar aos mais necessitados (incluindo os deslocados internos, os retornados e as comunidades de acolhimento) e tem por objectivo prestar uma assistência consistente numa base mensal aos agregados familiares vulneráveis, com base numa cobertura proporcional das normas SPHERE para as calorias alimentares individuais. As necessidades alimentares agudas das pessoas que se encontram na fase inicial da deslocação, que se deslocam ou que se encontram em zonas de difícil acesso serão satisfeitas através de rações de resposta rápida.

Apoiar a recuperação dos meios de subsistência da população afectada:

O apoio aos meios de subsistência de emergência visa restaurar e reforçar os activos produtivos e criar oportunidades de subsistência, contribuindo assim para aumentar a produção e a disponibilidade locais de alimentos o mais rapidamente possível, em conformidade com os ciclos sazonais locais. Será dada prioridade às intervenções agrícolas de emergência sensíveis ao fator tempo e à disponibilização de factores de produção que maximizem os benefícios e contribuam para a produção interna.

Estratégia para as catástrofes naturais: O Grupo FSL terá como objectivo o pré-armazenamento dos recursos básicos para uma semana de assistência alimentar nos centros de alojamento e um kit de regresso para as famílias regressarem às suas casas após o choque, fornecendo também algum apoio agrícola básico para uma época de plantação de 2nd e sementes hortícolas para a época seguinte. Isto será feito em resposta a um ciclone ou a inundações, mas o Grupo FSL estará em alerta para responder à seca que já está a afetar o interior e o sul do país. Por último, são consideradas as actividades destinadas a reforçar a criação de sistemas de ação de antecipação para apoiar os parceiros na atenuação dos impactos negativos das inundações, ciclones e secas antes da sua ocorrência. Especificamente, isto inclui a disponibilidade de informação de alerta precoce e de desencadeamento climático para todos os parceiros, bem como a formulação de planos de ação locais de adaptação e de antecipação através de uma abordagem participativa harmonizada.

Centralidade da proteção: Os parceiros do FSLC esforçar-se-ão por garantir intervenções seguras e dignas, sensibilização para os direitos dos beneficiários (incluindo a PSEA) com uma estratégia de comunicação que facilite a participação ativa, mecanismos de feedback e mensagens acessíveis às populações afectadas. Serão utilizadas as vias de encaminhamento determinadas pelo agrupamento de proteção, pelos subagrupamentos e pelos grupos de trabalho, e os parceiros do agrupamento FSLC ajudarão a ligar a população afetada aos serviços de proteção específicos disponíveis.

Resposta sensível ao género: A estratégia do FSLC HRP incorpora as diferentes necessidades de homens, mulheres, rapazes e raparigas. Os diferentes grupos da população afetada são consultados e participam ativamente na determinação e na execução da resposta, ao mesmo tempo que são identificados e tratados atempadamente quaisquer riscos relacionados com a VBG ou a AAE. Os parceiros do FSLC estão empenhados em estabelecer e trabalhar com os representantes dos comités comunitários, garantindo a participação de 50% das mulheres e que estas ocupem posições de liderança. Os indicadores do PRH são desagregados por idade e género para facilitar o acompanhamento das respostas e a elaboração de relatórios dos parceiros do FSLC.

Pessoas com deficiência: O FSLC trabalhará em colaboração com o Grupo de Proteção e o Grupo de Trabalho para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, a fim de identificar os obstáculos ao acesso e as medidas necessárias para os superar eficazmente. Os parceiros do FSLC trabalharão em estreita colaboração com as autoridades locais para garantir a clareza dos critérios de vulnerabilidade e o apoio necessário para que as pessoas com deficiência possam aceder aos seus direitos de forma segura e digna.

Definição de objectivos e prioridades

O Grupo FSL considerou a média nacional para todos os grupos populacionais (homens, mulheres, crianças, etc.), uma vez que se espera que a insegurança alimentar os afecte proporcionalmente à média nacional. O IPC pós-choque utilizado para os números do HNO informou o número de pessoas necessitadas por distrito.

Para os conflitos: O objectivo foi calculado durante o workshop do PRH com os parceiros do FSLC, em que os parceiros apresentaram as suas propostas e os respectivos objectivos. O debate que se seguiu foi realizado ao nível setorial para definir o objectivo setorial, com o objectivo de cobrir as necessidades estimadas de acordo com a

capacidade dos parceiros. Para os distritos onde o PT (pessoas visadas) excede o PiN como para a componente dos meios de subsistência, os parceiros procurarão complementar as suas actividades.

Para desastres naturais: Com base nas limitações orçamentais, o Grupo FSL deu prioridade às províncias do sul de

reduzido proporcionalmente à capacidade disponível). Ambas as províncias já estão a ser afectadas pela seca, sendo Gaza mais significativamente do que Inhambane. O apoio aos meios de subsistência seria também útil para a população afectada pela seca, enquanto que a assistência alimentar para salvar vidas será mais relevante em caso de resposta a ciclones/cheias (ambas as províncias sofreram

o impacto do Freddy no ano passado). A utilização de transferências em dinheiro permitirá a flexibilidade dos objectivos a nível provincial e distrital se a emergência ocorrer noutras províncias.

Custo das respostas

O custo total das respostas globais do FSC é de 172,599,237 dólares americanos, repartidos em

1. Resposta aos conflitos 166,749,237 dólares americanos executados por 14 parceiros, abrangendo a assistência alimentar humanitária e o apoio aos meios de subsistência. Esta metodologia basear-se-á em projectos.
2. Catástrofes naturais: 5,850,000 dólares americanos, ou seja, o custo unitário de uma assistência básica de 1 semana de assistência alimentar e um kit de regresso para 96,500 pessoas e apoio aos meios de subsistência com sementes e ferramentas para a segunda época de cereais e horticultura para 83, 000 pessoas. Esta componente é unitária.

Este valor representa o custo mínimo da resposta da FSC com base nas necessidades identificadas e elaboradas na visão geral das necessidades humanitárias, e em coordenação com os parceiros da FSC que estarão envolvidos na resposta, que foi coordenada durante um workshop presencial que teve lugar nos dias 12th e 13th de outubro.

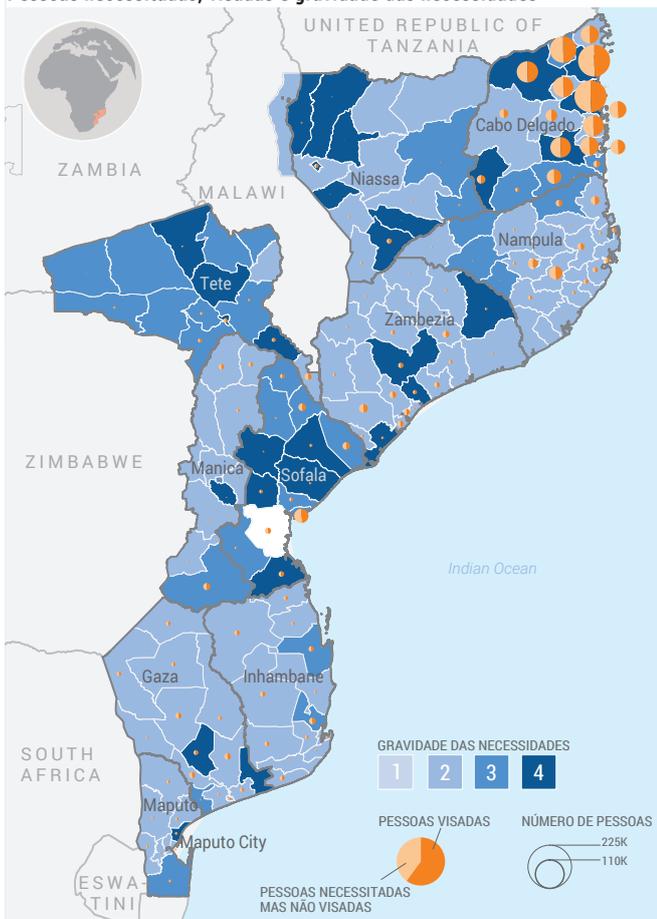
A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)



3.4 Saúde

PESSOAS NECESSITADAS	PESSOAS VISADAS	FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
1.2M Conflito: 950K Desastres naturais: 282K	603K Conflito: 467K Desastres naturais: 136K	\$21.1M Conflito: \$16.4M Desastres naturais: \$4.7M	9	14

Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

Moçambique, nos últimos três anos, foi atingido por três ciclones e tempestades tropicais que criaram mais necessidades humanitárias. O Quadro de Análise Conjunta Intersectorial conduziu a avaliação das necessidades humanitárias do grupo de Saúde. O grupo de Saúde seleccionou critérios-chave para avaliar a saúde, os riscos, os recursos e os serviços de saúde da população afectada.

Foram utilizados seis critérios principais para avaliar esta categorização, incluindo a taxa de ataques de diarreia aquosa aguda e a taxa de mortalidade de casos de cólera. Considerar também a Cobertura DPT3, que mede os

serviços de imunização. A proporção de mães que dão à luz em casa sem assistência médica também foi utilizada para determinar as necessidades de saúde materna. O indicador de funcionalidade do HeRAMS categorizou os níveis de acesso aos cuidados de saúde ao nível distrital. De acordo com os limiares estabelecidos, os distritos com baixa funcionalidade dos serviços de saúde tinham as necessidades de saúde mais elevadas.

Estes sinais foram definidos a partir de limiares de gravidade mínima a catastrófica. As necessidades humanitárias mais elevadas registam-se em Cabo Delgado, Nampula e Niassa. As principais fontes de dados foram o MSNA (2022), o HeRAMS (2022/2023) e os relatórios de vigilância de doenças.

As mulheres e as raparigas são as mais afectadas no acesso aos serviços de saúde devido às normas sociais e à falta de autonomia económica que as impedem de tomar decisões informadas. A superlotação coloca os deslocados internos em risco de violência baseada no género, abusos e preconceitos contra as mulheres, para além de limitar os serviços básicos e os meios de subsistência.

Estratégia de resposta

Os objectivos do cluster da saúde serão implementados juntamente com os objectivos estratégicos humanitários acordados em conjunto para Salvar vidas e aliviar o sofrimento através de uma assistência intersectorial segura, equitativa, inclusiva, sensível às questões de género e baseada em princípios aos grupos mais vulneráveis,

incluindo os deslocados internos, os repatriados, as comunidades de acolhimento e outras pessoas necessitadas. Os objectivos do grupo de saúde serão os seguinte.

Em 2024, o cluster de saúde pretende intervir em 17 distritos de Cabo Delgado, 15 distritos de Nampula e 4 distritos de Niassa, os mais afectados pelo conflito, com o objetivo

de prestar serviços de saúde preventivos e curativos de emergência gratuitos e eficazes às pessoas afectadas pela crise. Será utilizado o pacote integrado de cuidados de saúde primários, com ênfase em intervenções de grande impacto, como a vacinação, o tratamento atempado das causas mais comuns de morbidade e mortalidade, a detecção atempada e a resposta a doenças propensas a epidemias, os cuidados pré-natais e a assistência qualificada ao parto. Os serviços de saúde responderão às diferentes necessidades de grupos específicos como as mulheres, as crianças, os adolescentes, as pessoas com deficiência, os sobreviventes de violência de género, as pessoas que vivem com VIH e a tuberculose. Em colaboração com o grupo de trabalho inter-cluster MHPSS, a resposta tem por objetivo aumentar a disponibilidade de serviços para os mais vulneráveis. Para facilitar o trabalho dos parceiros da linha da frente, o agrupamento reforçará uma rede de saúde de emergência onde os kits estarão disponíveis e facilmente acessíveis. As actividades serão implementadas em coordenação com o cluster de saúde e nutrição e todos os sectores relevantes.

Definição de objectivos e prioridades

A resposta no domínio da saúde terá como objetivo a máxima integração para influenciar os indicadores nos diferentes sectores, reduzindo a mortalidade e a morbidade e melhorando o nível de vida da população.

O sector da saúde visará 456,036 pessoas em 2024 (218,898 homens e 237,139 mulheres). Haverá 95.768 crianças com menos de cinco anos e 18,241 mães grávidas/amamentando. Serão prestados cuidados de saúde sexual e reprodutiva a 104.888 mulheres em idade reprodutiva. A vacinação de emergência contra o sarampo

nos campos de deslocados internos visará 31 922 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses. Devido à posição precária do país nas crises humanitárias, a assistência sanitária de emergência centrar-se-á na gestão de patologias comuns, no tratamento de feridos, na prestação de pacotes mínimos de serviços iniciais (MISP) em matéria de saúde sexual e reprodutiva e na vacinação de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses. Os problemas de saúde mental novos ou preexistentes e as doenças não transmissíveis serão objeto de cuidados continuados.

De Setembro de 2022 a novembro de 2023, o país registou um surto de cólera a nível nacional, com 35 193 casos e 147 mortes, com uma taxa de mortalidade de 0,4%.

A detecção e a prevenção de surtos de doenças como a cólera exigem uma boa coordenação dos pilares da saúde humanitária e do desenvolvimento.

Custo da resposta

O sector da Saúde necessita de 16,360,339 dólares para ajudar 467,438 pessoas a beneficiar de serviços de saúde essenciais e que salvam vidas durante um ano, através dos projectos dos parceiros. Cerca de 30 por cento do orçamento será afetado à aquisição, expedição e distribuição de kits de saúde de emergência. Cerca de 40% dos fundos serão utilizados para apoiar a mão de obra no sector da saúde e garantir a disponibilidade de serviços em diferentes pontos de prestação. Outros 30% pagarão serviços de apoio, como logística e despesas gerais.

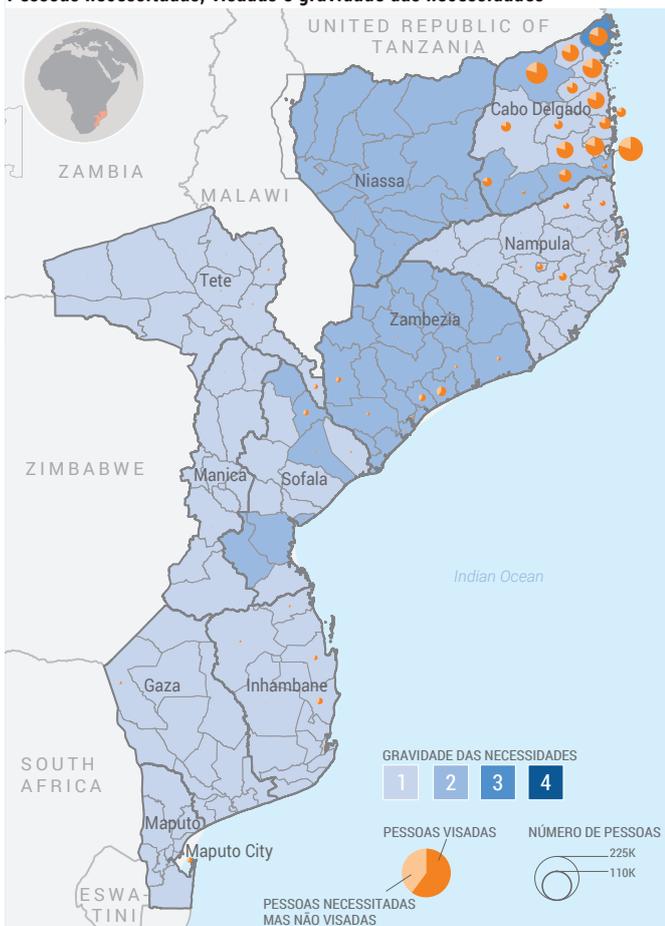
A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)

3.5 Nutrição



PESSOAS NECESSITADAS	PESSOAS VISADAS	FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
625K Conflito: 562K Desastres naturais: 63K	487K Conflito: 449K Desastres naturais: 38K	\$15.6M Conflito: \$15.2M Desastres naturais: \$0.4M	7	8

Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

O conflito em curso em Moçambique deixou mais de um milhão de pessoas em situação de insegurança alimentar, incluindo os deslocados, os retornados e as famílias que os acolhem. Cerca de 200,000 retornados consideram que um número significativo de instalações de saúde/nutrição e WASH foram danificadas ou destruídas, afectando o acesso a serviços adequados e atempados. O inquérito SMART de 2023 refere que cerca de quatro milhões de pessoas são susceptíveis de enfrentar elevados níveis de insegurança alimentar em resultado dos efeitos combinados dos choques climáticos e do conflito.

Os níveis extremamente elevados de desnutrição crónica em Moçambique afectam quase uma em cada duas crianças com menos de cinco anos. Os parceiros do cluster de nutrição visam alargar o acesso seguro e a cobertura de intervenções nutricionais de grande impacto que visam crianças com menos de cinco anos, raparigas adolescentes, mulheres em idade reprodutiva, em especial mulheres grávidas e lactantes, e pessoas com deficiência, e assegurar ligações nutricionais com programas de protecção social para a recuperação precoce. Nas zonas de difícil acesso e nas zonas afectadas por conflitos, serão aplicadas abordagens simplificadas para a prevenção, a identificação precoce e o tratamento da desnutrição aguda, incluindo a adoção do cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), baseado na família, para a identificação dos casos; a admissão e a alta apenas com base no IMC, a redução da frequência das visitas de acompanhamento às instalações de saúde (maior ração de alimentos terapêuticos ou suplementares prontos a utilizar para levar para casa), a fim de aumentar a utilização dos serviços de nutrição que salvam vidas.

Estratégia de resposta

Em conformidade com os objectivos do Plano de Resposta Humanitária, o Grupo de Nutrição tem como objectivos salvar vidas e apoiar o tratamento da desnutrição aguda das crianças com menos de cinco anos e das mulheres grávidas e lactantes, a fim de reduzir a mortalidade e a morbilidade associada, incluindo as pessoas com VIH e outros grupos vulneráveis (raparigas adolescentes e pessoas com deficiência); prevenir o aumento da desnutrição aguda e das deficiências de micronutrientes nas crianças com menos de cinco anos e nas mulheres grávidas e lactantes, incluindo as pessoas com VIH e outros grupos vulneráveis, e promover práticas óptimas de aleitamento materno e de alimentação complementar, bem como mensagens sobre as melhores práticas de

alimentação de lactentes e crianças jovens (IYCF) para os prestadores de cuidados a crianças com menos de dois anos, incluindo as pessoas com VIH e/ou deficiências.

Os parceiros do cluster da nutrição visam alargar o acesso seguro e a cobertura das intervenções nutricionais de grande impacto à população-alvo e assegurar a ligação da nutrição aos programas de protecção social para a recuperação rápida. Nas zonas de difícil acesso e nas zonas afectadas por conflitos, serão implementadas abordagens simplificadas para a prevenção, a identificação precoce e o tratamento da desnutrição aguda, incluindo a adoção do cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), orientado pela família, para a identificação dos casos; admissão e alta apenas com base no IMC, redução da frequência das visitas de acompanhamento às instalações de saúde (maior razão de alimentos terapêuticos ou suplementares prontos a utilizar para levar para casa), a fim de aumentar a utilização dos serviços de nutrição que salvam vidas.

Definição de objectivos e prioridades

A subnutrição é uma doença potencialmente fatal que aumenta a suscetibilidade a doenças e infecções e prejudica o desenvolvimento físico e cognitivo. A Visão Geral das Necessidades Humanitárias indicou uma deterioração geral das condições de nutrição nas províncias nortenhas de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, com uma em cada duas crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses com atraso de crescimento, e 26.936 crianças com menos de 5 anos foram tratadas por desnutrição aguda grave ou moderada e 29.075 mulheres grávidas e a amamentar em 2023 (quatro vezes mais do que o estimado). O inquérito SMART de 2023 continuou a registar uma elevada prevalência de atraso de crescimento (52% vs 44,5% em 2022), que é agravada pela presença simultânea de emaciação, com uma prevalência de 2,2% a 9,3% nos domínios do inquérito, resultando numa dupla carga de desnutrição.

Dada a elevada vulnerabilidade nutricional das crianças com menos de 5 anos e as necessidades críticas de segurança alimentar das pessoas deslocadas, bem como dos retornados, o objetivo é chegar a cerca de 80% do total

das pessoas necessitadas, das quais 88% são deslocados internos e retornados, 269,605 raparigas e rapazes com menos de 5 anos, 9,3% são PVV e 10% são crianças com deficiência, tendo em conta a sua maior vulnerabilidade e necessidades de protecção.

A definição de prioridades para as principais intervenções e propostas de projectos baseou-se no carácter crítico dos programas, na orientação geográfica e nas necessidades humanitárias, na sequência das avaliações do IPC sobre a desnutrição aguda e a vulnerabilidade existente. A presença da ajuda humanitária em zonas de difícil acesso e a capacidade operacional para iniciar rapidamente a resposta foram tidas em consideração na definição das prioridades dos projectos do agrupamento.

Custo da resposta

O cluster de Nutrição necessita de 15,1 milhões de dólares para prestar e reforçar a prestação atempada de assistência imediata para salvar vidas através de 14 parceiros, promovendo simultaneamente a complementaridade com a estratégia do Governo para o norte de Moçambique, províncias com maior risco de catástrofes naturais e o apoio da ONU à resposta humanitária. Os principais custos do projecto incluem a aquisição e a entrega de produtos nutricionais especializados que salvam vidas e de medicamentos essenciais para tratar a desnutrição aguda; recursos humanos para garantir a expansão das intervenções planeadas; formação; e custos operacionais para permitir uma presença humanitária robusta, incluindo em áreas de difícil acesso. As necessidades do projecto basearam-se nos objectivos acordados para o agrupamento e nas actividades planeadas em cada local visado, bem como nos custos normais das aquisições internacionais, nos custos de frete e no transporte de fornecimentos e medicamentos. Do mesmo modo, os custos de deslocação e de recursos humanos estão em conformidade com os honorários acordados entre o Governo e a ONU para os agentes humanitários.

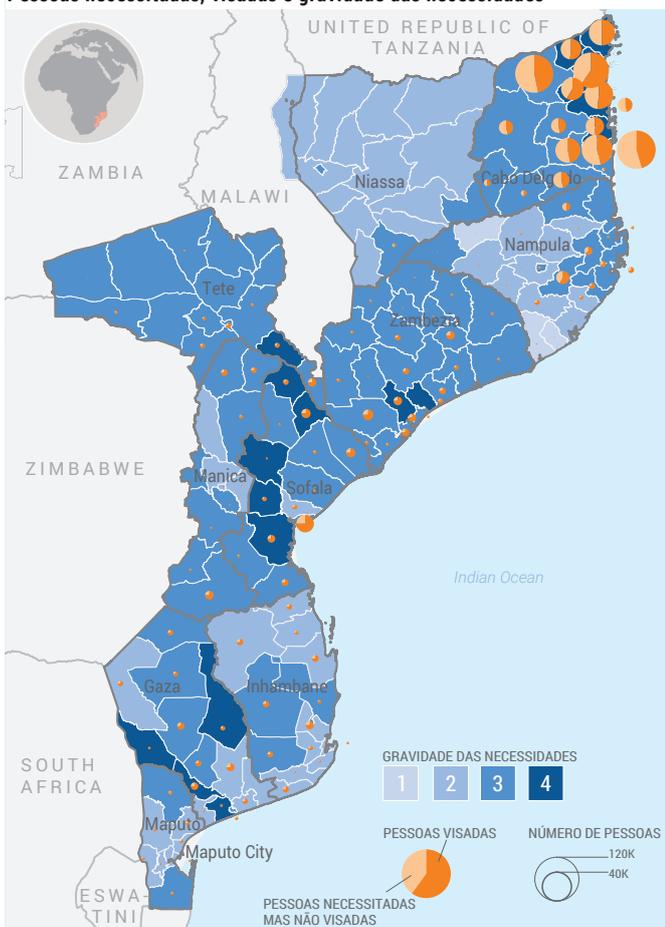
A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)

3.6 Protecção Geral



PESSOAS NECESSITADAS	PESSOAS VISADAS	FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
1.8M Conflito: 1.4M Desastres naturais: 0.4M	977K Conflito: 678K Desastres naturais: 299K	\$14.7M Conflito: \$14.5M Desastres naturais: \$0.2M	16	17

Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

A situação humanitária no norte de Moçambique continua a ser uma "crise de protecção". De acordo com o ACLED, em 2023 até agosto, foram registadas 101 acções violentas, causando um total de 197 vítimas mortais. O número de deslocados internos diminuiu para 627,846 pessoas (DTM-IOM) e o número de retornados aumentou para 540,958 (DTM-IOM) e, uma vez que os retornos foram motivados por necessidades de protecção como a LPD, o acesso a serviços, a reunificação familiar e a redução do apoio humanitário no sul de Cabo Delgado, há um elevado número de pessoas necessitadas nos distritos de Mocimboa da Praia, Nangade, Muidumbe, Macomia, Quissanga e Palma.

Além disso, nestas áreas, a insegurança persiste e o Governo não consegue prestar toda a gama de serviços sociais básicos necessários à protecção e implementação dos direitos humanos da população afectada, devido à destruição de infra-estruturas e ao regresso parcial da administração civil. Para aumentar a complexidade, em setembro e outubro, os ataques do NSAG contra Mocimboa da Praia e Macomia continuaram a provocar a deslocação de cerca de 6.000 pessoas, incluindo as que regressaram. No âmbito do conflito, registou-se também um aumento da utilização de engenhos explosivos improvisados (IED) pelos GANE. Nas áreas de deslocação na parte sul de Cabo Delgado, há ainda 33% de deslocados sem documentação civil e, em sete distritos de Cabo Delgado, apenas 39% conseguiram aceder a serviços especializados para o(s) seu(s) familiar(es) com deficiência.

Estratégia de resposta

Em 2023, o Grupo de Protecção conseguiu chegar a 700 mil pessoas (PC 2023) em 22 dos 36 distritos de três províncias (PC 5W). Permaneceram lacunas em Muidumbe, Nangade, Mocimboa da Praia e Palma, onde é necessário aumentar a escala para responder às necessidades dos retornados, novos deslocados internos e comunidades de acolhimento. Existem também algumas lacunas nas províncias de Nampula e Niassa, onde a presença dos parceiros de protecção é limitada. É importante salientar que a resposta de protecção manterá uma abordagem equilibrada das necessidades dos deslocados internos e dos retornados, a fim de reduzir os factores de atracção e de repulsão que podem levar ao regresso involuntário dos deslocados internos.

Especificamente, distritos como Palma, Mocimboa da Praia e Nangade não beneficiaram da presença de agentes de protecção. Apesar de algumas actividades de protecção estarem a ser implementadas em Mocimboa da Praia (MHPSS, gestão de casos, encaminhamento e VBG) e em Quissanga (Protecção Infantil, VBG, MHPSS

e localização de famílias) é necessário um aumento urgente da protecção (incluindo Protecção Infantil, VBG e HLP) nestes distritos que estão a receber grandes quantidades de retornados (DTM Ronda 19). Nestes locais de regresso, as principais actividades de protecção, tais como a monitorização da protecção, a documentação civil, o MHPSS, a gestão de casos de crianças vítimas de violações, incluindo a localização da família e a reunificação de crianças não acompanhadas e separadas, a habitação, a terra e a propriedade (HLP), a assistência jurídica e a protecção baseada na comunidade são necessárias para acompanhar os regressos e tender para soluções. No entanto, nos distritos de deslocação e de trânsito, as principais actividades de protecção ainda precisam de ser reforçadas, especialmente a assistência jurídica, a protecção baseada na comunidade, a assistência de protecção em espécie e as actividades de subsistência para pessoas com necessidades de protecção, especialmente nos distritos de Cidade de Pemba, Ancuabe, Metuge e Mueda.

De um modo geral, o Grupo de Protecção também assegurará serviços e assistência reforçados para apoiar a realização dos direitos humanos das pessoas com deficiência, incluindo as pessoas com albinismo, tanto nas comunidades de deslocados internos como nas comunidades de acolhimento e nas áreas de regresso, através de uma abordagem de reabilitação baseada na comunidade, entre outros. A advocacia continuará a ser uma estratégia regular e fundamental para suscitar preocupações em matéria de protecção e direitos humanos e para atenuar os riscos de protecção junto das autoridades nacionais e de outros intervenientes relevantes.

Definição de objectivos e prioridades

Em 2024, o Grupo de Protecção (incluindo VBG, PC e HLP) terá como alvo 772 mil pessoas afectadas, incluindo deslocados internos, deslocados internos que regressaram aos seus distritos de origem, comunidades de acolhimento e deslocados devido a ataques dirigidos perpetrados pelo

NSAG. As pessoas visadas pelo Grupo de Protecção e pelas três áreas de responsabilidade (VBG, PC e PLD) representam cerca de metade do número total de pessoas necessitadas do Grupo de Protecção (1,4 milhões).

Uma vez que a insegurança e a violência continuam a alimentar o conflito no Norte de Moçambique, a ênfase da resposta será colocada nas pessoas deslocadas internamente e nos retornados em Cabo Delgado, Nampula e Niassa, sem deixar para trás os indivíduos e famílias mais vulneráveis das comunidades de acolhimento. Há 29% de mulheres e raparigas deslocadas, sendo que as crianças representam o maior número (49%). Por conseguinte, as mulheres e as crianças foram as mais afectadas (representando 78% de todos os deslocados), sendo as mais expostas à violência baseada no género (perpetrada nas comunidades de acolhimento ou pelo NSAG) e ao abuso e exploração sexuais (resultantes do acesso precário a alimentos, da adoção de estratégias de sobrevivência negativas e da presença limitada de serviços de prevenção e resposta). A recente monitorização de protecção indica que cerca de 25% dos deslocados internos inquiridos em seis distritos são pessoas portadoras de deficiência, o que aumenta a sua vulnerabilidade, pelo que é fundamental assegurar que as pessoas portadoras de deficiência sejam integradas na resposta, incluindo as pessoas com albinismo. Os parceiros e as autoridades também darão prioridade às pessoas com necessidades de SMAPS

Custo da resposta

Com uma doação total de 59 milhões de USD, o plano global de objectivos do Grupo de Protecção dará grande ênfase às actividades que salvam vidas, devido ao elevado número de pessoas que necessitam de apoio urgente nos serviços de protecção que ficaram sem resposta devido ao baixo financiamento obtido em 2023.

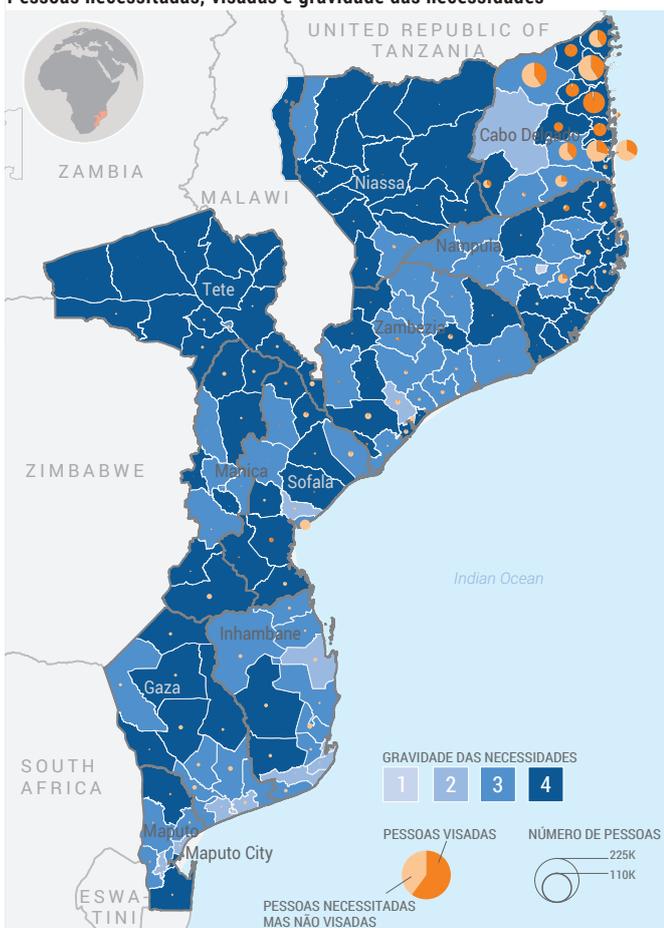
A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)

3.7 Protecção Infantil



PESSOAS NECESSITADAS	PESSOAS VISADAS	FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
763K Conflito: 613K Desastres naturais: 150K	352K Conflito: 317K Desastres naturais: 34K	\$16.4M Conflito: \$14.8 Desastres naturais: \$1.6	14	14

Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

O sector de Protecção da Criança em Cabo Delgado, no meio de ataques contínuos por Actores Não Estatais Armados (ANSA) desde outubro de 2017, é avaliado com base na frequência dos ataques, na presença de actores armados, no acesso das crianças aos serviços e na monitorização dos riscos de protecção. As crianças identificadas como estando em risco são as crianças deslocadas internamente, as comunidades de retornados, as crianças não acompanhadas/separadas e as crianças com deficiência. A monitorização revela que as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 17 anos nestas

categorias enfrentam riscos de recrutamento, sendo que as deslocações múltiplas aumentam os níveis de stress tóxico.

As conclusões sectoriais enfatizam as necessidades prevaletentes de protecção da criança, nomeadamente nas províncias do Norte, como Cabo Delgado, particularmente em distritos como Nangade, Mueda, Mocimboa da Praia, Meluco, Quissanga. As elevadas taxas de crianças que não frequentam a escola e o casamento infantil (22,8% das raparigas entre os 12 e os 17 anos) exigem assistência urgente, expondo ambos os sexos a riscos como o rapto, o casamento infantil e a gravidez na adolescência.

Os serviços de protecção, como as escolas e as instalações de saúde, são alvo de ataques, o que limita a aprendizagem segura e aumenta os riscos de protecção das crianças, como o abandono escolar, o casamento infantil, o trabalho infantil e o recrutamento. A falta de acesso e a perda de registo de nascimento aumentam a vulnerabilidade aos

grupos armados. As instituições locais têm dificuldade em dar uma resposta adequada, o que exige o reforço das capacidades no Norte de Moçambique. As comunidades precisam de apoio para compreender o impacto do conflito nas crianças, particularmente na domesticação das seis violações graves, promovendo a protecção baseada na comunidade para as crianças libertadas dos grupos armados. A reintegração destas crianças requer uma série de serviços que abrangem a saúde, a assistência jurídica, a nutrição, o apoio psicossocial, a identificação e a educação, apoiados por um acompanhamento de bem-estar social/protecção para a sua aceitação na vida comunitária após o conflito.

Estratégia de resposta

A Área de Responsabilidade de Protecção da Criança (CPAoR) salienta a urgência de abordar os riscos de

protecção da criança, dando prioridade às crianças não acompanhadas e separadas, às crianças associadas a grupos ou forças armadas e às vítimas de violência sexual relacionada com conflitos e de violência baseada no género (VBG). No centro da atenção do sector está a necessidade premente de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS) para as crianças, adolescentes e prestadores de cuidados.

Para melhorar a qualidade da resposta, o CPAoR deverá melhorar o acesso aos dados, à informação e à análise, implementando um sistema de gestão da informação para uma compreensão mais detalhada das necessidades de protecção das crianças a nível distrital. Isto inclui a desagregação por género, formas de violência ou abuso e deficiência.

Além disso, o CPAoR visa alargar o acesso a serviços de protecção baseados na comunidade, colaborando com as Nações Unidas, as ONGI, os agentes locais e as entidades estatais. Este esforço de colaboração visa proporcionar às crianças o acesso a serviços essenciais como a saúde, a educação e actividades de geração de rendimentos.

Além disso, o CPAoR esforça-se por melhorar a compreensão e a monitorização através dos canais locais e no seio das principais instituições, incluindo a polícia e as forças armadas, relativamente às seis graves violações dos direitos das crianças. Esta iniciativa tem como objetivo prevenir as violações e garantir o acesso a serviços de resposta nos casos em que os direitos das crianças são violados.

Definição de objectivos e prioridades

Em Moçambique, o CPAoR identificou 612,957 crianças necessitadas. O objetivo é ajudar 317,336 crianças vulneráveis que foram afectadas por conflitos ou catástrofes naturais. O CPAoR visará grupos etários específicos de rapazes e raparigas (0-5 anos, 6-12 anos, 13-18 anos) para proporcionar actividades adequadas à idade e ao género que reforcem as competências individuais e a resiliência das crianças, bem como aumentar as estruturas de protecção nas suas comunidades para

melhor prevenir a separação das famílias, o recrutamento e o rapto de crianças para grupos armados e reduzir o stress que afecta as populações deslocadas ou retornada.

O CPAoR enfatiza o reforço da coordenação no sector da Protecção da Criança, defendendo a existência de coordenadores dedicados, tanto a nível nacional como subnacional. Apoiado por um gestor nacional de informação, este esforço visa melhorar a qualidade dos dados, a análise contextual e garantir uma resposta de qualidade à gestão de casos através do Sistema de Gestão de Informação de Protecção da Criança (CPIMS). O CPAoR envolve 15 parceiros que apresentam projectos para apoiar os objectivos de resposta.

Custo da resposta

A resposta abrangente à protecção da criança procura obter 14,818,423 dólares para financiar os principais objectivos, incluindo a manutenção da atual cobertura geográfica e o reforço da capacidade dos parceiros em matéria de saúde mental e apoio psicossocial (MHPSS). A resposta dá prioridade à gestão supervisionada de casos, com maior capacidade para tratar casos de Crianças Associadas às Forças Armadas e Grupos Armados (CAAFAG), Violência Baseada no Género (VBG), Crianças Desacompanhadas e Separadas (UASC), incluindo opções de cuidados alternativos. Estas prioridades baseiam-se nos resultados da Avaliação Rápida Inicial Multissectorial (MIRA) e na avaliação dos dados do CAAFAG.

Os custos das actividades foram delineados: \$20 por criança para o MHPSS, \$10 por pessoa para a atenuação da VBG, \$75 por criança para a gestão de casos, \$150 por criança para a localização e reunificação da família e cuidados alternativos, e \$250 para a reintegração no CAAFAG, com base nos custos médios dos últimos três anos de programação.

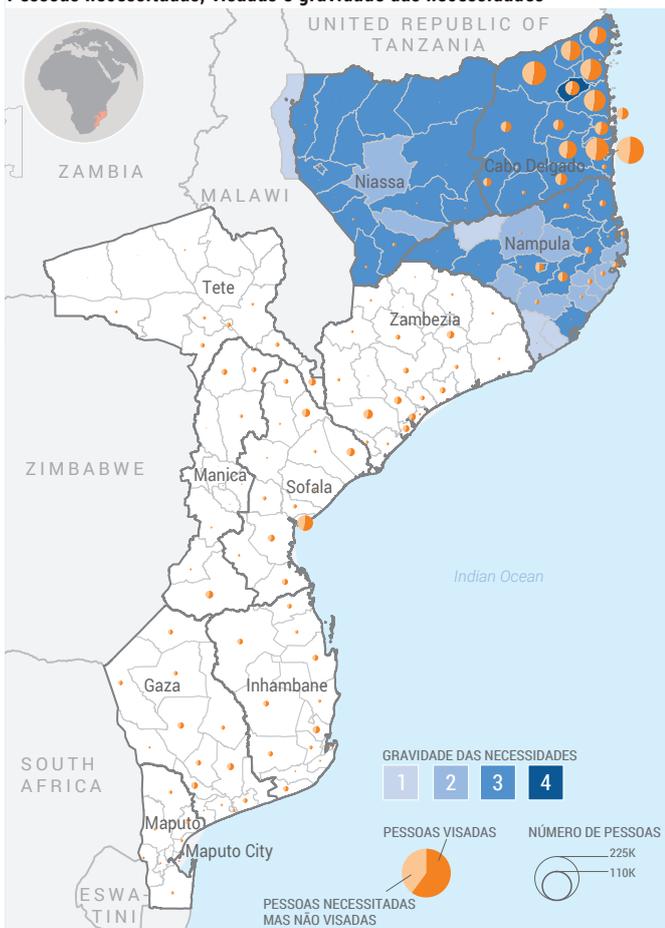
A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)

3.8 Protecção - Violência de Género



PESSOAS NECESSITADAS	PESSOAS VISADAS	FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
1.0M Conflito: 706K Desastres naturais: 332K	558K Conflito: 375K Desastres naturais: 183K	\$18.3M Conflito: \$17.7M Desastres naturais: \$0.6M	14	15

Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

A análise humanitária em Cabo Delgado, Moçambique, revela uma situação crítica, com ênfase nos riscos de Violência Baseada no Género (VBG) para mulheres e raparigas no meio do conflito em curso. O exercício intersectorial PiN identifica necessidades agudas exacerbadas por desafios económicos, movimentos e serviços insuficientes. São cruciais respostas abrangentes no domínio da saúde, serviços que salvam vidas e apoio à saúde mental.

As mulheres e raparigas afectadas por conflitos enfrentam riscos elevados, necessitando de uma abordagem centrada nas pessoas e informada pelo feedback da comunidade. Os riscos contextuais, os desafios da protecção do género e o acesso limitado aos serviços realçam as vulnerabilidades, exigindo uma resposta holística.

As disparidades de género profundamente enraizadas, as oportunidades limitadas de rendimento e a discriminação agravam os problemas, sublinhando a necessidade de reconhecer a capacidade de resistência da comunidade. Infra-estruturas inadequadas e preocupações com a segurança contribuem para um ambiente inseguro. Os obstáculos no acesso aos serviços essenciais de VBG, motivados pelo medo e pela falta de sensibilização, afectam grupos específicos, incluindo as famílias chefiadas por mulheres e os sobreviventes de violência sexual relacionada com conflitos.

É fundamental adotar uma abordagem global, tendo em conta as relações intersectoriais, os riscos de protecção e o impacto das alterações climáticas. A análise sublinha a importância de compreender e abordar os papéis sociais, promovendo papéis não estereotipados para mulheres e homens após a crise. É imperativo tomar medidas eficazes para aumentar a segurança, apoiar os serviços e satisfazer as diversas necessidades, contribuindo para um ambiente mais seguro para as mulheres e raparigas afectadas pela VBG em Cabo Delgado.

Estratégia de resposta

Em resposta ao aumento da violência baseada no género (VBG) nas zonas afectadas por conflitos, a Área de Responsabilidade VBG (AoR) dá prioridade aos serviços de emergência, incluindo serviços críticos de VBG e vias de encaminhamento reforçadas. As iniciativas de gestão de casos de VBG e de Saúde Mental e Apoio Psicossocial

(MHPSS) respondem às necessidades imediatas e ao bem-estar psicológico dos sobreviventes.

A estratégia sublinha o envolvimento da comunidade através do reforço de capacidades, de iniciativas estruturadas de sensibilização e da divulgação de informações em espaços seguros para mulheres e raparigas. As brigadas móveis oferecem serviços integrados relacionados com a VBG, concentrando-se na gestão clínica de kits de violação e pós-violação. As auditorias de segurança identificam e atenuam os riscos em todos os sectores humanitários.

O reforço das capacidades abrange várias partes interessadas, incluindo os prestadores de serviços VBG, as autoridades locais, o pessoal da Linha Verde e os operadores de chamadas,

os activistas e os agentes humanitários. A formação em meios de subsistência e competências para a vida visará a vulnerabilidade socioeconómica, apoiando a recuperação dos sobreviventes de VBG e reduzindo os riscos mais amplos em situações de deslocação.

Ao potenciar as parcerias com as autoridades locais, a estratégia reforçará o mecanismo multisectorial nacional (Centro de Atendimento Integrado - CAI) para a assistência integrada às mulheres sobreviventes de violência. Geograficamente, a resposta dará prioridade aos distritos com elevadas concentrações de pessoas deslocadas internamente (PDI) e de retornados. Esta abordagem orientada visa dar resposta a desafios específicos em locais com problemas de protecção, pouca documentação civil e impedimentos à liberdade de circulação devido a factores relacionados com o conflito. A estratégia de resposta concisa e focalizada visa não só satisfazer as necessidades imediatas, mas também estabelecer um quadro sustentável e baseado nos direitos para prevenir e combater a violência baseada no género em zonas afectadas por conflitos difíceis, procurando um impacto duradouro na vida das pessoas afectadas pela VBG.

Definição de objectivos e prioridades

No norte de Moçambique, a Área de Responsabilidade da Violência Baseada no Género (GBV AoR) identificou 706,000 pessoas necessitadas. O objetivo é prestar assistência a 376,000 indivíduos, com destaque para as mulheres e raparigas que beneficiam directa ou indirectamente das iniciativas do Cluster. As auditorias de segurança contra a violência baseada no género nos locais de deslocação revelaram que as mulheres e as raparigas adolescentes enfrentam riscos acrescidos de violência

baseada no género durante a deslocação ou o regresso às zonas de deslocação. Os desafios incluem casamentos prematuros, sexo transaccional e/ou de sobrevivência, exploração e abuso sexual devido a constrangimentos nos meios de subsistência. A resposta dá prioridade a grupos vulneráveis como os deslocados internos, as mulheres chefes de família com filhos pequenos, as sobreviventes de violência por parceiros íntimos e de casamentos prematuros, as mulheres com deficiência, as que correm o risco de ser vítimas de actores armados, as sobreviventes libertadas de grupos armados não estatais e as raparigas adolescentes após os ritos de iniciação. Esta abordagem específica tem por objetivo dar resposta aos desafios específicos enfrentados por estes grupos na região.

A definição de prioridades a nível distrital é orientada pelo Panorama das Necessidades Humanitárias (HNO) e envolve a avaliação dos projectos dos parceiros com base na capacidade de resposta às necessidades identificadas, na prioridade geográfica e no alinhamento com os objectivos estratégicos. É dada especial atenção à natureza humanitária dos projectos e as duplicações são sistematicamente resolvidas. O objetivo de financiamento atribui recursos predominantemente a mulheres e raparigas (35% para as PDI, 35% para as comunidades de acolhimento e 30% para os repatriados). A atribuição estratégica assegura uma utilização eficiente dos recursos, minimiza as duplicações com as organizações líderes e de execução e evita a redundância com as iniciativas de protecção e de protecção das crianças.

Custo da resposta

No âmbito da resposta do Grupo de Protecção, a Área de Responsabilidade da Violência Baseada no Género (VBG AoR) procura obter 17,7 milhões de dólares, dando prioridade a intervenções que salvam vidas para responder às necessidades prementes de uma grande população que requer serviços especializados. A gravidade das necessidades nos diferentes distritos é avaliada através de indicadores como a acessibilidade aos cuidados de saúde, a utilização de mecanismos negativos de resposta que elevam os riscos de VBG e os níveis de segurança percebidos pelas comunidades.

A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)

3.9 Protecção - Habitação, Terra e Propriedade (HLP)



PESSOAS NECESSITADAS	PESSOAS VISADAS	FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
799K Conflito	359K Conflito	\$1.7M Conflito	7	8

Resumo das necessidades

As necessidades humanitárias em matéria de Habitação, Terra e Propriedade (HLP) em Cabo Delgado são graves, marcadas pela deslocação das populações devido ao conflito, colocando desafios em termos de abrigo, segurança e direitos básicos. A análise da gravidade, utilizando indicadores do exercício inter-sectorial Pessoas em Necessidade (PiN), revela uma elevada procura de assistência à habitação, terra e propriedade, particularmente entre grupos vulneráveis como os idosos e as mulheres. O levantamento destas necessidades indica áreas concentradas de urgência, que requerem uma atenção imediata. As necessidades de género no sector sublinham as disparidades, com as mulheres a enfrentarem frequentemente desafios distintos no acesso a uma habitação segura. A idade e a deficiência amplificam as vulnerabilidades, exigindo intervenções adaptadas. No contexto dos riscos de protecção, prevalecem os desafios específicos de género, sublinhando a importância de uma abordagem baseada nos direitos humanos. As principais conclusões sectoriais destacam as necessidades críticas nas regiões afectadas por conflitos, onde o acesso a serviços essenciais está comprometido. As relações intersectoriais revelam dependências, com as necessidades de HLP interligadas com as necessidades de saúde, WASH e meios de subsistência.

Uma abordagem centrada nas pessoas alinha-se com as prioridades da população afectada. A falta de acesso a serviços básicos agrava as necessidades, justificando intervenções abrangentes.

Os riscos contextuais englobam desafios de protecção relacionados com o género, exigindo uma maior atenção às preocupações com a exploração e o abuso sexual (SEA). As alterações climáticas acrescentam complexidade, afectando a resistência das habitações e agravando as vulnerabilidades.

A ação humanitária deve catalisar a mudança de comportamentos e defender a igualdade entre os sexos, reconhecendo e lidando com a mudança dos papéis dos sexos após a crise. Compreender as capacidades locais, as estratégias de resposta e dar poder às mulheres e aos homens para desempenharem papéis não estereotipados promove a resistência da comunidade e a recuperação sustentável, tanto nas zonas de deslocação como nas zonas de regresso.

Estratégia de resposta

A estratégia de resposta do sector dá prioridade às zonas geográficas com base nos padrões de deslocação e na dinâmica do regresso. Reconhecendo as necessidades diferenciadas de mulheres e homens, idosos e jovens, pessoas com e sem deficiência e outros, as intervenções são adaptadas para enfrentar esses desafios específicos. As prioridades programáticas incluem o reforço de capacidades em questões relacionadas com a habitação, a terra e a propriedade (HLP), a assistência jurídica em caso de violações da HLP e a defesa de alterações jurídicas e políticas relacionadas com a HLP. Em comparação com o ano anterior, o plano de resposta alargou o seu âmbito, integrando uma abordagem mais abrangente das questões relacionadas com os direitos humanos. A estratégia da AoR aborda activamente questões transversais como o género, as pessoas com deficiência, a centralidade da protecção e as preocupações ambientais. As medidas sensíveis ao género estão integradas em todos os objectivos e a protecção dos grupos vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, é um princípio central. Além disso, a estratégia reconhece o impacto ambiental das intervenções no sector da habitação, garantindo uma abordagem sustentável e responsável da resposta do sector.

Definição de objectivos e prioridades

O sector da habitação, da terra e da propriedade nos nossos esforços humanitários centra-se numa repartição demográfica específica, reconhecendo as necessidades específicas dos diferentes grupos. A abordagem envolve uma desagregação meticulosa por sexo, idade e deficiência. Além disso, é dada atenção às pessoas com deficiência, garantindo que as intervenções no sector da habitação e do imobiliário sejam inclusivas e acessíveis. A definição de prioridades para estas populações-alvo é informada por uma Análise das Necessidades Humanitárias (HNA) abrangente, integrada na Visão Geral das Necessidades Humanitárias (HNO). A HNA fornece uma compreensão completa das condições existentes, das vulnerabilidades e dos desafios enfrentados por estes grupos demográficos. Permite uma avaliação baseada em dados concretos do impacto das questões relacionadas com a habitação, a terra e a propriedade nos indivíduos, ajudando-nos a discernir onde as necessidades são mais prementes. Esta definição de prioridades baseada em dados garante que os recursos são afectados de forma eficaz, abordando as preocupações mais prementes de cada grupo identificado. O resultado é uma abordagem adaptada e reactiva que reconhece e satisfaz as diversas necessidades da população afectada, orientada por um compromisso de inclusão e equidade. Na população-alvo da assistência da HLP, há 687,041 mulheres, 111,844 homens e 351,510 crianças com menos de 18 anos. Além disso, existem 415,421 adultos com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos e 31.956 idosos com 60 anos ou mais. Entre a população total, 119,833 pessoas são portadoras de deficiência.

Especificamente para as pessoas deslocadas internamente (PDI), o objetivo inclui 74,338 indivíduos, enquanto os repatriados são alvo de 275,474 e a comunidade de acolhimento de 9,197. No total, o objetivo global do agrupamento para a assistência à habitação, à terra e à

propriedade é de 359,009 indivíduos. Olhando para este segundo conjunto de dados, há 183,094 mulheres, 175,914 homens e 107,703 crianças com menos de 18 anos. A população adulta, com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos, é de 190 275 pessoas, e há 14,360 idosos com 60 anos ou mais. Cerca de 53,851 pessoas deste grupo são portadoras de deficiência.

Custo da resposta

No ambicioso objetivo de fazer avançar as iniciativas no domínio da Habitação, da Terra e da Propriedade (HLP), foi metulosamente delineado um plano abrangente, que dá ênfase a uma atribuição estratégica de recursos e esforços. A prioridade das tarefas é definida por fases de financiamento, sendo os primeiros 30 por cento destinados a acções de elevada prioridade. Na vanguarda da implementação, a assistência jurídica relativa à HLP é considerada fundamental. A abordagem é dupla, tratando das necessidades colectivas e individuais relacionadas com a habitação, a terra e a propriedade. Este apoio jurídico está preparado para estabelecer uma base sólida para os esforços subsequentes. Simultaneamente, é posto em marcha um esforço concertado para envolver as comunidades anfitriãs através de exercícios de diligência devida HLP. O objetivo é consultar e sensibilizar estas comunidades, promovendo uma compreensão colaborativa do quadro da HLP no contexto da habitação, da terra e da propriedade. O próximo passo crucial na fase de alta prioridade envolve ajudar as comunidades a melhorar a sua segurança de posse da terra no contexto da habitação e da propriedade. Isto está previsto através do processo metuloso de delimitação e titulação de terras comunitárias.

A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em [linha aqui](#)



3.10 Abrigo de Emergência / Artigos Não Alimentares

PESSOAS NECESSITADAS

PESSOAS VISADAS

FINANCIAMENTO (US\$)

PARCEIROS

PROJECTOS

1.6M

Conflito: 1.2M
Desastres naturais: 0.4M

477K

Conflito: 373K
Desastres naturais: 104K

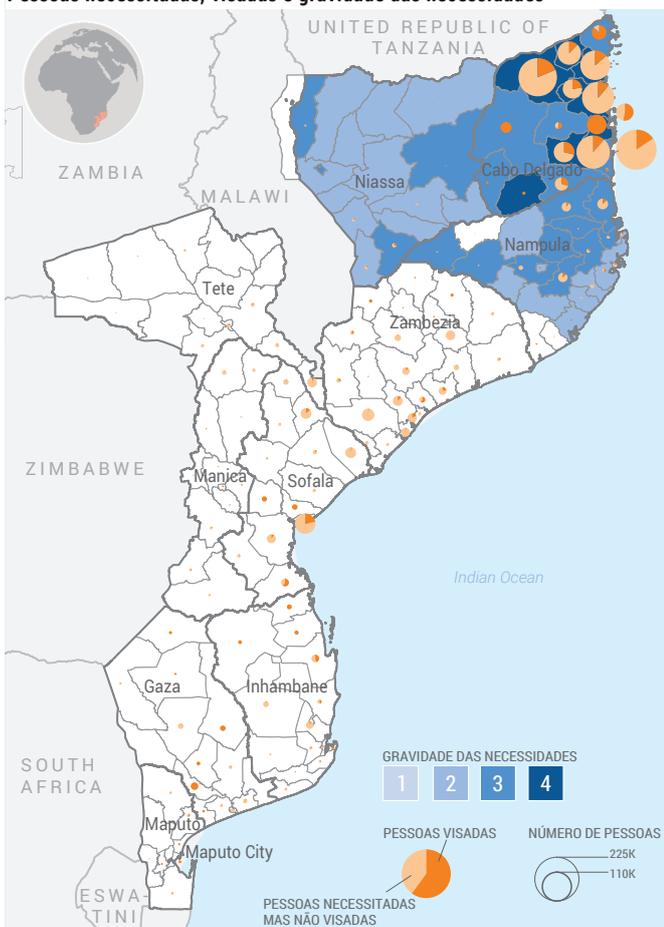
\$41.0M

Conflito: \$38.3M
Desastres naturais: \$2.7M

10

11

Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

O aumento e a volatilidade dos incidentes de segurança no Norte de Moçambique continuam a resultar em padrões de deslocação imprevisíveis. A 19.ª Ronda de Avaliação do Acompanhamento da Mobilidade da DTM indicou uma diminuição de 20 por cento no número de deslocados internos (668,939), enquanto os regressos aumentaram 26 por cento desde Abril de 2023. Pemba, Metuge e Mueda foram registadas como tendo acolhido o maior número de deslocados internos, enquanto Mocímboa da Praia, Palma e Muidumbe testemunharam uma grande maioria de regressos. Ataques esporádicos, como nos distritos

de Mocímboa da Praia e Macomia, continuam a provocar novas deslocações dentro e em redor dos locais de regresso, causando incerteza e movimentos pendulares nos focos de deslocação.

À medida que os regressos prosseguem e os serviços permanecem limitados, as necessidades em termos de abrigos e de bens de primeira necessidade continuam a ser significativas, sobretudo nas zonas de regresso. Na sequência do conflito, as casas foram danificadas e destruídas, obrigando as famílias a partilhar os seus abrigos, a criar abrigos improvisados, enquanto outras são obrigadas a viver nos seus abrigos danificados. O acesso a abrigos e a artigos domésticos básicos afecta o bem-estar, a dignidade e a saúde das pessoas, incluindo a saúde mental. Os grupos vulneráveis, como as mães grávidas, as crianças com menos de cinco anos, os idosos e as pessoas com deficiência, continuam expostos aos riscos para a saúde e aos vectores causadores de doenças.

A partir de novembro de 2023, os parceiros do grupo atingiram 30 por cento do número de casos de abrigo projectados. Os resultados das recentes Avaliações de Acompanhamento da Mobilidade da DTM indicam que quase 79 por cento dos agregados familiares em 60% das localidades avaliadas necessitam de lonas (assistência a abrigos), enquanto entre outras necessidades de NFI também foram indicadas em pelo menos 70 por cento das famílias nas localidades avaliadas nas áreas de deslocamento. Nas zonas de regresso, quase 80 por cento das localidades indicaram ter necessidades significativas de abrigo e de bens de primeira necessidade.

Para além da insegurança nas províncias do norte desde os últimos cinco anos, Moçambique continua em risco de eventos climáticos anuais extremos, deixando as populações afectadas com pouco tempo para recuperar entre tempestades e ciclones. No início de março, o ciclone Freddy desalojou mais de 184,000 pessoas e destruiu mais de 129,000 casas, deixando mais de 640,000

peças sem abrigo e ultrapassando as capacidades locais de resposta e, na maioria dos casos, resultando no desvio de recursos de NFI de abrigo das províncias do norte. Os parceiros do Grupo de Abrigos nas províncias do Sul e do Centro chegaram a mais de 367.000 pessoas com abrigos de emergência e assistência de bens de primeira necessidade, deixando uma lacuna de quase 70% para a resposta de Abrigos de Emergência e Bens de Primeira necessidade. Para atenuar o impacto dos choques climáticos, as estratégias participativas e orientadas para a comunidade, que promovem a auto-recuperação e a reconstrução de melhores técnicas, devem estar no centro das modalidades de resposta em matéria de abrigo e de bens de primeira necessidade. É necessário reforçar as sinergias com os intervenientes no desenvolvimento e outros sectores, a fim de promover soluções sustentáveis e aumentar a resistência das populações afectadas através de uma abordagem holística

Estratégia de resposta

Em 2024, com base no tipo de grupo populacional e povoação, a resposta do Grupo de Abrigos utilizará uma grande variedade de estratégias de resposta, que vão desde o fornecimento de artigos domésticos básicos e abrigos de emergência, a reparações e actualizações de abrigos, bem como assistência a abrigos de recuperação precoce. medida que os regressos prosseguem entre os distritos do sul e do norte, enquanto as PDI permanecem nos locais de deslocação nos distritos do sul, o Grupo de Abrigos, em colaboração com os prestadores de serviços da CCCM, aumentará os esforços de envolvimento da comunidade e de formação técnica para reduzir a dependência da assistência humanitária e reforçar a capacidade de auto-recuperação das populações afectadas. Nos distritos do sul, onde os deslocados internos estão a optar por se integrar ou a chegar das comunidades de acolhimento na esperança de receberem assistência, o reforço dos mecanismos positivos de resposta e a promoção da auto-recuperação serão fundamentais para a integração e a não dependência da ajuda humanitária como forma de sustento. Nos locais de deslocação, o Grupo de Abrigos coordenará estreitamente com o Grupo CCCM e com os organismos governamentais (incluindo o SDPI) para assegurar a reatribuição, a desativação segura ou a modernização dos abrigos, conforme adequado. À medida que os parceiros continuam a expandir-se para os distritos do Norte, distritos como Mocimboa da Praia, Macomia, Quissanga, Nangade e Muidumbe irão provavelmente ver uma maior presença de parceiros à medida que as áreas mal servidas no

Norte se tornam acessíveis. O fornecimento de abrigos de emergência e de bens de primeira necessidade continuará a apoiar os parceiros na resposta às necessidades dos movimentos súbitos da população. A colaboração com os intervenientes no desenvolvimento (como o PNUD e o UN-Habitat) será fundamental para colmatar o fosso entre a assistência humanitária e as obras de transição para o desenvolvimento. Espera-se que esta colaboração crie sinergias para melhorar as oportunidades de subsistência, o reforço das capacidades e as práticas de reconstrução lideradas pelas comunidades.

No que se refere às catástrofes naturais, o grupo "Abrigo" tenciona apoiar cerca de 60,000 pessoas através do pré-posicionamento de abrigos de emergência e de artigos domésticos, tais como kits de ferramentas, lonas, cobertores, colchões para dormir, utensílios de cozinha, lâmpadas solares, entre outros, e reforçar as capacidades de mais de 44,000 pessoas em matéria de práticas de construção resistentes, nomeadamente através do fornecimento de material de IEC, de formações técnicas e de comités de reconstrução baseados na comunidade.

Definição de objectivos e prioridades

Em 2024, o grupo de Abrigo/INF prevê que 1,2 milhões de pessoas necessitem de Abrigo de Emergência e de assistência NFI e os parceiros tencionam visar cerca de 373,182 indivíduos nos distritos afectados pelo conflito. Este número inclui 48 por cento de repatriados, 38 por cento de deslocados internos e 14 por cento de membros das comunidades de acolhimento. Mais de 162,000 pessoas serão visadas nos focos de deslocação nos distritos do sul, enquanto mais de 211,082 pessoas serão visadas nos distritos de regresso. Os grupos populacionais visados são constituídos por deslocados internos nos locais e nas comunidades de acolhimento e por retornados. A seleção dos alvos foi determinada em resultado da análise das necessidades realizada com base em avaliações dos parceiros e do DTM, tendo em conta a abordagem ABC do Grupo da CCCM, bem como as 5Ws do Grupo e as capacidades operacionais dos parceiros.

Os parceiros do agrupamento de acolhimento asseguram a seleção dos mais vulneráveis através da realização de verificações e de avaliações da vulnerabilidade dos agregados familiares, dando prioridade aos agregados familiares com mães solteiras, deficientes, portadores de doenças crónicas (VIH e SIDA), mulheres deslocadas que beneficiavam anteriormente de assistência social, mulheres que cuidam dos filhos de outras pessoas e

peças idosas. Além disso, sempre que possível, os parceiros também definem as prioridades com base nas listas disponíveis do PAM de seleção de alvos com base na vulnerabilidade.

Custo da resposta

O orçamento global da resposta do grupo de Abrigos e NFIs é de U\$ 41 milhões, distribuídos por 11 parceiros. O envelope setorial foi determinado com base nas capacidades operacionais dos parceiros, nas

necessidades determinadas a nível distrital e nas actividades determinadas tendo em conta a estratégia global do agrupamento.

O primeiro quartil do orçamento (1-25%) é afetado à assistência E-Shelter e NFI para salvar vidas, incluindo o apoio ao reforço do agrupamento de abrigos, o pipeline do agrupamento e a coordenação do agrupamento. O

segundo e o terceiro quartil (26%-75%) serão atribuídos a actividades como o fornecimento de material de construção adicional, apoio à mão de obra, formação técnica para as equipas de construção e para os artesãos locais.

Nos casos em que o orçamento atribuído for superior, será atribuído um orçamento de financiamento adicional de 76 por cento para a promoção dos princípios das técnicas de "reconstruir melhor" na programação de abrigos e nas actividades de reforço da capacidade de resistência. Sempre que possível, as actividades de abrigo serão apoiadas por intervenções baseadas em dinheiro e associadas a outras actividades de subsistência.

A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em [linha aqui](#)

DISTRITO DE METUGE, PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Crianças a brincar no campo de deslocados 25 de junho, em Metuge. Photo: UNICEF/Bisol

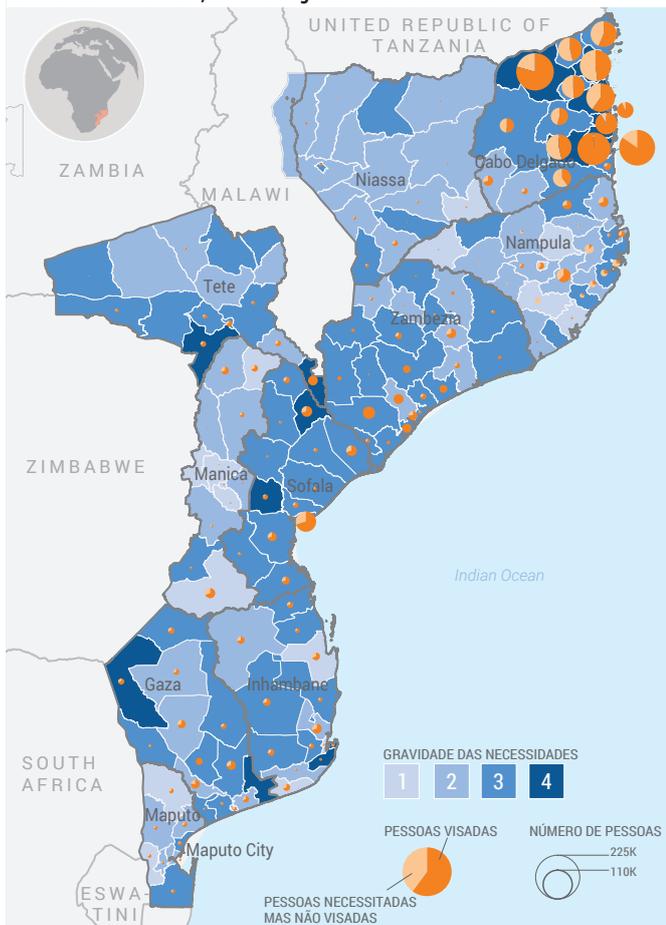




3.11 Água, Saneamento e Higiene

PESSOAS NECESSITADAS	PESSOAS VISADAS	FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
2.0M Conflito: 1.4M Desastres naturais: 0.6M	1.4M Conflito: 1.0M Desastres naturais: 0.4M	\$40.0M Conflito: \$34.2M Desastres naturais: \$5.8M	15	17

Pessoas necessitadas, visadas e gravidade das necessidades



Resumo das necessidades

O conflito no norte de Moçambique, e em particular em Cabo Delgado, deslocou mais de um milhão de pessoas e este número continua a aumentar com os contínuos ataques aleatórios. Antes do conflito, a cobertura de infraestruturas e serviços de WASH em Cabo Delgado era limitada, uma situação que, a partir de 2023, se tornou um desafio ainda maior com uma cobertura estimada de abastecimento de água (45%)¹ saneamento (21%)², e serviços de higiene (56%)³. Estima-se que 85% das escolas não têm acesso adequado a WASH. Em circunstâncias normais, as populações enfrentam desafios para um

acesso fiável a serviços básicos de WASH seguros, mas com o conflito há tensões adicionais no sistema.

Em agosto de 2023, estima-se que 850,5994 pessoas ainda estejam deslocadas e 571,468 tenham regressado às suas casas⁴. Estes movimentos repentinos de pessoas aumentam a pressão sobre as já frágeis infraestruturas de WASH. Consequentemente, não só há um acesso restrito ou totalmente insuficiente para cumprir os padrões mínimos de WASH estabelecidos pelo Governo de Moçambique, mas também o potencial para tensão ou conflito entre os deslocados internos e as comunidades de acolhimento.

As doenças transmitidas pela água, incluindo a diarreia aguda da água (AWD) e a cólera, têm afectado milhares de pessoas em todo o país. De setembro de 2022 a novembro de 2023, foram notificados 37,081 casos e 150 mortes; estes números continuam a aumentar. Em 2023, Cabo Delgado declarou surtos de cólera em 8 distritos e registou 1,635 casos. Em novembro de 2023, dois focos ainda estavam activos nos distritos de Montepuez e Chiure. O Ministério da Saúde informa que 45% das unidades de saúde do país não têm acesso básico à água⁵. Nas zonas de conflito, estas doenças relacionadas com a água são factores de stress adicionais para as populações que já sofrem de escassez inadequada e potencialmente fatal de água potável, saneamento básico e serviços de higiene essenciais. O Grupo WASH estabelece prioridades e direcciona a sua resposta analisando os dados sobre o acesso aos serviços básicos, as proporções de pessoas deslocadas e o risco ou ocorrência de AWD e cólera. As vulnerabilidades específicas enfrentadas pelas mulheres e raparigas, bem como pelas pessoas portadoras de deficiência, no acesso aos pontos de água e aos serviços de saneamento são um factor que se sobrepõe e que orienta a implementação das nossas intervenções WASH.

Os eventos climáticos extremos, tais como cheias, ciclones e secas, estão a tornar-se mais frequentes e Moçambique

tem sido particularmente afectado. De acordo com as orientações do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), o grupo WASH estima que 554.000 pessoas serão directamente afectadas por eventos catastróficos em 2024 e necessitarão de assistência. Com base na capacidade dos parceiros, estamos a visar o apoio a 390.000 pessoas através do pré-posicionamento de bens essenciais e de planos de contingência que podem ser activados para uma resposta rápida.

Estratégia de resposta

Nas províncias afectadas por conflitos, a prioridade do grupo WASH é identificar e apoiar as populações recentemente deslocadas (PDIs) com serviços WASH que salvam vidas. Reconhecendo que muitos deslocados internos continuam a residir nas comunidades de acolhimento, será prestado apoio vital às populações de acolhimento. A situação nas zonas de conflito é dinâmica e o grupo WASH tem uma resposta flexível. medida que o número de deslocados internos diminui e o número de repatriados aumenta (ou vice-versa), os objectivos e as actividades de WASH serão ajustados em conformidade. WASH promoverá a proteção e procurará prevenir os conflitos e a violência baseada no género para todos os beneficiários através da prestação de serviços de água, saneamento e higiene inclusivos e sensíveis ao género.

Uma resposta rápida e imediata de serviços WASH essenciais, tais como a distribuição de produtos de higiene, o transporte de água e latrinas de emergência às populações desenraizadas e deslocadas, salvará vidas. O grupo WASH, em coordenação com os grupos Shelter e Food Security and Livelihoods (FSL), trabalhará através de outros mecanismos de resposta rápida multisectorial (RRM e Joint Response Plan). Na eventualidade de um surto de doença, os grupos WASH e Saúde estão posicionados para uma resposta rápida e coordenada. Os parceiros de WASH designaram zonas de intervenção que lhes permitem reagir rapidamente e o grupo está a trabalhar no sentido de garantir que os parceiros disponham de rubricas orçamentais de contingência nos seus planos de trabalho, o que lhes permitirá responder em diferentes localizações geográficas, caso surjam necessidades.

Em 2024, à medida que o número de pessoas que regressam às suas casas aumenta, os parceiros WASH trabalharão para restaurar os serviços danificados durante o conflito. Isto será conseguido através da reconstrução das infra-estruturas de água e saneamento pré-existentes,

garantindo condições de higiene adequadas e serviços de WASH que sustentem a vida. Nos distritos do sul de Cabo Delgado, em locais de reassentamento seleccionados e nas comunidades de acolhimento, os parceiros humanitários iniciarão a transferência das actividades de WASH para os intervenientes no desenvolvimento, sempre que viável e apropriado. WASH trabalhará em estreita colaboração com o Cluster CCCM para garantir o desmantelamento seguro das latrinas nos campos, conforme necessário.

O grupo WASH, em colaboração com parceiros e outros grupos, como a saúde, a educação e a CCCM, divulgará informações sobre boas práticas de higiene e saneamento entre a população afectada. A promoção do saneamento e da higiene será acompanhada de actividades de comunicação dos riscos e do envolvimento da comunidade (RCCE) para as pessoas afectadas ou em risco de surtos de doenças. Prosseguirão as estratégias destinadas a atenuar os riscos de violência com base no género e a reforçar os aspectos relacionados com o género associados às intervenções WASH, incluindo uma gestão adequada da higiene menstrual e uma maior participação das mulheres e das raparigas nas consultas e nas decisões.

Todas as actividades levadas a cabo pelos parceiros do Cluster WASH contribuem para o reforço da liderança das agências governamentais, incluindo o SDPI11 (a nível distrital), o DPOP12 e o SPI13 (a nível provincial), e o DNAAS14 (a nível nacional), abrangendo tanto a implementação como a coordenação da resposta. A consideração dos distritos prioritários do PRCD15, juntamente com a classificação da gravidade do agrupamento, orientará a implementação geográfica das actividades. O envolvimento activo com as contrapartes do desenvolvimento para melhorias da infraestrutura de WASH a mais longo prazo vai aumentar os esforços para integrar e defender uma ligação mais forte entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a paz.

No que respeita às catástrofes naturais, o grupo WASH apoiará 390 000 pessoas através do pré- posicionamento de fornecimentos essenciais, tais como kits de higiene, produtos químicos para o tratamento da água e lajes para latrinas. Os parceiros do cluster WASH dispõem de planos de resposta que, em caso de catástrofe, podem ser activados para uma resposta rápida. Além disso, alguns parceiros WASH têm acordos de longo prazo (LTA) com fornecedores regionais, o que permitirá a aquisição rápida de produtos que salvam vidas

Definição de objectivos e prioridades

O Grupo de WASH tem como alvo 964,069 indivíduos afectados pelo conflito nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, constituindo 69% das 1,4 milhões de Pessoas Necessitadas (PIN). Este alvo inclui 472,394 homens (49%) e 491.675 mulheres (51%), sendo 280,254 raparigas e 269,264 rapazes.

O objetivo do agrupamento WASH foi determinado através de uma análise dos projectos apresentados pelos parceiros do agrupamento, de acordo com a base de dados da Visão Geral das Necessidades Humanitárias das Pessoas Carenciadas e a presença operacional de WASH dos parceiros. Os grupos-alvo incluem os indivíduos deslocados por conflitos, as comunidades que acolhem populações deslocadas e partilham instalações WASH limitadas, e as populações retornadas em trânsito de regresso aos seus locais de origem. É dada especial atenção às pessoas com deficiência e aos idosos que podem necessitar de instalações WASH adaptadas, constituindo 16% da população visada.

Reconhecendo que as mulheres e as raparigas enfrentam riscos elevados de violência baseada no género associada à recolha de água e à falta de saneamento seguro, acessível e sensível às questões de género, e que são

mais vulneráveis à exploração e aos abusos sexuais; as necessidades específicas serão abordadas através de consultas às mulheres e às raparigas.

Estas discussões actualizarão especificamente os parceiros WASH sobre as localizações adequadas e a conceção das infra-estruturas de água e saneamento. Além disso, oferecerão uma oportunidade para esclarecer questões que não foram previamente bem compreendidas.

No que respeita às catástrofes naturais, a WASH está a apoiar 390 000 pessoas através do pré- posicionamento de fornecimentos essenciais, como kits de higiene, produtos químicos para o tratamento da água e lajes para latrinas.

Custo da resposta

O pedido financeiro global do grupo WASH é de 40 milhões de dólares. Este montante inclui 34,15 milhões de dólares para as populações afectadas por conflitos e 5,85 milhões de dólares para uma resposta baseada no abastecimento em caso de catástrofes naturais..

A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)

3.12 Coordenação e Serviços Comuns



FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
\$9.5M	3	4

Estratégia de resposta

A coordenação e os serviços comuns - incluindo o trabalho da OCHA, a Protecção contra a Exploração e os Abusos Sexuais (PSEA) e a Matriz de Acompanhamento das Deslocações (DTM) - apoiarão e facilitarão a definição de prioridades intersectoriais nas zonas com maior concentração de pessoas que enfrentam as necessidades mais graves, bem como a promoção de uma resposta humanitária sensível à questões de género e à deficiência, que adopte e aplique uma abordagem de tolerância zero à exploração e aos abusos sexuais. Em 2024, às seguintes actividades de Coordenação e Serviços Comuns serão dadas prioridade:

1. Garantir canais seguros e acessíveis para a denúncia de exploração e abuso sexual em Moçambique; Reforçar a coordenação distrital e o apoio às autoridades locais
2. Coordenação de avaliações das necessidades entre agrupamentos, bem como a consolidação contínua de dados secundários, a fim de identificar as necessidades humanitárias mais urgentes e garantir que a tomada de decisões humanitárias se baseie num conhecimento comum da situação;
3. Recolha de dados atempados sobre as deslocações através da Matriz de Acompanhamento das Deslocações (DTM) da OIM;
4. Divulgação atempada de informações essenciais a todas as partes interessadas, incluindo as comunidades afectadas e nas línguas locais;
5. Análise regular das necessidades, das respostas e das lacunas, nomeadamente através de produtos de informação como o Painel de Controlo Humanitário mensal e o 5W;
6. Coordenação operacional da prestação da ajuda humanitária, através de mecanismos de coordenação adaptados ao contexto que apoiem a prestação efectiva e coerente da ajuda humanitária;
7. Planeamento estratégico conjunto da resposta com base nas necessidades prioritárias;
8. Defesa e coordenação para garantir que as pessoas em emergências sejam protegidas contra danos e tenham acesso a assistência;
9. Participação da comunidade, protecção, sensibilidade da resposta humanitária às questões de género, idade e deficiência.
10. O DTM da OIM servirá como instrumento de coordenação e de responsabilização fundamental para informar regularmente a análise de outros actores humanitários e políticos. As avaliações do DTM da OIM salientarão as lacunas persistentes e servirão para informar os intervenientes relevantes sobre os locais onde a assistência é mais necessária e sobre o impacto das intervenções na população necessitada

Pessoas visadas

A escala das necessidades humanitárias no norte de Moçambique, afectado por conflitos, e nas áreas propensas a catástrofes nas províncias do centro e do sul do país, exige uma forte coordenação estratégica e operacional da resposta para garantir que as sinergias, a eficiência e a análise intersectorial e a resposta cheguem às pessoas mais vulneráveis. Para garantir uma resposta humanitária eficiente e eficaz, incluindo o apoio à Equipa Humanitária do País (HCT), à Equipa Humanitária da Área do País em Cabo Delgado e aos Grupos de Coordenação Inter-agrupamentos, tanto a nível de Maputo como de

Cabo Delgado, a OCHA continuará a desempenhar um papel central, nomeadamente através da coordenação inter-agrupamentos, gestão da informação, preparação e planeamento de contingência, mobilização de recursos e advocacia. Os serviços comuns e de coordenação prestados no âmbito do presente Plano de Resposta às Necessidades Humanitárias beneficiarão diretamente as XX organizações humanitárias incluídas no presente plano e apoiarão de forma indirecta os XX milhões de pessoas que necessitam de assistência e protecção.

Custo e definição de prioridades da resposta

São necessários cerca de 9.5 milhões de dólares para apoiar a coordenação e os serviços comuns em 2024, com as duas prioridades seguintes:

- Protecção contra a exploração e o abuso sexual - \$438K
- Coordenação estratégica e operacional da resposta - \$4.2M
- Matriz de rastreamento de deslocamento - \$4.9M

Envolvimento da comunidade e responsabilização perante as pessoas afectadas

Para além das medidas específicas de cada agrupamento previstas para reforçar o envolvimento da comunidade e a responsabilização perante as pessoas afectadas, a OCHA promoverá uma abordagem conjunta e sistémica desta questão, nomeadamente assegurando que as reacções das

comunidades afectadas sejam regularmente levantadas e abordadas nos fóruns de coordenação estratégica e operacional. A OCHA também trabalhará com os parceiros para desenvolver materiais relevantes nas línguas locais. .

Protecção contra a exploração e o abuso sexual

A Protecção contra a Exploração e Abuso Sexual (PSEA) foi estabelecida como uma prioridade central do Plano de Resposta às Necessidades Humanitárias de 2024 para Moçambique. Sob a liderança do Coordenador Humanitário e com o apoio técnico da Rede PSEA, a OCHA, em apoio à Equipa Humanitária do País, assegurou que a PSEA fosse incorporada em todas as fases do processo de planeamento. Um coordenador da PSEA estará sediado em Maputo sob a direcção do Gabinete do Coordenador Residente.

Reconhecendo que o PSEA deve ser implementado de forma rápida e eficaz, o PNRH 2024 inclui um projeto inter-agências dedicado ao PSEA para garantir a disponibilidade de recursos para iniciativas colectivas de PSEA, que está incluso neste segmento de Coordenação e Serviços Comuns do PNRH. Este projeto baseia-se no trabalho da Rede PSEA de Moçambique, bem como na implementação de procedimentos operacionais normalizados de notificação de exploração e abuso sexual.

A página de coordenação e serviços comuns, incluindo objectivos, indicadores e actividades, pode ser consultada em linha [aqui](#)

3.13 Logística



FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
\$15.5M	1	1

Resumo das necessidades

Muitas das zonas onde as necessidades humanitárias são mais prementes enfrentam os maiores desafios de acesso devido à volatilidade provocada pelos ataques armados, aos danos causados às infra-estruturas pelos ciclones e pelas inundações e à falta de manutenção destas últimas. Consequentemente, o acesso aos transportes torna-se inatingível, limitado ou dispendioso. O projeto combinará diferentes modos de transporte para chegar às zonas onde se encontram as populações vulneráveis. Serão oferecidas possibilidades de consolidação de carga para permitir uma boa relação custo-eficácia.

Outros parceiros humanitários já enfrentam desafios para encontrar áreas de armazenamento adequadas para os artigos de primeira necessidade na capital de Cabo Delgado, Pemba, bem como mais perto dos beneficiários. O projeto estabelecerá espaços comuns, sempre que possível, que serão partilhados pelos intervenientes humanitários para garantir o armazenamento seguro e rentável dos artigos de socorro antes do transporte e da distribuição.

Para permitir uma partilha eficiente de informações, uma plataforma de coordenação continuará a ser mantida em 2023 a nível nacional e local em Cabo Delgado. Isto irá abordar bloqueios, soluções e lacunas no sector da logística que afectam a resposta.

O transporte aéreo de passageiros e de carga ligeira é vital para chegar aos beneficiários do apoio humanitário. Para o efeito, lançadas em dezembro de 2020, as operações UNHAS decorrem há quase três

anos e acompanham desde então a abertura do espaço humanitário em Cabo Delgado. Até à data, os principais destinos são Ibo, Mueda, Palma, Afungi e Macomia. Com base na procura, a UNHAS pretende voar para Niassa, Quelimane e Mocimboa da Praia como

próximos destinos, dependendo da abertura do espaço humanitário. Estes serviços aéreos continuarão, conforme necessário, em 2023-2024

Estratégia de resposta

TAs províncias do Norte de Moçambique continuam a ser confrontadas com a insegurança que leva a deslocções contínuas de homens, mulheres e crianças. Espera-se que o acesso logístico a Cabo Delgado, o epicentro da insegurança, continue a ser um desafio. O advento da estação das chuvas e da seca irá exacerbar a situação ténue em alguns dos locais mais remotos. O apoio logístico também precisa de ser despendido noutras províncias de deslocação, incluindo as províncias de Niassa e Nampula, no norte de Moçambique, para onde a deslocação ocorreu

Desde 2017, o conflito armado na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, tem continuado a intensificar-se, afectando mais de 1,3 milhões de pessoas, incluindo mais de 1,042 milhões de pessoas deslocadas. 950.000 pessoas enfrentam altos níveis de insegurança alimentar nas províncias do norte de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia. O conflito exacerba e agrava as vulnerabilidades existentes na província de Cabo Delgado, que, apesar de ter um potencial económico significativo em termos de recursos naturais (incluindo reservas de rubi, grafite, gás e petróleo) e turismo, é a província mais pobre em termos de pobreza multidimensional. Outras vulnerabilidades, incluindo os impactos socioeconómicos dos choques climáticos, foram reportadas como afectando mais de 1.414 pessoas que se encontram atualmente em situação de insegurança alimentar e carentes de outras necessidades básicas.

Os actores humanitários e de desenvolvimento estão totalmente empenhados em responder para apoiar os homens, mulheres e crianças deslocados nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa. Um dos principais

desafios para garantir o sucesso deste apoio é o acesso garantido e sustentado a partir de redes rodoviárias terciárias subdesenvolvidas, a insegurança, prestadores de serviços de transporte adequados

para o transporte marítimo e o potencial para uma maior deterioração das infra-estruturas durante a estação das chuvas.

Os serviços comuns no âmbito do grupo de logística terão por objectivo enfrentar os desafios acima referidos, oferecendo uma plataforma para soluções logísticas em matéria de armazenagem, transporte costeiro e de superfície. Além disso, será implementado o acesso por via aérea ao abrigo dos serviços aéreos mandatados pelo PMA (UNHAS) para a comunidade humanitária, tanto para o transporte aéreo de passageiros como de carga.

Definição de objectivos e prioridades

O sector da logística apoiará o terceiro (3rd) escalão de beneficiários; estes incluem o Governo e as organizações humanitárias que respondem à crise na região norte de Moçambique. O sector da logística visará cerca de 40 organizações humanitárias e de desenvolvimento, bem como missões diplomáticas e departamentos governamentais que necessitem de apoio logístico.

À luz da insegurança prevalente na província de Cabo Delgado, as províncias de Nampula e Niassa também se tornaram anfitriãs das pessoas deslocadas internamente e, portanto, os parceiros que trabalham nestas províncias

beneficiarão de assistência sustentada sempre que necessário.

Devido à natureza do projeto, enquanto prestador de serviços a parceiros como beneficiários de nível 3rd , a desagregação dos dados de base por sexo e idade não é aplicável. No entanto, serão recolhidos dados, especialmente para a utilização de serviços aéreos por género.

As empresas comerciais contratadas serão consideradas em função dos aspectos relacionados com o género, sendo as empresas detidas por mulheres incentivadas a participar nos concursos.

Custo da resposta

O grupo de logística dará prioridade à aquisição de transporte e armazenamento de artigos de ajuda humanitária em nome dos parceiros humanitários e de desenvolvimento. Tal incluirá a seleção de transportes multimodais para proporcionar uma solução mais abrangente.

Além disso, o serviço de transporte aéreo de passageiros e de carga continuará a ser oferecido em conformidade e os custos baseiam-se nas tendências de consumo mensais estabelecidas até à data.

A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)

Parte 4: Necessidades dos Refugiados e Plano de Resposta

DISTRITO DE PEMBA, PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

A Uma pessoa recentemente deslocada após a sua chegada à praia de Paquitequete, Pemba Cidade.

Photo: UN Moçambique/Helvisney Cardoso



4.1 Plano de Resposta aos Refugiados



PESSOAS NECESSITADAS	PESSOAS VISADAS	FINANCIAMENTO (US\$)	PARCEIROS	PROJECTOS
25K	25K	\$16.0M	1	8

Resumo das necessidades

Moçambique acolhe cerca de 25,000 refugiados e requerentes de asilo; cerca de 80 por cento dos quais são requerentes de asilo que aguardam a determinação do estatuto de refugiado pelo governo. Apesar das reservas formais de Moçambique às disposições fundamentais da Convenção de 1951 sobre Refugiados, incluindo as relacionadas com a educação, propriedade, autorizações de trabalho, direito de associação, liberdade de movimento, residência e leis de naturalização, os refugiados e requerentes de asilo têm acesso de facto aos documentos de identificação, registo de nascimento, trabalho, saúde, educação e sistemas de justiça. No entanto, em cada um destes domínios, subsistem alguns desafios em termos de acesso associado aos serviços e de lacunas na qualidade dos serviços. Certos grupos, como as mulheres e as raparigas, enfrentam um risco acrescido de violência com base no género (VBG), incluindo a violência sexual, os casamentos forçados e infantis, a violência entre parceiros íntimos, a violência económica e psicológica e a venda e troca de sexo - muitas vezes devido a vulnerabilidades socioeconómicas. As oportunidades de subsistência continuam a ser um desafio devido às dificuldades de acesso à terra e ao emprego, em especial para as mulheres, as pessoas com deficiência e os jovens.

Na colónia de refugiados de Maratane, o acesso à água é limitado e a colónia não beneficia de qualquer sistema formal de gestão de resíduos sólidos, o que põe em risco a saúde dos residentes. As necessidades alimentares também continuam a ser críticas. Os refugiados que vivem em zonas vulneráveis aos choques climáticos enfrentam riscos específicos que conduzem a múltiplos riscos de protecção, incluindo a destruição de abrigos, meios de subsistência, documentação, violência baseada no género, incluindo exploração e abuso sexual, e separação da família. Continua a ser importante melhorar a qualidade

dos abrigos e das infra-estruturas para atenuar o impacto das condições meteorológicas extremas e reforçar a preparação para os riscos de catástrofe. Dada a natureza prolongada da situação dos refugiados, as soluções duradouras, incluindo a integração local, o repatriamento voluntário e a reinstalação, continuam a ser fundamentais.

Estratégia de resposta

O Instituto Nacional para o Apoio aos Refugiados, sob a tutela do Ministério do Interior, é a principal autoridade em matéria de refugiados no país, juntamente com os ministérios competentes, e trabalha em conjunto com parceiros nacionais e internacionais para responder às necessidades desta população. Em 2024, a resposta à situação prolongada dos refugiados no assentamento de refugiados de Maratane e nas áreas urbanas de Moçambique continuará com os objectivos gerais de reforçar o ambiente de protecção e o gozo dos direitos dos refugiados e dos requerentes de asilo; apoiar e defender a sua inclusão equitativa nos sistemas e serviços nacionais; assegurar o seu envolvimento significativo na tomada de decisões que afectam as suas vidas; apoiar o acesso a soluções duradouras, incluindo o repatriamento voluntário, a reinstalação, a integração local e vias complementares; e prestar assistência humanitária que salve vidas, sempre que necessário. A estratégia de resposta incluirá também a defesa do reforço do quadro jurídico e político e a retoma do processo de Determinação do Estatuto de Refugiado (DER). Além disso, a estratégia baseia-se na premissa de uma coordenação estreita e frutífera em curso com o Governo de Moçambique e os principais parceiros para a integração local e para uma abordagem fora do campo para o assentamento de refugiados de Maratane, em conformidade com as promessas feitas no Fórum Mundial sobre Refugiados de 2019 e na reunião de 2021 do Comité Executivo do Programa do Alto Comissariado.

Definição de objectivos e prioridades

Em 2024, a resposta aos refugiados visará 25 000 refugiados e requerentes de asilo. A tónica será colocada nas pessoas com necessidades específicas - incluindo as pessoas com necessidades de protecção jurídica e física, as pessoas com deficiência, os sobreviventes de violência, as pessoas com problemas médicos graves, as crianças não acompanhadas e separadas, bem como os idosos e as mulheres e crianças em risco.

Com base num extenso exercício de definição de prioridades, o ACNUR assegurará que a protecção e a assistência vital cheguem às pessoas que mais necessitam. As intervenções terão como alvo principal os refugiados e os requerentes de asilo que vivem no assentamento de refugiados de Maratane, bem como os membros da comunidade de acolhimento das áreas

circundantes que também beneficiam dos serviços prestados no assentamento, para além dos refugiados e requerentes de asilo noutros locais. .

Custo da resposta

Para 2024, o programa de refugiados necessita de 16 milhões de dólares americanos para actividades multisectoriais abrangentes que contribuam para o reforço do ambiente de protecção, da assistência para salvar vidas e de soluções duradouras.

A página do agrupamento, incluindo os objectivos, indicadores e actividades do agrupamento, pode ser consultada em linha [aqui](#)

DISTRITO DE MONTEPUEZ, PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Uma mulher enche um balde de água em Nacate. Photo: UNICEF



Parte 5: Quadro de controlo

O quadro de monitorização do plano de resposta de Moçambique está disponível em <https://humanitarianaction.info/plan/1183>. O quadro de monitorização inclui o conjunto completo de indicadores associados aos objectivos estratégicos, objectivos de cluster, indicadores e actividades.

Parte 6: Notas finais

1. <https://dtm.iom.int/node/25106>
2. Os níveis do IPC 4 não são representativos ao nível da província, uma vez que apenas alguns distritos foram analisados. Deve-se notar que existem 220.000 pessoas no IPC 4 apenas nos 72 distritos cobertos pelo inquérito
3. <https://www.fao.org/resilience/news-events/detail/en/c/1391892/>
4. <http://www.fao.org/mozambique/fao-in-mozambique/mozambique-at-a-glance/en/>
5. <https://www.ifad.org/en/web/operations/w/country/mozambique>
6. <https://www.unfpa.org/data/world-population/MZ>
7. PNUD 2022, Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2021-2022, <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>, p. 274
8. PNUD 2022, Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2021-2022, <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>, p. 297
9. https://databankfiles.worldbank.org/data/download/poverty/987B9C90-CB9F-4D93-AE8C-750588BF00QA/SM2021/Global_POVEQ_MOZ.pdf
10. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/248561541165040969/pdf/Mozambique-Poverty-Assessment-Strong-But-Not-Broadly-Shared-Growth.pdf>
11. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/26314VNR_2020_Mozambique_Report.pdf p.34
12. <https://www.unicef.org/mozambique/en/children-mozambique>
13. <https://www.unfpa.org/data/world-population/MZ>
14. <https://hdr.undp.org/data-center/thematic-composite-indices/gender-inequality-index#/indicies/GII>
15. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/26314VNR_2020_Mozambique_Report.pdf p.34
16. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/480651580155354219/pdf/Mozambique-Economic-Update-Mind-the-Rural-Investment-Gap.pdf>
17. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/480651580155354219/pdf/Mozambique-Economic-Update-Mind-the-Rural-Investment-Gap.pdf>
18. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099113023154021937/pdf/P1771520fcab7a0930aca102c9d7107d4cc.pdf>
19. <https://equityhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-016-0455-0>
20. <https://reliefweb.int/report/mozambique/herams-cabo-delgado-status-update-report-november-2022-operational-status-health-system-pt>
21. <https://reliefweb.int/report/mozambique/herams-cabo-delgado-status-update-report-november-2022-operational-status-health-system-pt>
22. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/05/24/world-bank-mobilizes-150-million-to-help-afe-mozambique-recover-from-cyclone-freddy>
23. <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/mozambique/vulnerability>
24. https://www.researchgate.net/publication/354271958_The_Atlas_of_Mortality_and_Economic_Losses_from_Weather_Climate_and_Water_Extremes_1970-2019
25. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/mozambique_low.pdf
26. Análise das Projecções de Alterações Climáticas para Moçambique sob as Vias de Concentração Representativas <https://www.mdpi.com/2073-4433/12/5/588/htm>
27. <https://public.wmo.int/en/media/news/another-unprecedented-tropical-cyclone-and-flooding-hits-mozambique>
28. <https://reliefweb.int/report/mozambique/wfp-mozambique-food-price-bulletin-november-2023-post-cyclone-food-security-assessment-may-june-2023>
29. <https://reliefweb.int/report/mozambique/wfp-mozambique-food-price-bulletin-november-2023-post-cyclone-food-security-assessment-may-june-2023>

Como contribuir

Contribuir para o Plano de Resposta Humanitária de Moçambique

DOs doadores podem contribuir diretamente para as organizações de ajuda que participam nos mecanismos internacionais de coordenação humanitária em Moçambique, tal como identificados neste Plano de Resposta Humanitária.

Contribuir através do Fundo Central de Resposta a Emergências

O CERF é uma forma rápida e eficaz de apoiar uma resposta humanitária rápida. O CERF fornece financiamento imediato para acções humanitárias que salvam vidas no início das emergências e para crises que não tenham atraído financiamento suficiente. As contribuições são recebidas durante todo o ano.

www.unocha.org/cerf/donate

Sobre

Este documento é consolidado pelo OCHA em nome da Equipa Humanitária do País e dos parceiros. O Plano de Resposta Humanitária é uma apresentação da resposta coordenada e estratégica concebida pelas agências humanitárias para satisfazer as necessidades agudas das pessoas afectadas pela crise. Baseia-se nas necessidades descritas no Panorama das Necessidades Humanitárias e responde às mesmas.

As designações utilizadas e a apresentação do material no relatório não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites.

NECESSIDADES HUMANITÁRIAS E PLANO DE RESPOSTA MOÇAMBIQUE

Obter as últimas actualizações



O OCHA coordena a acção humanitária para garantir que as pessoas afectadas por crises recebam a assistência e a protecção de que necessitam. Trabalha para ultrapassar os obstáculos que impedem a assistência humanitária de chegar às pessoas afectadas por crises e lidera a mobilização de assistência e recursos em nome do sistema humanitário.

www.unocha.org/mozambique

[twitter: @MozambiqueOCHA](https://twitter.com/MozambiqueOCHA)

Humanitarian Action

ANALYSING NEEDS AND RESPONSE

HA Acção Humanitária oferece uma visão global do panorama humanitário. Fornece as últimas informações verificadas sobre as necessidades e a execução da resposta humanitária, bem como sobre as contribuições financeiras

humanitarianaction.info

rw response

A ReliefWeb Response faz parte do compromisso do OCHA para com a comunidade humanitária no sentido de garantir que a informação relevante numa emergência humanitária esteja disponível para facilitar a compreensão da situação e a tomada de decisões. É a próxima geração da plataforma de Resposta Humanitária.

response.reliefweb.int/mozambique



O Serviço de Acompanhamento Financeiro (Financial Tracking Service - FTS) é o principal fornecedor de dados permanentemente actualizados sobre o financiamento humanitário mundial e contribui de forma significativa para a tomada de decisões estratégicas, salientando as lacunas e as prioridades, contribuindo assim para uma ajuda humanitária eficaz, eficiente e baseada em princípios.

<https://fts.unocha.org/>